

# CADERNOS PUR/UFRJ

JAN/ABR 1986 ANO I Nº 1

**Política migratória recente no Brasil. Notas para uma avaliação**

*Carlos Vainer*

**Notas sobre a renda da terra urbana**

*Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro*

**Estruturação intra-urbana e desenvolvimento industrial capitalista**

*Martim Oscar Smolka*

**O fato metropolitano — enigma e poder**

*Ana Clara Torres Ribeiro*

**Conflito social e produção do espaço**

*Carlos Enrique Guanzirolí*



CADERNOS PUR/UFRJ

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

CADERNOS PUR/UFRJ (Preço por exemplar: Cz\$ 15,00)

Comitê de Redação: *Hermes Tavares*  
*Lena Lavinas*  
*Rosélia Piquet*

Datilografia : *Elenyr Maia*

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL PUR/UFRJ

CADERNOS PUR/UFRJ

Jan-Abril. 1986, ano 1, nº 1

Temas: Política migratória, renda  
da terra urbana, estrutura-  
ção intra-urbana, metrópo-  
le, produção do espaço.

Endereço: PUR/UFRJ

Prédio da Reitoria - 5º andar

Sala 543

Cidade Universitária - I. do Fundão

Cep: 21910 - Rio de Janeiro

## APRESENTAÇÃO

Há algum tempo, o PUR alimenta a idêia de lançar uma publicação na área de Planejamento Urbano e Regional, que seja não apenas um veículo de difusão da produção científica dos seus professores, pesquisadores e alunos, mas também um instrumento dinamizador do debate em torno das questões cruciais com que se confrontam hoje os profissionais dessa área. Debate esse que, nestes novos tempos, tem ganho em amplitude e profundidade com a necessidade de se formularem novas estratégias de desenvolvimento espacial, que acabam por questionar o papel dos seus promotores, redefinindo agentes, políticas e intenções.

Agora esse projeto ganha forma e conteúdo com este primeiro nú-

mero dos CADERNOS 'PUR/UFRJ. Trata-se de um passo inicial em direção a uma proposta gráfica e editorial mais elaborada e ambiciosa, que consolide a especificidade deste campo de investigação e reflexão que é o Planejamento Urbano e Regional.

Neste momento, em que novos espaços são conquistados dentro da Universidade, ampliando sua responsabilidade externamente, junto à sociedade, e reforçando internamente os vínculos acadêmicos, julgamos contribuir com esta publicação para que a Universidade exerça mais plenamente sua função social de centro irradiador de novas idéias e novas questões sobre a sociedade brasileira.

Por fim, cabe enfatizar aqui e agradecer o empenho da nova reitoria da UFRJ que nos possibilitou os meios necessários à realização desta iniciativa.

O Comitê de Redação

## SUMÁRIO

Política Migratória Recente no Brasil

Notas para uma Avaliação.

*Carlos Vainer*

pág. 6

Notas sobre a Renda da Terra Urbana.

*Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro*

pág. 43

Estruturação Intra-Urbana e Desenvolvimento  
Industrial Capitalista: Fragmentos Históricos  
ã Guisa de Construção de um Modelo Histórico.

*Martim Oscar Smolka*

pág. 67

O Fato Metropolitano - enigma e poder

*Ana Clara Torres Ribeiro*

pág. 100

Conflito Social e Produção do Espaço

*Carlos Enrique Guanzioli*

pág. 126

POLÍTICA MIGRATÓRIA RECENTE NO BRASIL

NOTAS PARA UMA AVALIAÇÃO \*

CARLOS VAINER \*\*

\* Comunicação apresentada no Colóquio Internacional "Estrutura do Emprego e Dinâmica Espacial da Força de Trabalho", CRH - UFBA, Salvador, 10-13/11/1985.

\*\* Sociólogo, professor do PUR

"Chega de sofrer, de andar correndo o mundo, sendo explorada pelos outros" (Roseli da Silva, por ocasião da ocupação da fazenda Annoni; apud "Grávida quer dar a luz na terra ocupada", *Jornal do Brasil*, 31/10/1985).

"Uma rápida modificação de culturas (...) pode fazer sobrar mão-de-obra, estimulando êxodos inter-regionais (...) esses êxodos sofrem a imantação das áreas mais ricas - e os excedentes ou se favelizam, ou se transformam em bôias-frias; em magotes de gente disponível para qualquer arregimentação" ("Terra em disputa", *Jornal do Brasil*, 31/10/1985).

"Como é do conhecimento de Vossa Excelência, a necessidade de evitar o êxodo no campo e reverter a corrente migratória, no sentido da zona urbana para a zona rural, é um dos imperativos da Segurança Interna" (Exposição de Motivos nº 021/85, do General de Brigada Rubens Dayma Denys, Secretário-Geral do Conselho de Segurança Nacional, aprovada pelo Presidente José Sarney em 14/09/1985).

Pouco se poderia acrescentar ao que já se tem dito sobre a importância dos processos migratórios na configuração do Brasil contemporâneo. Dos migrantes europeus que para cá vieram a partir do último quartel do século XIX, dos nordestinos que maciçamente se deslocaram em direção ao Sudeste, do chamado êxodo



rural, da ocupação progressiva dos "vazios demográficos", da in<sub>fin</sub>idade de fluxos que atravessam o território nacional, de to<sub>dos</sub> esses processos, enfim, tem tratado uma bibliografia cada vez mais extensa. O que chama atenção nesta valiosa literatu<sub>ra</sub>, que comporta enfoques dos mais variados, é a quase inexis<sub>tência</sub> de esforços voltados para avaliar o sentido e o impacto da presença governamental nessas maciças mobilizações de popu<sub>lação</sub>.

Desde o início da década passada, um importante impul<sub>so</sub> foi dado aos estudos sobre migrações, com vistas a subsi<sub>diar</sub> a formulação de políticas migratórias que permitissem ao Estado equacionar e enfrentar as mudanças quantitativas e qua<sub>litativas</sub> que vinham alterar a dinâmica espacial da população. Mas o alentado programa de pesquisas realizado praticamente não consagrou nenhuma atenção ao tema (1).

Mais de dez anos já se passaram desde que o Ministé<sub>rio</sub> do Interior tomou as primeiras iniciativas para assumir as atribuições que lhe conferiu o decreto lei nº 200 (1967), na área de "radicação de populações, ocupação do território e mi<sub>grações</sub> internas"(2). E enquanto outras esferas da ação gover<sub>namental</sub> vêm sendo submetidas a atento exame e são objeto de rica discussão, muito pouco se tem sabido ou dito a respeito de desempenho e repercussão da política migratória.

Não pretendemos buscar as razões desse silêncio, e nem mesmo podemos afirmar que há razões precisas para que ele se tenha instaurado. Advertir para a necessidade de rompê-lo, no entanto, constitui, por si só, a nosso juízo, argumento su<sub>ficiente</sub> para justificar um esforço para que se comece

a preencher a lacuna.

As dificuldades de tal empreendimento não são poucas. Afinal de contas, o que são "políticas migratórias"? Até que ponto são passíveis de um exame particularizado? Em caso positivo, como estabelecer as bases para uma avaliação que não esteja, a priori, condenada a desembocar em truísmos do tipo "as políticas não atingiram os objetivos fixados"?

O objetivo destas notas, visto o atraso em que se encontra a discussão a esse respeito, é bastante modesto: alinhar alguns elementos e dimensões que deveriam ser contemplados numa avaliação global, cuja produção não será obra individual. Se os elementos aqui indicados constituem um dos nexos fundamentais destas políticas, ou se representam facetas desprezíveis, eis algo que outras investigações e o debate certamente ajudarão a esclarecer.

#### Política migratória: a definição de um campo de intervenção

Uma política pode se definir pelos seus objetivos, pelos instrumentos que aciona e, em sentido mais amplo, pelo seu campo de intervenção. Como os objetivos podem ser formulados em diferentes níveis de generalidade (exemplo: favorecer a melhoria das condições de vida da população), e como os instrumentos de que dispõe o Estado são acionados, alternada ou simultaneamente, em diferentes setores, parece que a terceira dimensão mencionada é a que melhor serve a nosso intuito de explorar a especificidade da política migratória.

Qual o campo de intervenção desta política? A respos

ta sai rápida e evidente: a migração. Mas por detrás desta facilidade muitas dificuldades se acumulam. A razão é simples: migração tem sido definida/conceituada/caracterizada das mais variadas formas, segundo os múltiplos cortes teóricos e disciplinares que atravessam o vasto universo das ciências sociais. De môgrafos, sociólogos, economistas, antropólogos dificilmente entrarão em acordo quanto ao que seja migração; e mesmo no interior de cada disciplina, divergências profundas aparecem (3).

"Processo de articulação de áreas componentes de um mercado de trabalho espacialmente heterogêneo"(BECKER et alii, 1979, p.2)? "Processo de mobilidade geográfica de grupos de migrantes que pode ser de duração diferenciada e englobar vários pontos de origem e destino" (SERFHAU, 1974, p.5)? "Resultado do processo de decisão, em função de expectativa de mudanças futuras e de comparação de diferenças em utilidades, associadas a diferentes lugares" (WOLPERT, apud. SILVA, 1975, p.132)? "Mero produto, e não determinante, de transformações diversas na estrutura econômica e social" (MARTINE, 1978, p. 1)?

Não pretendemos alongar a lista, nem muito menos engajar esta polêmica. Basta-nos, com essa ilustração, ter mostrado que o objeto/alvo/campo das políticas migratórias não é tão evidente quanto possa parecer, e, por outro lado, ter ressaltado que a produção científica dificilmente pode ser chamada para dirimir a questão.

Resta a possibilidade de afirmar, não obstante a persistência dos desencontros conceituais, que o simples enunciado de migração remete ao fato de que uma população se distribui no espaço de uma determinada maneira e que deslocamentos de po

pulação neste espaço alteram a distribuição pré-existente. Toda vez que se fala migração, está-se falando de localização, distribuição e deslocamento no espaço; e, mais precisamente, para a imensa maioria dos enunciados, está-se falando de localização, distribuição e deslocamento de trabalho/trabalhadores no espaço.

Assim, em primeiro lugar, e antes de mais nada, uma po-  
lítica migratória pode ser apreendida como um discurso, emanado do Estado, sobre a localização espacial dos trabalhadores, sobre o lugar do trabalhador no espaço.

Chegados neste ponto, valeria lembrar que, no meio de tantas contradições e divergências que marcam a luta política e o debate universitário entre nós, parece haver um curioso consenso: de todas as partes, de diferentes agentes sociais, surgem proposições - e mesmo práticas concretas - que apontam a presença de um problema (disfunção, desequilíbrio, desordem, injustiça, etc.) na forma como a massa trabalhadora está distribuída no espaço. As cidades estariam superpovoadas, o Nordeste teria excedentes populacionais, a Amazônia seria um vazio demográfico a ser ocupado; eis algumas verdades que, no senso comum, mas também no falar mais elaborado de estudiosos e planejadores, constroem uma espécie de consenso.

Por trás desse consenso estão perspectivas e interesses diversos, proposições que apenas aparentemente são compatíveis. E os diferentes setores sociais enfrentam esta distribuição problemática a seu modo. Assumindo o risco da simplicação, diríamos que o empresário capitalista dela se "apropria" como fator objetivo a ser introduzido em seus cálculos sob a

rubrica "externalidades". Já os trabalhadores, se é que se pode unificar numa única categoria situações concretas tão variadas, reagem, às vezes (a maioria das vezes) simplesmente se deslocando, manifestando com este ato o reconhecimento de que, efetivamente, não estavam onde deveriam estar, tendo em vista assegurar sua sobrevivência. Outras vezes (hoje mais numerosas que ontem) respondem à espacialidade em que estão capturados tomando-a como algo que pode ser modificado de forma ativa: recusam-se a sair do lugar onde estão, dirigem-se a lugares onde não são esperados e para onde não deveriam ir.

O Estado também se posiciona diante desta realidade, constituída, de seu ponto de vista, tanto pela distribuição e deslocamento de trabalhadores no espaço, quanto pelas respostas produzidas pelos diferentes sujeitos sociais.

Neste sentido, a política migratória não é apenas um discurso sobre o lugar da população - dos trabalhadores - no espaço, mas claramente um discurso posicionado e ativo, feito de proposições em que o Estado se prevalece do lugar muito especial que ocupa para falar em nome de toda a sociedade sobre esta sociedade ela mesma - e, no caso, sobre sua dimensão espacial.

Tomada de posição - ativa - do Estado (4) a respeito da distribuição da população trabalhadora no espaço, a política migratória não constitui, no entanto, a única ação estatal que interfere nesta distribuição; o que nos impõe, ainda uma vez, especificar o que estamos falando.

Com efeito, toda intervenção governamental, de uma forma ou de outra, sempre acaba por interagir com a distribui

ção das atividades econômicas, com o mercado de trabalho, enfim, com o conjunto das relações sociais e sua espacialidade. Em sen do assim, estamos impedidos de definir política migratória como sendo aquela ação - ou conjunto de ações - do Estado que interfere na distribuição e deslocamentos dos trabalhadores. A fim de se evitar tal definição não-discriminante, e precisar o objeto so bre o qual nos estamos debruçando, diremos: constitui política migratória toda política que, de forma explícita e direta, gera avaliações, objetivos e práticas relativas à contenção, geração, estímulo, direcionamento, ordenamento e acompanhamento de deslocamentos espaciais de trabalhadores.

Temos agora um objeto de análise satisfatoriamente de limitado; trata-se, então, de enfrentar uma outra pergunta: por que nosso Estado vai tomar posição diante desta dimensão particu lar da vida social, formular proposições e implementar ações?

### O problema migratório

Aquí também a resposta parece simples: se o Estado di rige sua atenção para esta esfera, é porque há um problema mi gratório. Reforça esta resposta a constatação, acima explícita da, de que realmente existe uma espécie de consenso de que have ria algo de podre no reino espacial brasileiro.

Ocorre, no entanto, que também sugerimos que o pro blema não é exatamente o mesmo para todos, e que diferentes agen tes respondem a seu problema espacial à sua maneira. Cabe, pois, ir adiante e investigar de que maneira se constrói o problema mi gratório do ponto de vista do Estado.

Esta é uma questão crucial, pois a construção do pro .13.

blema a ser resolvido constitui elemento central da formulação de políticas. Nem mera operação técnica que supõe a presença em pírica de tal ou qual problema na realidade concreta, nem sim ples reconstituição formalizada dessa realidade, a construção do problema remete precisamente à natureza da posição a partir da qual o Estado fala e busca intervir.

O exame das políticas, a leitura dos documentos em que as análises (diagnósticos) são apresentadas e a necessidade de uma intervenção governamental justificada, não facilitam a tarefa. De modo geral, os textos conduzem a um terreno de generalidades que, longe de configurar a especificidade da política migratória, parece contribuir para desfigurá-la de sentido. Não seria exagero afirmar que estes documentos alinham, via de regra, como problema, os "grandes problemas nacionais", tal como vêm sendo percebidos na recente e já consolidada tradição brasileira de "políticas públicas" - em particular aquelas que são ditas "políticas sociais".

O problema é o desemprego ou sub-emprego, o baixo nível de remuneração, a desigual distribuição de renda, as péssimas condições de vida das populações urbanas mas também das rurais, etc. Ilustrativo deste tipo de postura é a passagem seguinte: "as migrações tornam-se objeto de preocupação do Governo pelo fato de existir, no país, grande número de pessoas em situação de sub-emprego e sub-renda, tanto no meio rural como no urbano" (MINTER, 1980, p.12).

Na mesma direção generalizante aponta o "objetivo - síntese" repetido em sucessivos documentos: "o objetivo - síntese da política de migrações internas consiste em criar estímulo

los orientados para a melhoria do nível de renda real das camadas populacionais de baixa renda, concomitante com o aumento das possibilidades de obtenção de emprego" (MINTER/SEPLAN, 1975, p. 18). (5)

Estando suposto que as migrações não constituem a causa do baixo nível de renda dessas populações, fica difícil entender de que maneira um aceno à miséria da população poderia ser tomado como justificativa para o estabelecimento de uma política-migratória. São os próprios planejadores quem reconhecem o fato faça-se justiça - ao afirmarem que os "movimentos migratórios operam, muitas vezes, como meros deslocamentos espaciais de pobreza" (MINTER, 1980, p.12).

Também por outro prisma verifica-se que a formulação constante dos documentos oficiais aponta numa direção que, aparentemente, contrariaria a necessidade (para não falar de exequibilidade de uma política migratória: as migrações são, sempre, consideradas como movimentos reflexos, como variável dependente. Assim, por exemplo, lê-se: "Dada a preponderância dos fatores emprego e renda na motivação dos migrantes, e a força determinante do remanejamento setorial e espacial das atividades econômicas sobre o deslocamento da população, o problema migratório se define, fundamentalmente, em termos da própria distribuição de oportunidades sócio-econômicas satisfatórias" (MINTER, 1980, p.15).

É certo que a política em foco vai classificar suas proposições em dois níveis: estrutural e conjuntural. O caráter subsidiário atribuído ao segundo nível, no entanto, permite relançar a pergunta: se o problema migratório é derivado de outros

.15.



problemas, qual o sentido de atuar nesta esfera específica? Por que não dissolver as preocupações com migrações no bojo de outras políticas, "estruturais"?

Na verdade, a concepção de migração como fenômeno re flexo, e, portanto, do problema migratório como resultante de outros problemas dificulta sobremaneira a justificativa para a geração de uma política setorial específica.

Sintomático, neste sentido, o tom polêmico que trans parece no documento de 1975, que reconhece a presença de um au tomatismo funcional dos movimentos migratórios, enquanto res posta à própria dinâmica do desenvolvimento brasileiro, e, si multaneamente, afirma que a racionalidade/funcionalidade deste automatismo é relativa, gerando disfunções/ irracionalidades. O texto afirma: "Desde um ponto de vista macroeconômico, vários estudos demonstram que as migrações tais como têm ocorrido, te riam tido papel relevante na redução das disparidades regio nais de renda, no aumento da produtividade, através da distri buição espacial e setorial da PEA, e na melhor distribuição do produto nacional. No entanto, essas generalizações racionali zantes e as atitudes passivas nelas implícitas podem ser ques tionadas (...) Em primeiro lugar, é possível que as modifica ções introduzidas na distribuição espacial da população pela migração não tenham sido as mais adequadas ou que não tenham ocorrido com o ritmo mais conveniente. Segundo, a experiência migracional no passado recente não serve necessariamente de guia para o futuro" (MINTER-SEPLAN, 1975, p.14) (6).

O argumento é, de toda evidência, insuficiente: con testar o argumento da racionalidade da migração no passado ar

güindo que esta racionalidade talvez não tenha atingido o "ótimo" é algo insustentável. Mas, sobretudo, o argumento é inconsistente, pois os próprios autores esposam a tese de que as migrações são função - reflexo - de outros fatores, e por eles são explicadas. Mas apesar de insuficiente e inconsistente, o raciocínio não perde seu interesse, pois afirma que é possível e necessário - romper com uma posição racionalizante passiva e passar a uma postura racionalizadora ativa. E abre-se assim a brecha necessária para introduzir a política migratória.

Retomando a demarche em termos mais claros, teríamos: 1º) é certo que as migrações respondem, lógica, racional e automaticamente, ao movimento geral de organização espacial do capital; e, 2º) existe, no entanto, por assim dizer "à margem", fluxos que escapam àquela lógica e que acabam por introduzir irracionalidades e disfunções que afetam a totalidade do sistema.

Se da formulação abstrata passássemos a uma ilustração concreta, teríamos, por exemplo: 1º) é verdade que os centros metropolitanos oferecem melhores condições de emprego - renda; 2º) é, pois, lógico e racional que os trabalhadores dirijam-se a estes centros; 3º) mas ocorre que há um fluxo de dimenções superiores à "capacidade de absorção" da metrópole.

Pode-se concluir que a "questão urbana", o chamado "inchamento" das metrópoles, resulta não propriamente da migração, mas das disfunções que operam no mecanismo de resposta ao qual estas migrações estão subordinadas. Nesta linha de raciocínio, entende-se que apareçam formulações referindo-se ao "problema migratório que aflige as Regiões Metropolitanas" (MINTER, 1979, p.49).

Acreditamos ter podido mostrar de que maneira, do ponto de vista analítico, foi possível, para os formuladores da política, compatibilizar um arcabouço teórico que reconhece nas migrações um mecanismo de resposta automática à "distribuição espacial das oportunidades econômicas" com uma proposta de intervenção específica sobre as migrações.

Outra formulação do mesmo teor surge quando, após uma discussão sobre as relações entre macro e micro-decisões, lê-se: "o migrante que vai para São Paulo é racional, mas esta decisão de ir a São Paulo pode não ser racional do ponto de vista macro, uma vez que esta área deveria ser considerada, segundo o II Plano Nacional de Desenvolvimento, como área de contenção" (SERFHAU, 1974, p.15).

Reordenando algumas das idéias exploradas neste ítem, poderíamos afirmar que a política migratória, ao formular o problema, não coloca em questão, nem pretende intervir sobre a lógica que leva populações inteiras a se deslocarem em busca da sobrevivência, ou então, de condições menos desfavoráveis de emprego-renda. Esta racionalidade não só não constitui problema como está reiterada.

O problema reside em corrigir os defeitos que, por imperfeições no mercado de trabalho e na circulação de informações (cf. SERFHAU, 1974. p.5), gera movimentos que escapam a uma racionalidade mais abrangente.

Se, muitas vezes, a migração não é senão "deslocamen to espacial de pobreza", se a miséria é lote compartilhado por populações urbanas e rurais, nas diferentes regiões do país, na da disto impede que se possam determinar direções adequadas e

direções inadequadas para os deslocamentos. É quase afirmar que a pobreza pode se localizar funcionalmente em certos lugares, mas que em outros ela se torna irracional e gera distorções.

O Estado pode, então, e deve, dotado de um saber técnico e de instrumentos operativos determinados, conferir racionalidade à organização sócio-espacial. E a política migratória, por intervir sobre os deslocamentos populacionais, aparece justificada - tem um objeto e uma razão de ser específicos.

### A solução do problema - objetivos

Da mesma forma com que dificultam a identificação das questões que justificam a gestação de uma política especificamente migratória, confundindo diferentes níveis de problemas, os planejadores alinham diretrizes, linhas de ação e metas de variadas escalas segundo uma ordenação nem sempre coerente.

No documento de 1975 (MINTER-SEPLAN, 1975), os objetivos e ações são divididos em "estruturais" e "conjunturais"; no plano aprovado em 80, fala-se da atuação sobre os "determinantes da migração" e sobre as "consequências" da migração. Optamos por uma classificação diversa, que talvez nos ajude a captar o sentido das medidas propostas.

#### 1. Objetivos inespecíficos a uma política migratória

Neste grupo reunimos todas as proposições cuja aplicação pode ter efeitos sobre as migrações internas, mas que, como reconhecem os próprios formuladores, atuam sobre dinâmicas e processos sócio-econômicos que escapam ao campo específico de uma política migratória.

Estes objetivos contemplam desde medidas de apoio ao pequeno produtor rural até a criação de empregos e melhoria das condições de trabalho e níveis de renda das "populações mais carentes". Sugere-se também a implantação de novas formas de assentamento para a colonização da fronteira agrícola, e muitas outras coisas mais. A lista de proposições e áreas de atuação é tão ampla que seu exame detido escaparia largamente aos objetivos destas notas. Por outro lado, a presença destas metas em documentos de política migratória serve muito mais para mostrar a compatibilidade da política proposta com outras políticas já legitimadas do que para gerar efeitos suplementares.

## 2. Objetivos voltados à desconcentração e à configuração de um novo modelo espacial

Entramos agora num terreno mais movediço, onde se destaca a preocupação de afirmar a possibilidade, para o Estado, de capturar a totalidade do sistema e submetê-lo a práticas que lhe confirmem racionalidade. Neste nível, encontramos as proposições relativas à desconcentração industrial, fortalecimento de centros de porte médio e outras do mesmo tipo. Na verdade, não se faz senão retomar linhas também explicitadas nos grandes planos nacionais de desenvolvimento e que conduziriam a uma redefinição global do modelo sócio-espacial brasileiro.

Não pretendemos retomar uma discussão, já quase esgotada, a respeito da convicção que anima estas propostas, a saber: que a concentração urbana constitui, por si mesma, um mal, uma irracionalidade global do sistema. Ao recusar este debate não queremos desconhecer que a posição em foco, de alguma ma

neira, revitaliza uma velha tradição anti-urbanista das classes dominantes brasileiras e, ao mesmo tempo, responde a estímulos oriundos de modelagens inspiradas em redes urbanas de formações sociais absolutamente distintas da nossa.

Relevante parece-nos lembrar, não obstante, que ainda está longe de ter sido demonstrado que existe qualquer correlação causal entre níveis de concentração e níveis de renda ou bem-estar social ... O que certamente não tem impedido que a política migratória tenha como lema central a desconcentração.

Reconhecido estudioso do tema, a este respeito, escreveu: "De fato, não existe consenso sobre a distribuição ideal da população, embora haja uma série de diretrizes de natureza quase intuitiva a respeito (e.g. "descentralizar", "interiorizar", "desconcentrar", "ocupar espaços vazios", etc)" (MARTINE, CAMARGO, 1984, p.133) (8). Testemunho franco e valioso, embora não deixe de causar estranheza que a formulação de políticas que supostamente interferirão na vida de milhões de pessoas possa ficar ao sabor de meras "intuições" ...

Parece-nos importante chamar a atenção, no entanto, para um outro aspecto: na verdade, intuitivo ou resultante de estudos altamente sofisticados, o fato é que o pressuposto que funda e sustenta a pretensão de propor modificações na distribuição espacial da população é a perspectiva de que há um modelo - ou que se pode produzir um modelo - que racionalize espacialmente as relações sociais. Mesmo que os objetivos "estruturais" não sejam alcançados, mesmo que os "determinantes da migração" permaneçam intocados, é possível e necessário reordenar - ao menos parcialmente - a distribuição espacial dos tra

ballhadores, reorientar certos fluxos, induzir outros; e assim, mantendo constantes as variáveis independentes, alterar o padrão espacial e conferir-lhe mais eficiência e racionalidade. Os "movimentos "descontrolados"(cf. Sugestões apresentadas ao Governo Federal como conclusão da Jornada Regional Centro-Sul de Serviços Sociais, 1970; apud. NETO, 1971, p.3), os fluxos irracionais do ponto de vista macro, as disfunções, tudo isso pode ser equacionado e racionalizado.

O paradoxal é que, mesmo sem enunciar o modelo que se pretende atingir, os planejadores não hesitem ( ancorados em suas "intuições"?) em determinar quais os fluxos a serem estimulados, quais aqueles que serão combatidos ou reorientados. Mas se a ausência de modelo estratégico não inibe a produção de linhas de ação, uma das quatro diretrizes estabelecidas é, justamente, "elaborar e manter atualizada uma estratégia global de distribuição espacial da população, explicitando as alternativas de ocupação territorial e de remanejamento populacional" (MINTER, 1980, p.13).

Neste terreno, merecem menção as críticas que vêm denunciar a ausência, ou inconsistência, do plano/estratégia global, sem o qual não seria possível racionalizar nem mesmo a intervenção estatal, quanto mais a localização dos trabalhadores no espaço. Vejamos uma dessas críticas: "Julgando-se necessário, ou para reduzir os efeitos negativos da migração, ou para aumentar sua eficiência, redirecionar os fluxos, então são imprescindíveis algumas diretrizes de que fluxos devem ser aumentados, diminuídos, redirigidos, estimulados ou desviados. Isto é, para aplicar uma política de racionalização de investimentos

e população sobre o território, é necessária uma idealização prévia de como deveria ser alocada a população sobre o espaço a médio e longo prazos" (MARTINE, 1978, p.32, grifo nosso).

O interesse dessa crítica ultrapassa de muito a denúncia que faz de certas proposições oficiais (8), pois nela encontramos formulado, da maneira mais cristalina, um outro pressuposto 'que, ao lado do "mito da racionalidade", encontra-se de maneira mais ou menos aberta no conjunto da política, a saber: os trabalhadores são peças presentes num enorme tabuleiro, que podem (e devem, para seu próprio bem) ser movidos - redirigidos, desviados, orientados - à luz de uma racionalidade/razão que não é sua, que desconhecem e lhes é absolutamente estranha (9).

O caráter totalitário desta presunção racionalista e racionalizadora não escapa aos próprios planejadores, que reiteradamente insistem em marcar o caráter não autoritário das políticas que propugnam. Entre as várias passagens em que se manifesta esta consciência, selecionamos a seguinte: "Não pretende o Governo controlar, rigidamente, mas coordenar o processo de deslocamento populacional. A opção seria um processo de orientação e de esclarecimento (...) a fim de corrigir certos aspectos responsáveis pela ocupação pouco racional do território" (SERFHAU, 1974, p.16).

Afinal de contas, o recurso à violência direta, além de ferir consciências, é absolutamente dispensável pois estão disponíveis outros mecanismos que podem, inclusive, ser mais eficazes e operacionais. Numa sociedade dominada pelo econômico, frente a populações premidas pelo desemprego e pela fome, não será argumento suficientemente convincente a indicação de



que em tal ou qual lugar se obterá emprego, casa e comida?(10).

O círculo aparentemente se fecha: agora a criação de empregos e a elevação da renda em espaços diferenciados não aparece mais como o objetivo ("objetivo-síntese"), mas se transforma também em meio de execução de uma política de deslocamento e reordenamento da distribuição espacial dos trabalhadores. A operação racionalizante redefiniu as relações entre meios e fins.

Note-se, no entanto, que a transfiguração dos homens/trabalhadores em piões que podem/devem ser deslocados segundo lógicas que lhes são estranhas não é uma invenção *ex-nihilo* da política migratória ou do Estado. Na verdade, a mobilização espacial dos trabalhadores, a expropriação de suas condições de existência e de sua espacialidade, é elemento constitutivo tanto da gênese quanto da reprodução ampliada do capital (aqui entendido enquanto relação social). É o capitalismo, e não o Estado, quem vem transformando, de forma cada vez mais extensa, os trabalhadores em volantes, migrantes, hostes errantes, populações sem eira nem beira, "magotes de gente disponível para qualquer arregimentação" (11).

Mas se a operação racionalizadora não institui a mobilidade do trabalho, dela se apropria, e nessa apropriação "fait du vice, vertu": a mobilidade não é suporte/forma da subordinação do trabalhador à lógica espacial do capital, mas meio através do qual será possível estabelecer uma racionalidade neste mesmo espaço caótico gerado pelo capitalismo.

### 3. Objetivos voltados à implantação de um aparato de monitoragem e acompanhamento dos movimentos migratórios

A irracionalidade não está presente apenas nas "disfunções" resultantes do formato de distribuição espacial de população. Ela é reforçada, agravada, por movimentos que, mesmo quando dotados de racionalidade própria, interna (caso do trabalhador que, racionalmente, se dirige para São Paulo), contrariam a razão macro-social, desfiguram o mapa ideal que serve de parâmetro, mais ou menos explícito, à política migratória.

Em qualquer sistema social, disfunção é sinal ou prenúncio de tensão social e conflito, latente ou aberto. Magotes que se reúnem, frustrados que se acumulam num mesmo ponto do espaço, trabalhadores que começam a elaborar respostas não admitidas pelas regras do jogo. Não se trata, aqui, de anunciar a grande conflagração, mas de lembrar que estas disfunções são, sempre, percebidas como brechas a serem cobertas por uma ação corretiva ou preventiva do Estado.

O monitoramento dos movimentos que ocorrem torna-se, pois, questão estratégica. Tanto mais se se considera o ritmo em que se dá o surgimento de novos fluxos, as dimensões que certos movimentos de população podem tomar em curto espaço de tempo, bem como o caráter errático dos deslocamentos a que parcelas da população trabalhadora, cada vez mais numerosas, estão submetidas.

O homem a ser reorientado, redirecionado, esclarecido quanto à alternativa adequada de localização, não pode permanecer enquanto objeto ideal de um projeto racional. Ele tem que

ser buscado, encontrado, identificado, ter suas trajetórias conhecidas; e, na medida do possível, deve ser capturado por uma rede institucional que torne possível agir sobre ele. O objeto da ação, neste terreno concreto, não é mais o fluxo, nem a migração, mas o indivíduo, o trabalhador, que foi expulso de sua terra, que perdeu o emprego, que quer tentar a vida na cidade, que quer voltar à terra natal, ou que corre à "fronteira" na esperança de obter um pedaço de terra que lhe foi negado no Paraná, e que já tinha sido negado em tantos outros lugares pelos quais passou e passaram seus pais e avós.

Este trabalhador, na política migratória, é tratado ao nível das medidas "conjunturais" (MINTER-SEPLAN, 1975) ou das "ações programadas a nível das consequências da migração" (MINTER, 1980). Dois sub-programas são criados: o Sistema de Informação sobre Migrações Internas (SIMI) e o Serviços de Apoio aos Migrantes (SAMI).

O SIMI prevê a agilização da coleta de informações sobre "direção, dimensão, características e consequências dos fluxos migratórios", a fim de fornecer "subsídios para a ação do governo nessa área" (MINTER, 1980, p.26).

Sua concepção, diretamente decorrente de uma exacerbação do princípio da racionalidade totalizadora, supunha ser possível, num país como o Brasil nos anos 70-80, nos níveis de organização e cobertura do território que caracterizam o aparato administrativo do governo, implantar um sistema que: 1º) coletasse informações de maneira sistemática e permanente; 2º) processasse e analisasse estas informações; 3º) repassasse dados e análises à esfera de tomada de decisões no âmbito de po

líticas migratórias. Mais ainda, para que o conjunto do sistema tivesse utilidade, era necessário ainda que os núcleos de decisão estivessem capacitados a avaliar alternativas e selecionar a mais racional, para que, em seguida, a instância de execução mobilizasse recursos e acionasse mecanismos e instrumentos capazes de reorientar, induzir, direcionar fluxos conforme as decisões tomadas.

Depois desta descrição, que certamente peca por caricatural, não é preciso dizer que o SIMI fracassou em seus propósitos. Nem as reformulações nos métodos de coleta e processamento, nem as rearticulações institucionais permitiram-lhe sequer, aproximar-se dos objetivos estabelecidos.

Não se poderia, apesar de tudo, desprezar a experiência recolhida em termos de monitoramento de movimentos migratórios. Em situações específicas, as informações SIMI permitiram um acompanhamento quase corpo-a-corpo dos migrantes em fluxo, como no Posto de Vilhena, porta de entrada de Rondônia.

Quanto ao SAMI, tinha por meta precípua prestar assistência a migrantes, prioritariamente em áreas urbanas de passagem e atração. Algumas unidades foram também implantadas em função de grandes projetos - Itaipu, Tucuruí, Tubarão, etc. - e em áreas de fronteira - Vilhena, por exemplo.

Num documento de orientação, lê-se: "Mesmo considerando primordial o caráter estrutural do fenômeno migratório, a política procura minimizar as consequências negativas das distorções vigentes no sistema sócio-econômico, refletido nos movimentos de população, visando: proporcionar apoio e orientação ime

diata aos migrantes recém-chegados e carentes nos centros ur  
banos; proporcionar apoio e mecanismos de subsistência à popu  
lação potencialmente migrante, localizada em áreas de expulsão  
demográfica; reorientar os fluxos migratórios, criando condi  
ções para que a mão-de-obra migrante tenha acesso a oportunida  
des mais adequadas de emprego" (MINTER, 1980, p.5) (13).

Em 1979, já estavam em funcionamento 33 CETREMIs. No  
final de 1980, havia 85 unidades de atendimento. O número so  
be a 112, por todo o país, em início de 1984. Para uma avalia  
ção deste sub-programa é fonte fundamental o trabalho produzido  
no próprio Ministério do Interior, no final do ano passado  
(MINTER, 1984). Com seriedade e rigor dignos de menção, o SAMI  
aparece neste texto despojado de suas pretensões reguladoras, e  
suas unidades de atendimento são reduzidas a simples agências  
de serviço social, ajudando migrantes (e muitos não migrantes,  
segundo os critérios do programa) a obterem documentação, pas  
sagens, albergamento provisório. Sem dúvida alguma é muito pou  
co para um programa que, na origem, ia conduzir, no terreno,  
a batalha da reorientação dos fluxos.

Mas também no SAMI, como no SIMI, não se deve desco  
nhecer o significado da experiência. De um lado, sem dúvida,  
ela fracassa quanto a suas pretensões de forjar uma rede na  
cional que passasse ao migrante concreto a orientação emanada  
do núcleo central racionalizador do sistema. Por outro lado,  
no entanto, em situações específicas - e também aqui Vilhena  
é exemplo citado - o SAMI mostrou que a velha tradição brasi  
leira iniciada há mais de 100 anos com as Hospedarias no Rio  
de Janeiro e São Paulo, não pode ser desprezada enquanto for

ma, eventual, de controle e ordenamento da circulação do trabalho em mercados restritos.

Uma primeira avaliação de política migratória recente, após o que pudemos ver, certamente afirmaria que, em tudo e por tudo, ela fracassou. Sobre as ações ditas "estruturais", o veredicto do próprio MINTER é implacável: "Segundo uma divisão de cunho mais burocrático e administrativo (...) as ações ditas estruturais ficaram a cargo da Secretaria de Planejamento da Presidência da República (...) Na prática, nada foi efetivado em relação aos aspectos "estruturais" das migrações" (MINTER, 1984, p.8). Esta avaliação interna corresponde às análises do quadro espacial da população espelhado pelo Censo de 80, como mostraram alguns estudos (MARTINE, 1981; MARTINE e CAMARGO, 1984).

No que concerne os objetivos relativos ao monitoramento e ao corpo-a-corpo com o objeto de política "migrante", também os resultados são parcos. Nesta linha, no entanto, não se deve desprezar o fato de que, apesar do evidente fracasso, nunca o governo federal avançou ao nível alcançado nesta esfera, montando uma rede institucional relativamente importante e que poderá ser realimentada e reativada. Assim, em termos da criação de condições para um monitoramento, acompanhamento e controle corpo-a-corpo, apesar de tudo, o SIMI e o SAMI representaram um avanço, e uma experiência bastante importante em termos de esquadramento do território pelo aparato estatal.

Seria, no entanto, enorme ingenuidade concluir uma avaliação a partir do que parecem ser os resultados "concretos" da política migratória. Este tipo de avaliação conduz, quase inexoravelmente, a que se proponham novas formas de buscar atin

gir os mesmos objetivos, ou novas maneiras de acionar e/ou articular os mecanismos disponíveis, a fim de torná-los mais operacionais. Ou seja: este tipo de avaliação internaliza os próprios nexos que fundaram a política e, neste sentido, reiteram os objetivos e concepções de que a política é expressão e instrumento.

Em outras palavras: esta avaliação deixa intocado o núcleo central da política. Por isto mesmo, seria necessário avançar na discussão desse núcleo.

### Conclusão: como recomeçar?

Ora, como acreditamos ter podido mostrar, este núcleo é constituído pela concepção racionalista e totalizadora. E a força de resistência desta concepção, mais além da aura de tecnicidade e modernidade científica que a consagra, reside em sua capacidade de, continuamente, atribuir à ineficiência dos instrumentos operacionais o fracasso de seu exercício na política.

É, pois, necessário, recusar este terreno onde o "mito da racionalidade" é e será sempre inatingível - ou quase - e formular perguntas precisas à política migratória que não deixará de ser proposta, colocada e recolocada. E a primeira pergunta que nos parece pertinente é a seguinte: pode uma política migratória, fundada em modelo (intuitivo ou acabado, pouco importa) de organização espacial da sociedade, trazer contribuições efetivas a um enfrentamento substancial das chagas sociais que são o desemprego, a miséria e a tragédia humana que fazem o lote cotidiano de milhões de brasileiros?

Além desta pergunta, que pode ser dirigida à própria política migratória, há uma outra, que está a exigir uma reflexão cuidadosa de todos aqueles que partilham do consenso de que há um problema na organização espacial brasileira: é possível, através do Estado, expressar este consenso sob a forma de uma intervenção racionalizadora, que implica em reconhecer legitimidade ao Estado para determinar o lugar adequado (racional/ funcional) a ser ocupado no espaço pelo trabalho? Qual o sentido, político e ideológico, de um discurso estatal que reitera a mobilização espacial dos trabalhadores, e pretende aprisioná-la numa racionalidade que, por ser totalizadora e controladora, não passa de uma razão de Estado?

Ao final destas notas, vale a pena retomar a frase em epígrafe que sugere outras razões e outras lógicas que podem conduzir, elas também, a uma forma diferente de equacionar os problemas cruciais dos trabalhadores feitos migrantes, e cuja repercussão espacial não é nada desprezível: "Chega de sofrer, de andar correndo o mundo, sendo explorada pelos outros". Nesta frase sente-se o ecoar daquela outra frase que o picaresco anardilho espanhol criado por Francisco de Quevedo inscreveu no final do relato de uma desafortunada trajetória: "Nunca melhora o seu estado quem muda somente de lugar e não de vida e costumes" (QUEVEDO, 1985, p.107).



## N O T A S

- (1) O programa de pesquisas, implementado a partir de 1972-1973, por iniciativa do Ministério do Interior, produziu, até 1982, entre documentos de orientação e relatórios, cerca de 60 trabalhos, não havendo um único projeto voltado para o exame de experiências anteriores de intervenção governamental na área (cf. MINTER, 1982).
- (2) Numa rápida e incompleta recapitulação da trajetória da criação e consolidação de um núcleo de formulação e implementação de uma política migratória, destacam-se os seguintes lances:
- . 12/11/1971 - Portaria interministerial nº 3345, constituindo do comissão mista MTPS-MINTER-SUDENE-SUDAM, a fim de examinar problemas concernentes à mão-de-obra e migrações internas.
  - . 11/02/1972 - Portaria MINTER nº 0001, constituindo uma sub-comissão com a "finalidade de analisar documentos elaborados pelo IPEA e IBGE para uma pesquisa de caráter nacional de migrações internas, apresentar sugestões referentes aos objetivos, metodologia e esquema de realização respectivos".
  - . março/1973 - O MINTER prepara o "Programa de Trabalho sobre Migrações Internas", que "expressa a linha de ação que (...) desenvolverá, tendo em vista, de um lado, realizar uma ampla pesquisa sobre a identificação e características das correntes migratórias (...) e de outro, a indicação, ainda que em caráter preliminar, das principais di

retrizes políticas a serem impressas na condução dos esforços requeridos para a solução dos problemas subjacentes ao fenômeno migratório nacional".

- 05/03/1974- Convênio entre o MINTER e o Ministério do Planejamento" para estabelecer um esquema de cooperação técnica mútua, orientada para a execução de pesquisas no campo das migrações internas (...) com a finalidade de oferecer os elementos indispensáveis à formulação de uma política migratória nacional (...) definindo, igualmente, os instrumentos necessários à execução dessa política".
- 16/09/1974- Portaria interministerial nº 01299, criando a Comissão Executiva Nacional de Migrações Internas (CENMIG), composta de técnicos do MINTER e da SEPLAN.
- Junho/1975- Elaboração e discussão do documento "Sistema de Informações sobre Migrações Internas - SIMI".
- 1975 - A CENMIG apresenta o documento "Política de Migrações Internas", que, a partir de então, orientará a ação do MINTER. Este documento, no essencial, será retomado nos documentos oficiais posteriores e pelo "Programa Nacional de Apoio às Migrações Internas".
- 18/06/1979- Exposição de Motivos nº 089/79, criando o Grupo de Trabalho sobre Migrações Internas, com representação da SEPLAN, MINTER, MEC, MA, MF, MT, MIC, MS e MPAS.
- 05/03/1980- Aprovação do Programa Nacional de Apoio às Migrações Internas, preparado pelo Grupo de Trabalho. Cabe ainda registrar que, além das pesquisas (cf. nota 1), desde o início da segunda metade dos anos 70, começam a ser to

madras iniciativas para a implantação de Centros de Encami  
nhamento e Triagem de Migrantes e para a implementação  
do SIMI.

Informações extraídas do conjunto da documentação do  
MINTER referida na Bibliografia e do documento interno  
Histórico do Programa de Migrações Internas. Algumas no-  
tas. Outras informações podem ser encontradas em VAINER,  
1982, cap. 2.

- (3) Posição merecedora de atenção a contida na reflexão se  
guinte: "Quando afirmamos que inexiste um conceito socio  
lógico de migração, não estamos afirmando que inexistem  
conceitos sociológicos da migração, as definições possí  
veis da migração são infinitas. Distinguir característi  
cas novas ou subdividir um fenômeno dado é uma operação  
aritmética cujo único limite é a fruição do pesquisador  
ou a necessidade de distinção que lhe impõe o campo inte  
lectual". E os mesmos autores afirmam uma postura diante  
do imbróglio: "Quando afirmamos que inexiste um conceito  
sociológico de migração não temos em vista nenhum concei  
to específico de migração, compartilhado por um número  
mais ou menos amplo de estudiosos, e ao qual teríamos a  
opor outro conceito de migração. Este é o procedimento  
exatamente daqueles autores que participam plenamente do  
projeto de construção de uma 'teoria da migração'" (AL  
MEIDA e PALMEIRA, 1977, p.71).

- (4) Certamente que o Estado não constitui o famoso - mas hoje  
desacreditado - bloco monolítico, estado-maior... Certa  
mente que sua ação não é dotada de uma coerência absolu

ta, de linearidade e, nem mesmo, de unidade total de objetivos a cada conjuntura específica. Isto não nos impede de afirmar que, no meio de contradições e das hoje tão celebradas brechas, está presente uma unidade que confere ao Estado aquilo que o especifica enquanto forma histórica de organização social - o Estado tem por razão a reprodução das relações sociais que o sustentam.

Daí porque, se não são destituídas de interesse e valor as investigações que trabalham preferencialmente as contradições e brechas, tampouco se pode omitir, sob pena de se perder o sentido geral do movimento das relações Estado-sociedade, aquilo que confere unidade a esta instância.

- (5) A mesma frase, levemente alterada, comparece 5 anos depois: "O objetivo-síntese do Programa de Migrações Internas consiste em criar estímulos orientados para a melhoria do nível de renda real das camadas populacionais de baixa renda, através do aumento das oportunidades sócio-econômicas em espaços diferenciados" (MINTER, 1980, p.12).
- (6) Uma discussão e crítica de concepções que postulam a migração como "fenômeno reflexo da distribuição de oportunidades sócio-econômicas" pode ser encontrada em GAUDEMAR, 1976 e VAINER, 1984.
- (7) Em terceiro lugar, o texto alinha a importância crescente da atuação governamental, com efeitos sobre os fluxos e a necessidade de racionalizar esta atuação.
- (8) O mesmo autor, em outra passagem, adverte para estas inconsistências, resultantes, a seu juízo, de um engajamento ain

da incompleto à lógica imposta pelos critérios da racionalidade, que é necessariamente globalizante, totalizadora, exigindo que cada ato ou iniciativa esteja estritamente conforma a normas/regras claras e precisas: "já existe uma série de sugestões, proferidas em termos oficiais, que afetam e vão afetar a distribuição espacial de oportunidades econômicas. Cada uma destas sugestões a respeito da população estar mais concentrada ou mais espalhada, ou localizada preferencialmente em determinadas áreas, é consequência de um juízo de valores. Estes valores não são sempre explicitados e nem estão sempre coerentes com os valores subjacentes a outros esquemas de redistribuição espacial, nem necessariamente com objetivos predominantes do planejamento nacional" (MARTINE, 1978, p.27).

(9) Não há como resistir à tentação de lembrar FOUCAULT: "O homem ocidental aprende pouco a pouco o que significa ser uma espécie viva num mundo vivo, ter um corpo, condições de existência, probabilidades de vida, ter uma saúde individual e coletiva, forças que se podem modificar e um espaço onde se as pode repartir de maneira ótima" (1976.p.187 - grifo nosso).

(10) "Em algumas sociedades autoritárias a coerção foi aplicada livremente para executar ou impedir a redistribuição de população; em sociedades ocidentais, algumas medidas de natureza coercitiva isoladas e descentralizadas (p.ex., de tendo os migrantes nos limites do Estado) foram também aplicadas. Mas, na instância atual, tais medidas podem ser rejeitadas completamente, por contrariarem o princípio fun

damental da liberdade de movimento" (MARTINE, 1974,p,21).

Sem querer estabelecer, o que seria insensato, uma equivalência entre as várias formas de violência e coerção, não se pode deixar de indagar se nessas " sociedades ocidentais" regidas pelo "princípio fundamental da liberdade de movimento", a coerção econômica não desempenha papel fundamental. Não seria o caso de redefinir esse próprio conceito de liberdade?

Por outro lado, não seria o caso de perguntar se essa "liberdade de movimento" permanece íntegra quando se propõe a mobilização sistemática de recursos do Estado nacional para orientar, estimular, redirecionar ou eliminar fluxos?

- (11) "A mobilidade da força de trabalho é (...) uma característica do trabalhador submetido ao capital e conseqüentemente ao modo de produção capitalista. Ela constitui fundamentalmente a condição de exercício da força de trabalho enquanto mercadoria (...). Se se pode dizer que o capitalismo começava com a exploração da força de trabalho, deve-se acrescentar que ele não podia nascer senão a partir do momento em que o trabalhador tivesse adquirido esta mobilidade; não no sentido apologético, que lhe reconheceu a teoria clássica, do homem inteiramente livre em seu destino, ator de sua própria história (e de sua própria espacialidade e localização - C.V.), mas no sentido do consentimento que lhe impõe a busca de um emprego (V. nota 9 - C.V.). A mobilidade da força de trabalho aparece, en

tão, como a condição necessária, senão suficiente, da gênese do capitalismo e como índice de seu desenvolvimento" (GAUDEMAR, 1976, p.125).

- (12) Numa avaliação interna do SIMI, lê-se: "Na teoria, a função e a estrutura organizacional do SIMI parecem bastante claras e coerentes (...) Entretanto, é forçoso reconhecer que o SIMI ainda não conseguiu atingir a qualidade de "sistema" propriamente dito (...) O primeiro grande problema que afeta o SIMI diz respeito à falta de periodicidade e de atualidade das informações geradas. Conforme explicação anterior, a principal razão de ser do SIMI, pelo menos a curto prazo, derivaria de sua capacidade de alimentar as agências governamentais, assim como outras instituições (...) Na realidade, o SIMI ainda não cumpriu essa função pois nunca conseguiu apresentar informações atualizadas em tempo hábil para poder nutrir diretamente qualquer ação governamental em torno às migrações "internas" (MINTER, nov/1980, p.5).
- (13) Bem mais ambiciosos eram os propósitos previstos para os Centros de Triagem e Encaminhamento de Migrantes, em 1974. Em documento oficial, lê-se: "... poder-se-ia afirmar que uma política migratória bem sucedida seria aquela que conseguisse racionalizar os movimentos populacionais de acordo com as diferenças espaciais de oportunidades de trabalho, e que capacitasse os migrantes para assumirem os empregos disponíveis e que, portanto, os fixasse no mercado de trabalho. Nesta ótica, os Centros de Migrantes assumiriam o papel de agentes de redistribuição

ção e capacitação de população migrante de acordo com as necessidades do mercado de trabalho" (MINTER, 1974, p.4).



## BIBLIOGRAFIA

Alfredo Wagner ALMEIDA; Moacir Gracindo PALMEIRA. A Invenção da Migração. Rio de Janeiro, Departº de Antropologia/ Museu Nacional - UFRJ, 1977, mimeo (projeto Emprego e Mudança Sócio-Econômica no Nordeste. Relatórios de pesquisa).

BECKER et alii. Mobilidade da Força de Trabalho: Principais Dimensões Sócio-Econômicas e suas Implicações na Organização do Espaço. Brasil 1950/1975. Comunicação apresentada ao V Encontro Nacional sobre Mão-de-Obra Volante na Agricultura, Botucatu, 1975, mimeo.

Michel FOUCAULT. Historie de la Sexualité, 1 - La Volonté de Savoir. Paris, Editions Gallimard, 1976.

Jean-Paul GAUDEMAR. Mobilité du Travail et Accumulation du Capital. Paris, François Maspéro, 1975.

George MARTINE. Reflexões sobre Problemas, Políticas e Pesquisa de Migração. Brasília, PNUD-Projeto de Planejamento de Recursos Humanos, 1974.

. Migrações Internas no Brasil: reflexões sobre a correspondência entre problema, pesquisa e política. (Trabalho apresentado no Seminário sobre Redistribuição Espacial da População, Santiago do Chile). PNUD-Projeto de Planejamento de Recursos Humanos, 1978, mimeo.

. Notas sobre os Resultados Preliminares do Censo Demográfico de 1980. OIT/CNRH, 1981.

George MARTINE; Liscio CAMARGO "Crescimento e Distribuição da População Brasileira: tendências recentes" In Revista Brasileira de Estudos de População, v.i, n. 1/2, jan/dez.1984.

MINTER - Projeto Nacional de Centros de Triagem e Encaminhamento de Migrantes. Versão preliminar. Brasília, 1974, mimeo.

\_\_\_\_\_ - Principais Linhas de Ação do Ministério do Interior para o Período 1979-1985. Brasília, Minter, 1979, mimeo.

\_\_\_\_\_ - Política de Migrações Internas. Instrumentos Operacionais, CETREMI-SAMI. Brasília, MINTER, fev/1980, mimeo.

\_\_\_\_\_ - O Programa SIMI. Notas para a discussão. Brasília, MINTER, nov/1980.

\_\_\_\_\_ - Programa de Migrações Internas. Subprograma de pesquisas. Relatório. Brasília, MINTER, dact.,jun/1982.

\_\_\_\_\_ - Diretrizes para a Atuação do Serviço de Apoio aos Migrantes - SAMI. Brasília, MINTER, nov/1984.

MINTER-SEPLAN - Políticas de Migrações Internas. Brasília, MINTER, 1975, mimeo.

A. Jordão NETO . "Migrações Internas. Subsídios para Elaboração de uma Política Nacional". In Revista Promoção Humana, São Paulo nº 2, dez/1971.

Francisco de QUEVEDO. O Gatuno. História da vida do gatuno chamado Dom Pablo, exemplo de vagabundos e espelho de velhos. São Paulo, Global, 1985.

SERFHAU - Mudanças na Composição do Emprego e na Distribuição de Renda: Efeitos sobre as Migrações Internas. Relatório nº 1. Apresentação e Síntese. Rio de Janeiro, SERFHAU/BNH/OIT, 1974, mimeo.

Melo da SILVA "Pesquisa de Fluxos Migratórios para Belo Horizonte". In Migrações Internas e Desenvolvimento. Regional. Belo Horizonte. CEDEPLAR/ANPEC, 1975, mimeo., vol.1.

Carlos VAINER. Políticas e Estrutura de Acolha de Migrantes nas Cidades do Rio de Janeiro e São Paulo. Análise Comparativa. Rio de Janeiro, IPLANRIO/PUR/UFRJ, 1982.

Trabalho, Espaço e Estado: questionando a questão migratória. Rio de Janeiro, PUR/UFRJ, 1984.

NOTAS SOBRE A RENDA DA TERRA URBANA \*

Luiz Cesar de QUEIROZ RIBEIRO \*\*

\* Artigo publicado originalmente na Revista Chão, março -  
abril - maio, 1979, p.18-23.

\*\* Sociólogo, professor do PUR.

Pretendemos discutir neste artigo algumas idéias relacionadas com a questão da renda da terra utilizada na produção de habitações, a partir das hipóteses levantadas por Rodrigo Lefêbre (Chão, nº 3, pp.17/20). O presente trabalho não almeja ser mais que notas introdutórias, baseadas em reflexões e leituras sobre o assunto, com o fim de levantar alguns pontos para discussão.

Concordamos com a conclusão geral de Lefêbre, segundo a qual os empresários imobiliários podem captar parte da renda da terra urbana, na forma de lucros extraordinários, e que, para tanto, a localização do empreendimento no espaço urbano seja um fator decisivo. Não concordamos, no entanto, com a análise do autor.

O seu raciocínio parte da constatação de que existe um preço geral de construção por metro quadrado construído, formado a partir dos preços individuais dos empreendimentos localizados nos terrenos mais caros, aqueles situados em pontos do espaço urbano melhor servidos de equipamentos e serviços. Isto permitiria aos capitalistas que constroem nos terrenos mais mal localizados, mais baratos, portanto, obter preços de produção menores que o preço geral e, desta forma, realizar superlucros.

Lefêbre chega à conclusão de que o terreno no ramo da construção habitacional representa "uma espécie de matéria-prima para produção, fazendo parte do capital constante circulante" (sic! p.17). Daí porque, segundo Lefêbre, na produção de habitações, seria nos terrenos mais mal localizados que os capitais teriam possibilidades de realizar super lucros, já que nos mais bem situados seria maior o "valor" desta "matéria-prima". Neste sentido, haveria uma inversão da análise de Marx sobre a

renda diferencial, segundo a qual é nos terrenos mais bem localizados que os capitalistas realizam lucros extraordinários.

O raciocínio de Lefèvre se fecha quando responde à questão que implicitamente ele mesmo se coloca: se o terreno é uma espécie de matéria-prima, portanto, mercadoria produzida pelo trabalho humano, como se forma seu valor? Ele encontra resposta na hipótese que levanta para discussão, segundo a qual "o terreno está cristalizado um somatório de valores correspondentes à fração de mais-valia conseguida na produção da cidade, ou seja, na produção de ruas, na construção de redes de serviços urbanos, na construção de edifícios para consumo coletivo e até mesmo na construção de edifícios particulares" (sic! p.19). Com isto fica explicado porque os terrenos mais bem situados são os mais caros, pois onde se localizam há maior quantidade de mais-valia criada na produção de equipamentos e edifícios (públicos ou particulares). Essa massa de mais-valia *flutuante* seria apropriada pelos proprietários, quando vendem ou alugam os terrenos.

Esta análise coloca um certo número de problemas teóricos e práticos. Se tal é verdade, os empresários construtores de apartamentos teriam preferencialmente interesse em realizar operações em terrenos cujos "valores" fossem os mais baixos possíveis. Ora, sabemos que, no Brasil, esses terrenos estão situados nas periferias das grandes cidades, onde, no entanto, só atuam pequenas empresas, e onde, por outro lado, o grosso das construções é realizado de maneira não-capitalista: a autoconstrução. A construção de corte eminentemente capitalista tende a se concentrar no centro da aglomeração ou nas suas imediações, onde estão localizados os serviços e equipamentos necessários à vida urbana. Esses centros podem ser mais ou me

nos extensos, conforme a estrutura de cada metrópole. Na região de São Paulo, por exemplo, o centro   menos reduzido do que no Rio de Janeiro, mas este fato muda apenas a grandeza do problema e não a sua natureza: as constru es mais rentáveis tendem a se concentrar nos centros da aglomera o.

Do ponto de vista teórico coloca-se a questão de saber como o proprietário se apropria dessa *mais-valia flutuante*, se o que ele vende ou aluga   tão-somente o seu direito monopolista sobre o uso da terra. O proprietário não vende, juntamente com o seu terreno, parte ou totalidade da rede de água e esgoto, do sistema de ilumina o, do sistema de tr fico, das canaliza es, ou parte do supermercado instalado na  rea. O comprador adquire o poder de uso sobre o espaço, dentro das limita es impostas pela legisla o urbanística, mas não adquire nenhuma posse sobre as condi es externas ao imóvel.

A terra assume um preço simplesmente por ser uma condi o necessária   produ o capitalista e um espaço, elemento vital a toda atividade humana, não reprodutíveis e monopolizados pelo proprietário fundiário.

No caso da habita o, o solo   uma condi o fundamental para a produ o e o consumo dessa mercadoria. Para produ o, ele   um suporte físico sobre o qual o capital-dinheiro se metamorfoseia em mercadorias, em bens imóveis; e, para o consumo habitacional, ele representa um espaço vital de reprodu o. As condi es externas ao imóvel têm importância no consumo habitacional na medida em que a atividade de reprodu o necessita de uma série de valores de uso que se encontram no espaço urbano. Isso significa que o proprietário, quando vende a sua proprieda

de, vende o direito de uso sobre um espaço e um ticket de acesso a esses valores de uso externos. O preço desse ticket será tanto maior quanto maior for a diferenciação quantitativa e qualitativa da distribuição no espaço urbano dos valores de uso externos ao imóvel. Não há, portanto, venda dos equipamentos, edifícios, etc. e sim do acesso a essas utilidades necessárias ao consumo habitacional.

### A renda diferencial urbana

Lefebvre parte das conclusões de Marx sobre a natureza como origem de renda diferencial de localização da terra agrícola. Ele tenta aplicar o esquema de Marx para o caso da renda gerada na utilização da terra urbana no processo de produção de edifícios de apartamentos.

Na análise formulada por Marx, a renda diferencial tem origem na produção capitalista das mercadorias agrícolas. Ela nasce da diferença obtida por um capital entre o seu preço geral, este estabelecido a partir dos preços individuais de produção nas terras mais mal localizadas, gerando um lucro adicional em relação ao lucro médio, apropriado pelo proprietário fundiário em razão do seu monopólio sobre o uso da terra agrícola. A diferença entre o preço de produção na terra mais bem localizada e o preço geral deve-se a que a maior proximidade do mercado consumidor gera custos de produção por mercadoria menores do que os custos daqueles que investem nas terras mais afastadas. A localização do terreno agrícola implica, portanto, em que o trabalho empregado na produção seja maior ou menor, na medida em que os custos de escoamento das mercadorias se incluem nos custos de produção. Aqueles que investem seus capitais em terras



mais próximas do mercado consumidor realizarão super lucros, uma vez que venderão suas mercadorias ao preço geral de produção, mas com menores custos que os capitais investidos nas terras mais afastadas.

Para Marx nem a terra e nem a propriedade privada do solo são fontes de renda diferencial. Ela "provém da circunstância de certos capitais isolados empregados num ramo de produção terem fecundidade maior em relação aos investimentos de capital excluídos dessas excepcionais condições favoráveis..." (O Capital, livro III, p. 741). Ela resulta do super lucro realizado pelo capitalista que desfruta dessas excepcionalidades, em razão de "vender a mercadoria ao preço geral de mercado, ao preço que a concorrência nivela os preços individuais, e, ainda, de a maior produtividade do trabalho mobilizado redundar em favor do empregador e não dos trabalhadores, como toda produtividade do trabalho, a qual aparece como produtividade do capital". (O Capital, livro III, p.737). A renda diferencial persistiria se fosse abolida a propriedade privada da terra. Neste caso, ela mudaria de forma: deixaria de aparecer como renda captada pelo proprietário fundiário, para se expressar na forma de super lucros realizados e apropriados pelos capitalistas que monopolizassem as condições singulares de produção.

A aplicação do conceito de renda diferencial na análise da renda gerada pela utilização do solo urbano na produção de edifícios de apartamentos implica que tomemos algumas precauções. Com efeito, a localização do terreno no espaço urbano, abstraindo-se os fatores topográficos, legais (imposições diferentes sobre o aproveitamento do terreno, exigências de construção

de equipamentos, natureza do solo) e o tamanho da operação permitindo economia de escala, não tem nenhum impacto ao nível de produção de apartamentos. Isso porque a mercadoria "habitação" não se desloca para ser comercializada no mercado consumidor. O fato, por exemplo, de um terreno estar localizado em Ipanema ou Nova Iguaçu não permite ao empresário construtor obter maior produtividade do trabalho e, portanto, custo menor de produção. Irá permitir-lhe, é claro, pagar maior ou menor preço da terra, ou seja, a renda fundiária capitalizada. Esse fato poderia gerar super lucros para o construtor que decidisse produzir apartamentos em Nova Iguaçu, desde que pudesse comercializá-los ao mesmo preço dos apartamentos construídos em Ipanema. Para tanto, seria necessário que as pessoas que desfrutam de um alto nível de renda e que aceitam utilizar boa parte para morar em Ipanema, concordassem em pagar o mesmo preço para morar em Nova Iguaçu. Tal não aconteceria, porém, porque elas sabem que não desfrutariam das mesmas condições de consumo habitacional, e, portanto, não estariam dispostas a pagar o mesmo preço que para apartamentos localizados em Ipanema. O nosso capitalista seria forçado a produzir apartamentos cujos preços de venda fossem condizentes com o nível de renda das pessoas que estão dispostas (ou obrigadas?) a morar em Nova Iguaçu.

A localização da habitação tem importância decisiva no seu consumo, pois ela possibilitará ao ocupante maior ou menor, melhor ou pior acesso a uma série de valores de uso urbano. Para a produção da habitação, o solo representa tão somente um suporte físico, sobre o qual se processa a reprodução do capital. Para o consumo da habitação, a localização é funda

mental, pois o espaço urbano é, quantitativa e qualitativamente, diferenciado no que tange à distribuição dos valores de uso que complementam o consumo da moradia. Se não houvesse esta diferenciação, os preços dos terrenos urbanos utilizados para fins habitacionais em pouco ou em nada se diferenciariam. A homogeneização dos preços não acontece, porque os terrenos situados nas zonas onde se concentram os valores de uso externos à habitação são mais disputados pelas pessoas com maior poder aquisitivo, o que permite aos seus proprietários demandar maiores preços para ceder o direito de uso. O contrário sucede com os terrenos mais mal localizados, criando entre essas duas situações - limites um gradiente de preços fundiários, que tende a distribuir as pessoas no espaço urbano segundo o poder aquisitivo.

A importância da localização para o consumo habitacional é muito maior do que possa parecer. A maior ou menor utilidade da habitação não se dá apenas pelo fato dela se situar no centro, na periferia ou nas zonas intermediárias. Numa mesma zona, digamos um bairro, por exemplo, que apresenta as mesmas características em termos de acesso aos serviços urbanos, os preços fundiários variam em função de outros atributos. As ruas menos movimentadas do bairro são mais "valorizadas" pelas pessoas do que aquelas que concentram o fluxo de transportes.

Nessas condições nos parece muito difícil pensar que exista um preço geral de produção por metro quadrado como regulador do preço de mercado. Os preços dos terrenos são passados para os preços de venda dos apartamentos e estes variarão em função da localização do empreendimento. Até em um mesmo edifício, os preços de venda não são idênticos em função da sua loca

lização: ser de frente ou de fundos, estar situado nos primeiros ou nos últimos andares.

### Renda absoluta urbana

Parece-nos mais acertado analisar a renda da terra utilizada para produção de edifícios de apartamentos a partir dos conceitos de renda absoluta e de monopólio. Eles são mais adequados para explicar uma série de fenômenos tais como: a alto preço relativo da habitação, que torna insolventes todos os grupos e classes sociais cujos salários se situam ao nível da subsistência; as marcantes diferenças dos preços de venda dos apartamentos segundo a localização no espaço urbano: a tendência dos grupos e classes sociais em ocupar o espaço urbano de forma segregada; e as estratégias de localização dos empresários construtores, como práticas de apropriação de parte da renda fundiária urbana. É claro que não pretendemos analisar o conjunto desses fenômenos, mas mostrar que eles podem ser entendidos a partir dos conceitos de renda absoluta e de monopólio.

Marx desenvolve o conceito de renda absoluta para mostrar que até no pior terreno, em termos de localização ou de fertilidade, podem surgir super lucros, sem que a sua origem seja uma situação conjuntural do mercado (desequilíbrio temporário entre a oferta e a demanda). O que permite o surgimento da renda absoluta na agricultura é o fato de que, neste ramo, os capitais funcionam como uma composição orgânica (relação entre capital constante e capital variável) inferior à composição média, o que significa que, para uma mesma quantidade de capital investido, o processo de produção na agricultura extrai proporcionalmente maior quantidade de mais-valia que nos outros seto

res. Esta é a condição necessária para o surgimento da renda absoluta, mas não suficiente. É preciso, ainda, que haja uma barreira extra-econômica que impeça o deslocamento de capitais das outras esferas de produção em direção à agricultura, atraídos pelas perspectivas de maior rentabilidade. Com efeito, se os capitais que investem na agricultura se apropriassem da totalidade da mais-valia criada nessa esfera de produção, a taxa de lucros seria maior que a média. Neste caso, numerosos capitais se investiriam neste setor, o que aumentaria a concorrência. O fato geraria necessidade de os capitais se modernizarem, sob pena de sucumbirem provocando um aumento da composição orgânica do capital na agricultura, desaparecendo assim a condição que permitia a realização de super lucros. Entretanto, na agricultura, a propriedade privada da terra é essa barreira que limita o deslocamento de capitais, só permitindo o investimento se o capital aceitar pagar um tributo ao detentor da terra (1). Esse tributo será pago com o excedente da massa de mais-valia em relação ao lucro médio. O capital na agricultura se apropria apenas do lucro médio, e a mais-valia extra gerada no processo produtivo, em razão da utilização de maior proporção de força de trabalho que capital constante, será captada pelo proprietário da terra.

No ramo da construção habitacional surgem essas duas condições para existência da renda absoluta. De um lado, o uso do solo urbano é totalmente monopolizado pela instituição da propriedade privada e, de outro, os capitais apresentam uma composição orgânica inferior à composição média. Este último fato fica evidenciado pela divisão do trabalho e a natureza das tarefas imperantes no ramo, muito semelhantes à fase manufatureira

ra da indústria. Com efeito, as condições de exploração se diferenciam sensivelmente do setor industrial: o trabalho é muito menos parcializado do que na grande indústria; o processo produtivo depende da habilidade de certos *métiers* como o ladrilheiro, o carpinteiro, o estucador, o electricista, etc., as poucas máquinas utilizadas são do tipo ferramental do qual se serve o operário, enquanto na grande indústria é o operário quem serve a máquina; o processo de trabalho é dividido e executado sucessivamente, uma etapa de cada vez; o nível de concentração e centralização do capital é muito pequeno (2). Todos esses fatores são evidências da baixa composição do capital no ramo da construção habitacional.

A baixa composição orgânica do capital utilizado na construção habitacional significa que a mesma quantidade de capital gera, proporcionalmente, massa maior de mais-valia do que nos outros ramos da indústria. A propriedade privada da terra urbana torna-se obstáculo ao investimento no setor, evitando que ele seja submetido à lei da igualação da mais-valia ao lucro médio. Este fato produz duas consequências: de um lado, a propriedade privada da terra urbana representa uma barreira à modernização do ramo e, de outro, o preço da mercadoria "habitação" é um preço de monopólio.

Com efeito, a propriedade privada da terra representa uma barreira maior ao investimento do capital no ramo de construção habitacional que na agricultura. Enquanto neste último, após estar acertado o montante da renda e a duração do contrato, o capital pode aumentar os seus lucros através da realização de investimentos adicionais, na construção habitacional, a

cada processo produtivo o capital encontra diante de si o pro  
prietário fundiário urbano que exige dele uma renda para permi  
tir o uso do solo. Assim, torna-se forçoso que os capitais fun  
cionem com uma baixa composição orgânica, pois é necessário ge  
rar uma massa de mais-valia que possibilite ao capitalista pa  
gar a renda da terra e realizar o lucro médio. Isto significa  
que o preço da habitação é um preço de monopólio, ou seja um  
preço acima do preço de produção. (3)

A existência da renda absoluta, pelo obstáculo que  
representa ao desenvolvimento das forças produtivas no ramo da  
construção habitacional, explica o alto preço dessa mercadoria,  
comparativamente aos preços das outras mercadorias necessárias  
ao consumo. Tal coisa restringe enormemente a capacidade de de  
manda dos trabalhadores e dos setores que recebem salários  
iguais ao nível de subsistência para participar do mercado "co  
mmercial" da habitação. A tendência é que o preço da habitação  
se eleve, uma vez que o crescimento urbano gera um aumento da  
procura de solo para produção de habitações, elevando-se conse  
qüentemente, a renda absoluta.

Conceitualmente, entretanto, a renda absoluta tem um  
limite para crescer: o valor da mercadoria "habitação". Se a  
renda ultrapassar este limite, deixa de ser renda absoluta pa  
ra se constituir em renda de monopólio.

### Renda de monopólio urbana

As rendas absoluta e de monopólio se diferenciam se  
gundo a natureza e a origem. Enquanto a primeira deriva do po  
der de que desfruta o proprietário fundiário em limitar o inves

timento do capital, a renda de monopólio existe por haver, dela independente, um preço de monopólio de uma certa mercadoria. Em outras palavras, a renda absoluta gera um preço de monopólio, enquanto a renda de monopólio provém de um preço de monopólio. Por outro lado, a renda absoluta é paga com parte do trabalho excedente criado no ramo onde ela se origina; já a renda de monopólio significa a transferência de uma fração da mais-valia criada nos outros ramos de produção.

A renda de monopólio não é determinada pelo preço de produção ou pelo valor da mercadoria, mas "pelas necessidades e pela capacidade de pagar dos compradores". (O Capital, livro III, p.878). A condição básica para que surja um preço de monopólio, sem que seja fruto de situações conjunturais de mercado, é que haja um monopólio natural ou artificial que possibilite ao produtor vender a sua mercadoria acima do seu valor. Esta situação de ausência de concorrência entre diversos produtores pode aparecer por duas causas: de um lado, quando o valor de uso da mercadoria objeto de monopólio não puder ser reproduzido por todos os capitais, e, por outro, quando um conjunto de empresas se organizam em cartéis. No primeiro caso, um capital monopoliza certos procedimentos tecnológicos ou certas condições naturais, o que lhe permite produzir com exclusividade uma determinada mercadoria. No segundo, um conjunto restrito de empresas realizam um acordo sobre a divisão do mercado e estabelecem regras para evitar que outros capitais lhe façam concorrência. Nos dois casos as empresas estão em condições de administrar seus preços, portanto, sem que estejam necessariamente regulados pelo preço de produção ou pelo valor da mercadoria, realizando seus lucros.



Marx fornece um exemplo do primeiro tipo de situação de monopólio. Trata-se de uma vinha "onde se obtém um vinho de qualidade excepcional e que só pode ser produzido em quantidade relativamente reduzida..." (O Capital, livro III, p.890). Neste caso, o produtor pode vender a sua mercadoria a um preço de monopólio. "O excedente desse preço sobre o valor do produto é de terminado unicamente pela riqueza e pela paixão dos bebedores requintados." (O Capital, livro III, p.890). A possibilidade de vender a mercadoria a um preço de monopólio permite que o proprietário da terra onde se planta essa videira se aproprie do super lucro realizado, na forma de renda de monopólio.

O exemplo demonstra que, para Marx, o preço de monopólio e, conseqüentemente, a renda dele derivada, só poderia surgir em condições peculiares e de forma restrita (4). Ele via limites ao estabelecimento de preços acima do valor, na medida em que isto geraria perturbações na lei de repartição da massa de mais-valia entre os diversos capitais. O preço de monopólio propriamente dito dos produtos agrícolas, por exemplo, significaria a transferência de parte da mais-valia gerada no setor industrial, uma vez que redundaria em aumento dos salários, isso na hipótese dos trabalhadores continuarem recebendo salários correspondentes ao valor da força de trabalho. Caso contrário, o preço de monopólio redundaria em redução do salário abaixo do custo de reprodução da força de trabalho, gerando graves problemas sociais. Os próprios capitalistas teriam, desta forma, interesse em derrubar as condições que proporcionam o surgimento da renda de monopólio, como, por exemplo, através da importação de produtos agrícolas para forçar a baixa dos preços no mercado interno. Os outros limites para o surgimento da renda

de monopólio de maneira generalizada na agricultura seriam: as aplicações adicionais de capital nos velhos arrendamentos; a própria concorrência entre os proprietários fundiários para arrendar os seus terrenos; e, finalmente, as necessidades e a capacidade de pagar dos consumidores, pois a alta arbitrária dos produtos agrícolas poderia tornar insolvente grande parte do mercado.

A renda derivada de um preço de monopólio só pode surgir, por conseguinte, a nível de empreendimentos isolados.

A nossa hipótese é que no ramo da construção habitacional as limitações são muito menores para o surgimento da renda de monopólio.

Em primeiro lugar, porque o capital encontra maiores dificuldades em obter o acesso à terra urbana do que na agricultura. Com efeito, como dissemos anteriormente, cada processo produtivo necessita da liberação de um terreno, o que aumenta muito o poder do proprietário fundiário urbano de limitar o investimento do capital. Por outro lado, o uso do solo urbano para construção habitacional deve competir com outros usos, cuja localização está regida pela divisão económica do espaço. Neste caso, os preços dos terrenos são regulados pelas rendas diferenciais que proporcionam aos seus proprietários, e os capitais só terão acesso a esses solos se o preço de habitação subir ao nível de permitir a realização de super lucros correspondentes à capitalização daquelas rendas. Quando se trata de solo utilizado como suporte do consumo habitacional, representando para o seu detentor um simples património, o capital encontra maiores obstáculos para realizar o investimento, na medida em que esse

tipo de propriedade não é utilizada com a finalidade de auferir rendas. A sua compra pode depender de muitos fatores econômicos. Por último, a retenção de glebas de terra urbana com fins especulativos subtrai solos que poderiam ser usados para produção de habitações, só sendo permitida a construção se o preço dessa mercadoria se elevar ao nível que remunere o capital com o lucro médio e possibilite uma alta renda ao especulador. Todos esses fatores concorrem para tornar o solo urbano muito mais caro do que na agricultura, o que cria uma situação favorável ao surgimento da renda de monopólio.

Em segundo lugar, o espaço urbano nas formações capitalistas não é homogêneo no que concerne a sua utilidade para o consumo habitacional. Reina no espaço urbano uma divisão social e ideológica que confere valores de uso diferentes às habitações segundo a localização. Com efeito, o valor de uso da mercadoria "habitação" é determinado por dois elementos: de um lado, pelas características internas do imóvel (tamanho, número de peças, conformação, qualidade de construção, etc) adequadas às necessidades do consumidor e, de outro, pelas condições externas dadas pelo acesso a bens, serviços e a valores simbólicos, tais como: "o verde", "a privacidade", "o status", etc.(5). Essas condições externas se distribuem desigualmente no espaço urbano, segundo uma divisão social e ideológica, conferindo valores de uso diferentes às habitações. A heterogeneidade das habitações segundo a localização faz com que a demanda também se diferencie no espaço. Alguns pontos serão mais "valorizados" do que outros, atraindo uma demanda de maior poder aquisitivo. Esse fato, aliado à dificuldade de liberação do solo, permite que em certas zonas, aquelas onde se concentram os valores de uso

externos ao imóvel e mais densamente ocupadas, os preços das habitações nelas construídas atinjam o nível de monopólio.

O fato dos preços dos terrenos utilizados na construção de habitações se diferenciarem no espaço urbano cria a ilusão de que se trata de rendas diferenciais. Esses preços são a capitalização das rendas absoluta e de monopólio que se modulam de acordo com a divisão social e ideológica do espaço urbano, da capacidade de pagamento dos segmentos da demanda e de como eles se expressam no espaço urbano, e da maior ou menor dificuldade de liberação do solo. Assim, em nossa hipótese, a renda absoluta, diferentemente da agricultura, não se expressa como uma constante  $k$  que se adiciona ao preço geral de produção, mas em diferenciais  $d_n$ , cuja magnitude depende dos fatores apontados acima.

A consequência da existência das rendas absoluta e de monopólio no ramo da construção habitacional é a produção da segregação social a nível do espaço. A grosso modo, cada segmento do mercado habitacional tenderá a ocupar uma zona do espaço urbano, em função da sua disponibilidade de pagamento. As zonas com maior densidade de valor de uso habitacional serão ocupadas pelos estratos de maior poder aquisitivo e assim sucessivamente, formando uma verdadeira hierarquia social do espaço, reproduzindo a divisão social e ideológica da cidade. Esse fato explica o modo como o empresário calcula a viabilidade de uma operação: a primeira tarefa a que procede é o estabelecimento do preço máximo que poderá cobrar pelos futuros apartamentos, levando em consideração "as características sociais do bairro, da rua, o acesso aos serviços, o nível de ruído do local, a possibilidade do prédio receber sol ou não e em que época

cas do ano, as possibilidades de vista para o mar ou para montanha", enfim, levando em consideração uma série de fatores de localização, que denotam a percepção do empresário da divisão social e ideológica do espaço urbano e da expressão espacial da demanda, que, na linguagem do marketing imobiliário, denomina-se "liquidez do ponto" (6). Partindo desse preço máximo estipulado e tendo em vista o esboço do projeto que poderá desenvolver no terreno, o empresário calcula o faturamento global do projeto, o que lhe permite estimar o quanto poderá pagar ao proprietário do solo.

### Apropriação da renda

Se a divisão social e ideológica do espaço e a expressão espacial da demanda são dados a partir dos quais os empresários trabalham, eles desenvolvem certas práticas com o intuito de captar parte da renda urbana, cuja consequência é a introdução de mudanças nesses dois fatores.

Christian Topalov, numa pesquisa sobre a produção capitalista da habitação na França, registrou algumas práticas desenvolvidas pelos empresários da construção com o objetivo de apropriar parte dos super lucros, que nos parecem utilizáveis na análise das estratégias de localização dos empreendimentos imobiliários no Brasil (7).

O super lucro de inovação provém das transformações engendradas pelos capitalistas no uso do solo urbano, através das técnicas de propaganda. O empresário compra terrenos em uma zona do espaço ocupada por pessoas de um determinado nível de renda e nela realizam operações destinadas a segmentos superio-

res do mercado habitacional, mudando, assim, o uso social do espaço. Para tanto, os empresários associam certos símbolos valorizados por esses estratos, tais como: "o verde", "o bucólico", "a tranquilidade", etc. Eles terão a oportunidade de comprar os terrenos ao preço determinado pelo uso atual e construir para vender ao preço determinado pelo uso transformado, apropriando desta forma, parte da renda da terra na forma de super lucros. Na medida em que os outros empresários passam também a construir nessa zona, os preços dos terrenos tenderão a se elevar e, conseqüentemente, a desaparecer o super lucro.

O super lucro de antecipação é o mecanismo mais citado como especulação imobiliária. Ele surge quando a realização de equipamentos urbanos pelo poder público é antecipada pelos empresários imobiliários, que, tendo informações sobre as intenções do governo, adquirem globas de terras nas zonas onde serão construídos, por preços inferiores aos que atingirão quando da conclusão dos equipamentos. Os preços dos apartamentos futuramente construídos serão determinados pela atração que o aumento do valor de uso da zona exercerá sobre segmentos do mercado habitacional.

Por último, temos o super lucro de propaganda através do qual alguns empresários conseguem obter um lucro adicional mesmo em zonas onde o preço inicial do terreno se situa ao nível da renda absoluta. Ele provém da venda de apartamentos a preços de monopólio, ou seja, acima do valor, através da propaganda que associa ao empreendimento símbolos de status cobizados pelos mais altos estratos de renda.

Essas estratégias possibilitam ao capitalista da cons

trução apropriar parte da renda da terra, na forma de super lucros. É a primeira estratégia que faz alusão. LeVèbre quando afirma que é nos terrenos mais mal localizados que o capital realiza super lucros, dando a ilusão de que no ramo da construção habitacional funciona ao inverso a renda diferencial. Entretanto, trata-se de uma prática desenvolvida pelo capital visando a apropriação de parte da renda absoluta (ou até de monopólio), pela introdução de mudanças na divisão social e ideológica do espaço e na expressão espacial da demanda. Os terrenos situados nas zonas onde o capital busca a realização desse tipo de super lucro são apenas aparentemente mais mal situados. Para certos segmentos do mercado, eles possuem outras utilidades, que compensam a perda da facilidade de acesso a certos valores de uso, como "diferenciação social", "privacidade", "silêncio", "verde", que as zonas mais "valorizadas" perderam em função da sua ocupação, do que se aproveita o empresário para reproduzir seu capital em melhores condições de rentabilidade.

## NOTAS

- (1) "Supomos aĩ que nenhum limite, a n~ao ser de car~ater fortuito e tempor~ario, impede a concorr~encia dos capitais - por exemplo: num ramo de produ~ao onde o valor das mercadorias ultrapassa o pre~o de produ~ao ou onde a mais-valia produzida excede o lucro m~edio - de reduzir o valor ao pre~o de produ~ao e por esse meio repartir a mais-valia que sobra nesse ramo por todas as esferas exploradas pelo capital. Se o contr~ario sucede, chocando-se o capital com uma for~a estranha - que de maneira nenhuma ou apenas em parte pode vencer, limitando o seu emprego em determinadas esferas de produ~ao e s~o admitindo esse emprego em condi~oes que excluem total ou parcialmente aquele nivelamento geral da mais-valia com o lucro m~edio, surgir~a evidentemente nessas esferas em virtude de o valor da mercadoria ultrapassar o pre~o de produ~ao, um lucro suplementar que pode se converter em renda e nessa qualidade possuir autonomia em rela~ao ao lucro. E como uma for~a estranha, um obst~aculo dessa natureza, a propriedade fundi~aria se op~oe ~as aplica~oes do capital na terra, ou o propriet~ario da terra faz frente ao capitalista". (O Capital, livro III.p.375).
- (2) ~E interessante assinalar que o fraco desenvolvimento das for~as produtivas no ramo da constru~ao habitacional n~ao pa rece ser uma situa~ao especial do processo de acumulac~ao do capital no Brasil. Fran~ois Ascher e Lucas Chantal fornecem alguns dados sobre a Fran~a e os Estados Unidos que demonstram prevalecer nesses pa~ises uma organiza~ao do trabalho atrasada no ramo da constru~ao habitacional. Tomando apenas



o aspecto da concentração e centralização do capital para exemplificar, existem na França 265.000 empresas, sendo que 260.000 empregam menos que 50 empregados, enquanto nos Estados Unidos existem 320.000, sendo que 64% produzem anualmente menos que 25 habitações, e somente 10% empregam mais que 20 assalariados. Ver "L'Industrie du Batiment: des Forces Productives à Libérer", Economie e Politique, nº 236, Mars 1974, Paris.

Alain Lipietz (Le Tribut Foncier Urbain, Maspero, 1974, Paris) defende a tese segundo a qual o ramo apresenta características marcantes no artesanato. Segundo Lipietz, há uma dominação formal mas não real do capital sobre o processo de trabalho na construção habitacional. "Do ponto de vista das forças produtivas, isso significa que há apropriação real do operário sobre o meio de trabalho: o instrumento prolonga o braço do operário, enquanto que no nível atual, capitalista, das forças produtivas, o trabalho vivo só aparece como servidor de um trabalho acumulado (a máquina) que se opõe a ele como um dirigente e ordenando seu trabalho". (pp. 64/65). O grifo é do autor. Para Lipietz o modo artesanal do trabalho de produção de habitações se caracteriza pelo fato das empresas trabalharem sob o comando da demanda e não para um mercado anônimo. No início do modo de produção capitalista esse comando era exercido pelo proprietário urbano que contratava a construção de habitações para venda ou aluguel. Na fase atual esse papel pertenceria a um capital de circulação que se autonomiza em relação ao capital produtivo.

- (3) Sobre o caráter de monopólio de que se revestem os preços das mercadorias agrícolas devido a existência da renda absoluta, Marx afirma:

"Seja a renda absoluta igual à totalidade ou à fração desse excedente, os produtos agrícolas contudo vender-se-ão a preço de monopólio, não por estar acima do valor, e sim igual ao valor, ou abaixo do valor, mas acima do preço de produção". (O Capital, livro III. p. 876).

O preço de produção é aquele que repõe o valor do capital constante e variável utilizado na produção e propicia ao capitalista a taxa média de lucro.

- (4) Sobretudo porque as análises de Marx foram sobre o capitalismo dominado pela concorrência.

- (5) Sobre o aspecto simbólico do valor de uso das mercadorias: "Afirmar que a mercadoria tem um valor de uso, é dizer que, por suas qualidades, ela é útil. Ela permite então satisfazer um certo número de necessidades concretas e específicas dos homens, que estas necessidades tenham como origem o estômago ou a fantasia". Ver Pierre Salama e Jacques Valier. Une Introduction à l'Economie Politique, Petite Collection Maspero, 1973. Paris. p.10. Os grifos são nossos.

- (6) Os trechos entre aspas são transcrições retiradas de uma entrevista que realizamos com um conhecido empresário imobiliário.

- (7) Christian TOPALOV, - Les Promoteurs Immobiliers, Mouton, 1974, Paris.

## BIBLIOGRAFIA

- (1) Karl MARX. O Capital, Civilização Brasileira.
- (2) François ASCHER e Chantal LUCAS "L'Industrie du Bâtiment: des Forces Productives à Libérer". Economie et Politique, nº 236, Mars, 1974, Paris.
- (3) Alain LIPIETZ. Le Tribut Foncier Urbain, François Maspero 1974, Paris.
- (4) Christian TOPALOV. Les Promoteurs Immobiliers, Mouton, 1974, Paris.
- (5) Rodrigo LEFÈVRE. Notas Sumárias sobre a Renda da Terra Urbana", Chão setembro/outubro/novembro, nº 3, 1978, Rio de Janeiro.

ESTRUTURAÇÃO INTRA-URBANA E DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL  
CAPITALISTA: FRAGMENTOS HISTÓRICOS À GUIA DE CONSTRU-  
ÇÃO DE UM MODELO HISTÓRICO

Martim Oscar SMOLKA \*

economista, professor do PUR

Este texto pretende fornecer um arcabouço analítico a partir do qual se depreende como as transformações nas estruturas internas das cidades foram e são associadas historicamente às mudanças compreendidas por cada fase do desenvolvimento industrial capitalista. Trata-se, assim, de examinar como este último determina, ao mesmo tempo que é condicionado por, a cristalização das estruturas urbanas.

Mas antes de procedermos à análise, caberia algumas observações quanto ao método de recuperação de informações ou de levantamento dos fatos históricos relevantes. O problema em mãos é o de como distinguir e organizar tais informações. Um mero arrolamento de fatos concretos acerca de algumas cidades não nos permite avançar no desenvolvimento de teoria mais geral (1), ao passo que observações históricas de caráter abrangente são demasiadamente vagas e portanto incapazes de se sustentar nos fatos. (2) Estes dois pontos adquirem particular importância em virtude da insuficiência de estudos disponíveis sobre a história de nossas cidades.

Sem nos deter nas suas minúcias e mesmo talvez oferecer solução satisfatória à questão levantada, buscamos (3) o elemento explicativo para a formação histórica da estruturação intra-urbana na evolução do capitalismo desde sua fase manufatureira à monopolista, passando pela industrial. Como premissa de análise, submete-se que cada fase atravessada pelo capitalismo - percebida pelo desenvolvimento de suas relações de produção e forças produtivas - apresenta uma solução urbana distinta, associada a certas necessidades quanto à organização do trabalho e do espaço. Neste sentido, considera-se como históri

camente relevantes, para os propósitos em mãos, as relações entre o tipo de (ou melhor, processo de) trabalho e o local de residência.

Postula-se, então, que interações entre tais variáveis se alterariam fundamentalmente ao longo do desenvolvimento capitalista, permitindo, a partir daí, uma periodização da história correspondente à descrição dos diferentes tipos de cidades associada a cada fase do sistema capitalista. Mais especificamente argumenta-se (GORDON, op. cit. p.28) que as transições entre diferentes estágios de desenvolvimento urbano (caracterizadas por diferentes estruturas internas das cidades) seriam influenciadas predominantemente por problemas de controle de classe na produção, problemas estes localizados no cerne do processo de acumulação.

É com base neste argumento que se tentará uma interpretação sistemática para os elementos ou fatos históricos levantados. Não se trata assim de mera descrição factual histórica, pois que os elementos relevantes são percebidos através de entendimento mais amplo da estrutura sócio-econômica subjacente. Tampouco fica a análise circunscrita a lidar com grandes rasgos generalistas, já que é substanciada em aspectos histórica e geograficamente discriminados em cidades específicas.

Estabelecido o marco metodológico, nas notas seguintes discutiremos algumas das interações possíveis entre forma urbana e estrutura econômica básica da sociedade, engendradas pelas cidades, industrial e a do grande capital monopolista/oligopolista típicas do desenvolvimento capitalista nos países avançados como os Estados Unidos e Inglaterra.

Com isto, advertimos desde já que não se pretende apresentar um "modelo histórico" geral aplicável a qualquer cidade em qualquer formação social tida hoje como desenvolvida, mas tão-somente oferecer uma visão extremamente esquemática de uma versão histórica do desenvolvimento das cidades correspondentes. Entendendo que diferentes países vivenciaram trajetórias históricas de desenvolvimento bem distintas, cada qual com suas especificidades, o mesmo ocorrendo com suas cidades. A rigor, cada caso é um caso. Destarte, as notas seguintes servem apenas para delinear um "modelo clássico" que isola e incorpora certas relações tidas como essenciais nestas experiências, isto é, algumas relações que nos pareceriam relevantes para pensar a dialética entre uma industrialização intensa e vigorosa e a estruturação interna das cidades em que se efetivaria.

O interesse em esboçar estas idéias é óbvio. Trata-se de desenvolver referência capaz de, eventualmente, ser contraponto a uma análise sobre o caso brasileiro.

Este contraponto será útil em dois sentidos:

- 1º) pelo caráter dependente e associado do desenvolvimento capitalista aqui verificado;
- 2º) em vista da escassa informação histórica disponível de forma organizada sobre a formação de nossas cidades.

A disposição de quadro mais ou menos sistemático servirá, quando menos, para, a partir das diferenças, pensar e organizar informações relevantes para o nosso contexto.

## Da cidade manufatureira à industrial

Sem nos determos em demasia na história da Revolução Industrial, recuperando passo a passo o surgimento e desenvolvimento da fábrica desde as transformações, estimuladas pela intensificação do comércio, da oficina (4), passemos de imediato a descrever algumas das características relevantes do sistema fabril para efeito da estruturação urbana.

A acumulação industrial através do sistema fabril dependia sobretudo da: 1) minimização dos custos e disciplina de trabalho, ambas requerendo a contínua homogeneização do processo de trabalho e 2) disponibilidade crescente de um exército de reserva de desempregados, de forma a garantir a disciplina interna na fábrica e a redução dos salários (5).

A primeira destas condições, que de fato são interdependentes, era satisfeita pela gradual eliminação ou desqualificação do artesão com a organização ou racionalização do processo de trabalho em tarefas especializadas e imposição de uma mesma disciplina de trabalho. A segunda, por uma combinação de fatores que vão desde os eventuais aumentos de produtividade do trabalho conseqüente à reorganização da divisão do trabalho (via especialização/escala, etc.), até a intensificação da utilização de mão-de-obra existente, passando pela incorporação no mercado de outros segmentos, como o trabalho feminino e de crianças. Além disto, ainda se contava, em certas regiões, com a mão-de-obra migrante oriunda de áreas agrícolas que assistiam a uma conversão de usos funcionais para aqueles menos intensivos de trabalho. O exemplo clássico é dado pela substituição de culturas agrícolas pela criação de ovelhas que supriam as



necessidades crescentes de matéria-prima industrial. (6)

Ainda acerca da liberação da mão-de-obra do campo para a cidade, valeria mencionar a importância crescente (no caso para a Inglaterra) da produção agrícola proveniente das novas colônias (americanas, em especial), que garantia alimentos a preços baixos pressionando ainda mais o setor agrícola circunvizinho àquelas cidades.

Além disto, a própria agricultura de então também sofria o impacto da reorganização da produção, agora sob controle capitalista. A tudo superpõe-se o fato de que a integração de mercados efetivada pelo desenvolvimento do capital mercantil favorecia uma certa divisão espacial/regional do trabalho (sob a lógica da exploração das vantagens relativas e absolutas), que inexoravelmente levava a que certas atividades regionais sucumbissem diante da importação de mercadorias de superior qualidade e/ou preço inferior. Estas atividades liberavam, obviamente, mão-de-obra para os setores mais dinâmicos. A contrapartida de todo este processo, no que tange à estrutura interna da cidade manufatureira, será delineada a seguir.

Em primeiro lugar, consideremos os problemas relativos à localização das fábricas. A acumulação capitalista com base na produção industrial apresentava-se em princípio como algo viável a realizar em qualquer região integrada e dinamizada pelo comércio. Ou seja as vantagens locacionais eram bem difusas, em vista da relativa homogeneização das pré-condições necessárias entre as cidades de então. Mas isto se aplicava apenas a processos de produção caracterizados por um baixa dependência à força motriz. Aquelas fábricas mais dependentes de

energia ou processos de produção tipicamente *Weight losers* eram pontualmente dispersas segundo a fonte de energia, em geral quedas d'águas; ou fontes de matérias-primas, o que afastava, obviamente, estas unidades do interior das cidades. Num primeiro momento, então, a acumulação industrial apresentaria perfil espacial pouco concentrado ou associado aos centros comerciais.

A esta tendência, no entanto, contrapunham-se fortes argumentos a favor da concentração localizada da produção fabril. Estes referiam-se a dificuldades tanto com o transporte, acesso fácil ao mercado, quanto pelas razões já apontadas, (falta) disponibilidade de mão-de-obra. Esta última, no interior ou nos novos núcleos monofabris, era mais escassa e por conseguinte mais cara, inclusive porque nestes pontos eram mais elevados os custos de habitação absorvidos, em parte, pelo capital.

Dentre as vantagens que se vislumbravam obter através da concentração das atividades em "grandes cidades" destaca-se a necessidade de maior controle sobre o processo de produção. Este controle seria facilitado pela maior rotatividade da mão-de-obra e pelo auxílio da classe média na intermediação dos conflitos entre a classe trabalhadora e os patrões. Era, portanto, qualitativamente mais eficiente (7) a localização na grande cidade.

A partir daí é fácil perceber a importância atribuída ao advento da máquina a vapor na consolidação do controle capitalista sobre o processo de produção. Estas vantagens eram percebidas notadamente nas possibilidades de mecanização de processos de produção, cujas mercadorias, apesar de essencialmente

orientadas ao mercado, eram compelidas a se localizar junto a fontes naturais de energia. Neste sentido, as novas possibilidades de concentrar fábricas anteriormente dispersas e que atravessavam grandes dificuldades no que tange ao ajustamento de trabalhadores ao novo regime de produção, aos custos da mão-de-obra, bem como no acesso a serviços especializados, também se apresentavam como bastante vantajosas.

Enfim, a extensão do sistema fabril de produção a, virtualmente, todo tipo de mercadoria e em qualquer local, imprimiu novo ímpeto à acumulação industrial. Eram substantivos os efeitos cumulativos que a concentração de atividades exercia sobre as condições mencionadas no início desta seção, de que dependia o próprio sistema fabril. A um só tempo, amplia-se o mercado de trabalho favorecendo-se a substituição de mão-de-obra e se simplifica a relação entre capital e trabalho na fábrica, transferindo-se para o âmbito do urbano a responsabilidade social (ou impessoal) pelas condições de reprodução da força de trabalho. A cidade passa a absorver muitas das atribuições paternalizadas pelos capitalistas de outrora. Para os propósitos em mãos, destaca-se neste contexto, a formação de um mercado habitacional livre em estreita associação com a generalização e ampliação do mercado livre de trabalho. Entre o trabalhador e o empregador interpunha-se agora um mercado habitacional injetando alguma ilusão de independência ao trabalhador, ao menos naquela esfera de suas necessidades existenciais (WALKER, op.cit).

A cidade industrial complexifica-se respondendo não apenas às necessidades de aproximação física de trabalhadores e empregadores mas também a certas condições para a reprodução

das relações sociais de produção dominantes inclusive e, principalmente, na esfera ideológica. Estes processos apresentavam forte expressão ao nível da estruturação interna urbana, em especial quando se atenta às relações que se estabeleciam a partir da localização das indústrias e residências de trabalhadores. Assim, as fábricas tendiam a se localizar nas áreas mais centrais, mormente aquelas originalmente adequadas ao comércio atacadista, em vista não apenas de sua proximidade a terminais de transporte (portos, ferrovias, etc.) (8), como também à sua centralidade em relação às residências da população operária. (9)

Este padrão atendia também às necessidades aparentes dos trabalhadores, pois minimizava a distância entre os diferentes empregadores potenciais para todos os membros da família operária, além de satisfazer com isto os quesitos da alta mobilidade da força de trabalho. Este padrão locacional era intensificado pela atração que tais locais de emprego pré-existent exerciam sobre os migrantes. Os baixos salários, as longas e irregulares jornadas de trabalho e a necessidade de estar próximo às oportunidades de emprego casual, tornavam inviável arcar com os ônus de longos percursos residência-trabalho. As indústrias, por outro lado, dirigiam-se a estes centros precisamente porque lá encontravam farta disponibilidade de mão-de-obra. A rigor, portanto, este padrão concentrado de uso do solo urbano residencial-industrial desenvolveu-se simbioticamente (WALKER, op.cit).

A crescente densificação da ocupação nas áreas centrais se faz acompanhar de paulatina degradação urbanística da qualidade de vida (higiene, poluição, estética, etc.), estimu

lando o decisivo afastamento dos segmentos sociais mais favorecidos em busca de áreas residenciais mais aprazíveis (10). A abertura e viabilização destas novas áreas, auxiliados pelos instrumentos burgueses de controle do uso do solo ali aplicados (controle de densidade, códigos de obra, etc.), tornavam-nas zo nas caras, impermeáveis à penetração das classes de baixa renda. Desta forma, criou-se dramático movimento de aumento de di ferenciação econômica e social intra-urbana, com a classe traba lhadora sendo literalmente confinada nas áreas centrais.

Este processo dinamizava também o mercado fundiário e habitacional, na medida em que tornava bastante atraente a ex tensão da atividade capitalista à produção de habitações, à apropriação de aluguéis e mesmo à especulação em terras urba nas. (11). Observe-se, contudo, que a possibilidade concreta, is to é, econômica e social, de aumentar a distância entre local de trabalho e residência para parcelas maiores da população, va riava inversamente com a necessidade de supervisão direta so bre o processo de trabalho. Vale dizer, na medida em que a or ganização do processo de trabalho adquiria complexidade com a verticalização crescente da hierarquia de comando, automatiza - va-se o sistema de controle, permitindo assim que outros seg mentos de trabalhadores, especialmente da administração supe rior, também deslocassem suas residências para áreas mais con dizes aos seus maiores salários e ascensão social.

A divisão da classe trabalhadora através da especiali zação de empregos e do acesso seletivo a níveis superiores da hierarquia de comando da empresa e os simultâneos aumentos de escala de produção, criava assim novos extratos sociais diferen

ciados ao nível da renda, das qualificações, da identificação com a autoridade, da consciência operária e da estabilidade e local de emprego. Seria lógico, portanto, admitir que estas diferenças fossem rebatidas sobre a estrutura de localização residencial. É fácil perceber também que muitas destas diferenças eram convenientemente exploradas pelas imobiliárias sensíveis à necessidade de se oferecerem artefatos de consumo (residências e vizinhanças) que melhor deixassem transparecer ou expressassem a ascensão destes segmentos da população. Isto, manifestava-se, objetivamente, na forma de lucros imobiliários.(12)

Para melhor compreender o processo ora em marcha, há que se mencionar que a necessidade de aprofundar e sofisticar o sistema de controle sobre a força de trabalho representava uma forma de fazer frente a certas "deseconomias de aglomeração", advindas dos crescentes movimentos de revolta dos trabalhadores. Se inicialmente a concentração de fábricas se apresentava como instrumento de controle da força de trabalho, já num segundo momento provocava ou agia no sentido inverso. Com efeito, a concentração de trabalhadores produzia efeitos opostos, com a eclosão de movimentos de resistência às condições de trabalho, (greves, etc.), que facilmente contaminavam toda classe operária em vista da dependência que as comunicações tinham então da proximidade física.

A hierarquização do processo de trabalho atendia, apenas de forma parcial, às necessidades de controle social frente à crescente organização do movimento sindical. Tampouco a repressão policial representava mais que solução paliativa em vista do desgaste que causava à estabilidade das relações sociais.

A descentralização da indústria em direção às periferias urbanas e mesmo para outras cidades em resposta a estes problemas tornar-se-ia, então, não apenas socialmente imperativa como economicamente viável.

Uma combinação de fatores favorecia esta solução. Em primeiro lugar, a acumulação industrial processava-se então em unidades maiores de capital, mais consolidadas financeira e administrativamente com a introdução do sistema corporativo. Esta, que se constituía como uma segunda fase da industrialização capitalista, assistia também a uma crescente concentração do capital e diversificação de produtos e mercados. Dados os vultuosos custos envolvidos nos investimentos na relocação, uma condição necessária para realizar este movimento era, evidentemente, que a empresa atingisse considerável porte. A condição de suficiência era dada, por sua vez, pelas vantagens que a nova localização oferecia tanto técnica quanto administrativamente. Os custos de circulação, em virtude da congestão que já se percebia no sistema de transporte, favorecia a criação de novos terminais fora do centro que melhor atendiam às necessidades de distribuição da produção para (e matérias-primas de) áreas de mercado cada vez mais extensas.

Ainda sob o ponto de vista técnico, o vapor era gradualmente suplantado pela energia elétrica, viabilizando radicais modificações no processo de produção. "Originalmente as fábricas foram desenhadas de forma a minimizar perdas de transmissão de energia no seu interior. A força motriz era em geral gerada por uma só máquina, a vapor ou roda d'água, e transmitida através de um complicado sistema de eixos e correias. Isto se

traduzia em construções verticais em torno da fonte de energia. Com o advento do motor elétrico, a produção através da linha de montagem, tornava-se a forma mais eficiente de organização da fábrica, e a arquitetura da fábrica adequava-se mais ao fluxo de materiais do que do fluxo de energia". (SAWYERS, 1975, p. 53). Essa arquitetura exigia muito mais espaço horizontal, o que favorecia sua localização em áreas onde o preço da terra fosse baixo, ou onde a terra fosse mais fartamente disponível.

Ademais, a maior viscosidade no mercado de trabalho, fruto das conquistas sindicais (regulamentação das condições de trabalho, contratos coletivos, etc.) e da divisão da classe trabalhadora em diferentes categorias de especialização funcional, reduziam a importância da localização central. De fato, a própria diferenciação residencial urbana contribuía para a proliferação de novos pontos em semelhantes ou igualmente adequadas características de centralidade. Neste sentido, o desenvolvimento do sistema de transportes coletivos urbanos (bondes, trens, etc.) reforçava este movimento descentralizante da indústria na medida em que homogeneizava o espaço quanto ao custo tempo/ distância de deslocamentos. (13)

Em suma, destas considerações pode ser inferido que a estrutura interna da cidade sofreu consideráveis mudanças ao longo deste período, mas sempre em estreita vinculação com o que ocorria na organização do processo de trabalho industrial. Por um lado, a desqualificação e homogeneização do processo de trabalho, favorecidas pela formação de um mercado habitacional livre, provocaram substantiva deterioração nas condições de residência, consolidando um primeiro tipo de segregação social em



tre a classe dominante e as classes trabalhadoras. A separação residencial no espaço provocada pelo afastamento de membros do primeiro extrato para a periferia, concomitante à redução das possibilidades de escolha locacional abertas ao proletariado, bem refletia as dramáticas transformações sociais ora em curso.

Ao mesmo tempo, todo este processo não estava imune às contradições no interior do próprio processo de produção, que por sua vez eram reforçadas pelas condições de sobrevivência vigentes no local de residência. Muito embora as relações sociais que então se estabeleciam fossem intermediadas ou melhor despersonalizadas pelo mercado (livre) de trabalho e de habitação, era crescente a insatisfação que vazava de um para outro ambiente (trabalho-residência). Daí o caráter explosivo e a gravidade da ameaça que se configurava à estabilidade do sistema como um todo.

A hierarquização do processo de trabalho em grupos com interesses, motivações e condições materiais distintos permitia minar a unidade operária ("dividir para conquistar"), criando poderoso instrumento de cooptação à ideologia dominante: o sistema de ascensão social seletiva.

Por outro lado, a realocação industrial polinuclear geograficamente a divisão do trabalho no interior da cidade, facilitando a fragmentação da classe trabalhadora a partir de seu local de residência.

A segregação social no espaço urbano resultante era, portanto, produto a um só tempo das conquistas da classe trabalhadora com a redução da jornada de trabalho, maior estabilidade dos empregos, etc. (relações de produção), e dos mecanismos de

preservação da dinâmica da acumulação industrial, como as inovações técnicas e organizacionais no processo de trabalho (forças de produção).

### A cidade do capitalismo monopolista

O estabelecimento desta nova fase do capitalismo e correspondente estruturação interna urbana é marcado em primeiro lugar pela consolidação das tendências que vinham se delineando já a partir da segunda fase da industrialização, mormente a segmentação do processo de trabalho e a realocação industrial para áreas menos centrais. Estes dois movimentos tornam-se agora definitivos e extensivos à generalidade da produção industrial.

No entanto, algo mais confere especificidade ao estágio em consideração. Dentre os fatores de maior importância destacam-se:

- 1º) um menor número de unidades econômicas responsáveis por um volume crescente de produção (13). O grande porte destas unidades teria resultado tanto das periódicas crises das quais sobreviviam e sairiam fortalecidas as unidades mais produtivas e melhor organizadas técnicas ou administrativamente, como das sucessivas fusões e incorporações provocadas nestes momentos de crise ou simplesmente resultantes das estratégias de dominação de mercados;

- 29) grandes comprometimentos financeiros associados às imobilizações vultuosas que a incorporação crescente e necessária de tecnologia envolvia (coerção pela competição) implicando em novo tipo de racionalização da produção e distribuição de mercadorias. Esta é agora pautada essencialmente a partir de preocupações quanto à estabilidade, predictabilidade e segurança com respeito ao meio em que operam;
- 39) um crescimento do excedente que, incapaz de ser absorvido pelo consumo de capitalistas, ou por novos investimentos ou ainda pelos aumentos da renda dos trabalhadores, algo decorrente da maior expansão endêmica da capacidade de produzir do que da demanda efetiva por estes bens. Este excedente transparece então, não apenas na forma de desemprego, como também de sub-utilização de capacidade produtiva. Diz-se, então, que o problema central não se localiza mais na produção da mais-valia, como nos estágios anteriores do capitalismo competitivo, mas na sua realização na forma de lucros;
- 49) combinação das forças monopolistas com o Estado num único mecanismo destinado a resolver as crises, decorrentes do fato de que as condições de geração não são as mesmas da realização da mais-valia. Assim, a intervenção do Estado através da provisão de capital desvalorizado, na forma de

coletivos e outras despesas ou encomendas para atividades que não aumentam diretamente a capacidade produtiva da economia (eg. militares), constitui forma de sustar a tendência declinante da taxa de lucros, decorrente de problemas de acumulação ou de sub-consumo.

Os efeitos ou reflexos de tudo isto sobre a estruturação urbana e o papel assumido pela segregação social no espaço, na conformação do capitalismo monopolista, são profundas. Isto porque, com a consolidação, pelas grandes empresas, do controle sobre suas indústrias, torna-se possível agora organizar este controle.

As empresas adquirem suficiente porte para separar geograficamente suas funções administrativas do processo de produção. Enquanto gerentes de planta supervisionam suas fábricas dispersas pelas periferias de várias cidades, a sede administrativa destes verdadeiros impérios empresariais retornam às áreas centrais das cidades. Esta última localização apresenta-se mais "eficiente" em vista dos serviços especializados (jurídicos, financeiros, consultorias técnicas, promoção e propaganda, treinamento, etc.) e que requerem, em geral, comunicações ou contactos diretos do tipo *face to face* (14). Mais do que isto, a divisão de trabalho, ensejada por estas unidades de comando, se expressa pela viabilização e proliferação de uma variedade de atividades tipicamente terciárias e até mesmo quaternárias (pesquisa, informática, treinamento, etc.) que dependem, por sua vez, da expansão de mercado para cada um des

tes serviços.

Assim, a concentração geográfica das sedes (quartéis gerais) dos grandes grupos empresariais nas áreas centrais das cidades proporciona, de certo modo, um novo tipo de economia de localização advinda do barateamento daqueles serviços especializados (na medida em que não mais necessitavam de ser providos no interior de cada empresa) e das vantagens qualitativas que tal desvinculação acarreta. As chamadas economias de urbanização na forma de infra-estrutura disponível e variedade de serviços providos no chamado "distrito central de negócios" (Central Business District - CBD) foram também decisivas na definição deste padrão. (15)

O aprimoramento do sistema administrativo de controle facultado por esta concentração espacial, representa, outrossim, o reflexo, na estrutura urbana, da centralização do poder econômico (e mesmo político) que acompanha a consolidação da acumulação monopolista. Este poder econômico tinha (tem?) por base tanto seu relativo sucesso na segmentação do processo de trabalho (16) como instrumento de controle da força de trabalho, quanto a oligopolização crescente da estrutura de mercado pela inovação e diversificação de produtos (gastos em promoção, etc.) e sobretudo pela conglomeração das unidades de produção, subordinando-as aos ditames de acumulação financeira de capital.

Quanto ao primeiro fator vale mencionar que, se por um lado, o sistema implantado redundou na alienação crescente do trabalhador dos diferentes segmentos do organograma hierárquico da produção, e um crescimento considerável da produtividade industrial, por outro, permitiu também a concessão

ou acomodação nas conquistas sindicais de substantivas vanta  
gens salariais (17). Isto provocou um relativo achatamento na  
distribuição de renda para o qual muito teria contribuído a ex  
pansão do setor terciário associado a este processo.

Argumenta-se, então, que os efeitos negativos da des  
qualificação e homogeneização do processo de trabalho na produ  
ção capitalista moderna (18) seriam parcialmente "compensados"  
por uma maior diferenciação na esfera de consumo. Por outro la  
do, a segmentação do mercado de trabalho e sua contrapartida em  
atributos como renda, status, níveis, segurança de emprego, pri  
vilégios e mesmo tipos de sanções, etc., cria também significa  
tivo fracionamento no mercado de consumo. Visto de outro ângu  
lo, diz-se que o mercado de consumo é afetado tanto pelo fato  
de que parcela cada vez maior dos itens oferecidos atingem dis  
cricionariamente parcela maior da população (isto é, irrespec  
tivamente a posição na hierarquia social), quanto pelo fato  
que diferentes extratos sociais expressam-se através (ou para  
sua reprodução passam a necessitar) de distintas combinações de  
bens em sua cesta de consumo. Para os propósitos destas notas,  
interessa salientar a importância destes fenômenos na qualifi  
cação de padrões existentes e na produção de novas modalidades  
de segregação social e espacial; além, é claro, do papel que es  
tes últimos poderiam ter sobre os primeiros.

Estas possíveis interrelações podem ser facilmente de  
preendidas quando se constata que parcela considerável da de  
manda efetiva passa por necessidades associadas diretamente ao  
modo e/ou estilo de vida urbana. Grande parte destas necessida  
des ou "desejos consumistas" são literalmente criados a partir

do próprio sistema econômico, cuja dinâmica, já explicitada, depende inclusive de um sistemático deslocamento da demanda efetiva. (19). Assim, a segregação residencial não mais se restringe a aquelas condições, mencionadas na seção anterior, onde se vinculava diretamente o local de residência ao tipo de inserção do trabalhador no processo de produção. Se, por um lado, a experiência de trabalho ainda gera muito dos condicionantes objetivos que atuam na determinação do local de residência, tal conexão é agora bem mais difícil de ser obtida. Ela será agora atribuída, em parte, à maior complexidade da estrutura social, e sobretudo ao esforço capitalista de adequar o consumo aos propósitos da acumulação.

Embora a estratificação social gerada no processo de produção ainda seja relevante no dimensionamento da diversificação de produtos, a competição oligopolística ou monopolística, valer-se-á agora também, e principalmente, para estimular o consumo, de artifícios mercadológicos que, explorando fraquezas psicológicas, irracionalidade de comportamento, hábitos e outras características individuais, geram novas formas de divisão social, muitas delas com marcante expressão espacial.

O meio social, constituído por diferentes comunidades e vizinhanças sedimentadas desde períodos mais distantes no passado e que pouca relevância tinham na reprodução da ordem social, agora adquirem maior significação na reestruturação do consumo, levada a efeito nesta fase do desenvolvimento capitalista. (20). Destes distintos meios de interação social, indivíduos extraem diferentes valores, expectativas, atitudes e estados de consciência de classe que são facilmente incorporados

nas estratégias de marketing da grande empresa. Isto se dá não apenas para as mercadorias, em geral, destinadas a estas faixas da população, como também pelo ajustamento de extratos sociais a locais específicos, efetuado por promotores e produtores imobiliários. (21).

Finalmente, a estruturação social no espaço é, também, nesta fase do capitalismo, bastante afetada pelas profundas modificações sofridas no sistema de distribuição (circulação, em geral, e comercialização). Isto se expressa visivelmente nas alterações do cotidiano, conseqüentes à introdução de novas formas de consumir que, ao substituir, por exemplo, o comércio de "esquina" pelos "shopping centers" e outros artefatos voltados para a "facilitação" do consumo (*drive-ins*, encomenda postal, etc.) criam verdadeira hierarquia de centros comerciais e de serviços entre, e no interior, das áreas residenciais, modificando substantivamente os mapas de acessibilidade anteriores.

Tudo isto qualifica a importância e o significado de estruturação social do espaço para a reprodução da ordem social. De seu papel mais restrito, associado ao controle direto da força de trabalho nas unidades de produção, portanto às condições de geração da mais-valia, desloca-se agora para identificar-se mais com a realização da mais-valia. A unidade entre estas duas instâncias da acumulação capitalista é dada ao nível do processo de socialização geral da produção que especifica o urbano. Fenômenos urbanos adquirem com isto uma certa autonomia, correspondendo então mais a questões relativas à divisão do trabalho na unidade de produção. (LOJKINE, 1977, p.121). Neste contexto há que se considerar ainda aquele que talvez seja



o traço mais marcante deste estágio: as relações entre o Estado e o capital monopolista cujas interrelações apresentam forte expressão na estruturação urbana e em especial na divisão social do espaço.

Para entender este processo, é necessário reinterpretar algumas das idéias levantadas até o momento. Em primeiro lugar, a concentração da produção em grandes grupos empresariais concomitantemente à complexidade da organização da produção sugere de imediato que a cidade, mais do que simplesmente um espaço geográfico onde se localizam diferentes unidades econômicas, representa também o locus da crescente socialização da produção que acompanha aquele processo. Substanciam esta socialização a crescente interdependência entre diferentes unidades produtoras (de mercadorias e serviços) (22) e sobretudo a crescente dependência da produção e reprodução da força de trabalho a meios que são consumidos coletivamente.

A provisão destes meios, que por sinal é também usualmente coletiva, faz-se cada vez mais necessária como mecanismo de superação das periódicas crises de realização a que está sujeita a acumulação capitalista e que afloram com mais frequência e vigor em sua fase monopolista. (23)

Trata-se de investimentos em capital social destinados a elevar indiretamente a lucratividade da acumulação privada. Isto é conseguido essencialmente através da provisão de meios que contribuem para a elevação da produtividade ou para a redução do custo de reprodução da força de trabalho, a exemplo de escolas, hospitais, etc.; ou através da redução de outros custos incorridos pelas firmas, a exemplo de sistemas de

transporte, comunicações, etc. (24). Entretanto, a produção mesma destes meios de consumo e produção coletivos pode provocar ponderável acréscimo na demanda efetiva, sugerindo que sua provisão se apresente como particularmente oportuna em períodos de crise de realização. A necessidade de legitimação social, ou de manutenção da ordem social, desafiada, em geral, através de movimentos ou revindicações populares, também pode, eventualmente, provocar a provisão de meios tais como o policiamento, a previdência social, etc., que não favorecem necessariamente a produtividade ou a rentabilidade da acumulação privada.

Cabe, usualmente, ao Estado a responsabilidade pela organização e administração destes meios pois "o que é coletivamente racional desde o ponto de vista da classe capitalista é impossível através da competição individual - portanto os capitalistas necessitam da intervenção Estatal para expressar seus interesses de classe". (HARVEY, 1977, p.60).

Novamente, não cabe aqui aprofundar na análise do Estado e suas diferentes justificativas e modalidades de intervenção na sociedade; mas tão somente apontar que a lógica do binômio Estado-capital monopolista com respeito à estruturação urbana enquadra-se ainda na temática do controle da força de trabalho (25), somente que agora de maneira estendida e geral. Ou seja, desloca-se a ênfase daqueles quesitos identificados ao nível imediato da unidade de produção para o controle social mais amplo das condições de reprodução da força de trabalho como um todo.

Para se perceber o argumento, recordemos alguns dos pontos levantados mais acima. 1º) que o desenvolvimento capit

talista conduz à crescente socialização da produção, que se expressa na dependência crescente da reprodução social como um todo a meios que são consumidos coletivamente; 2º) que cabe ao Estado organizar e administrar estes meios; 3º) que a provisão destes meios, se por um lado se torna cada vez mais necessária à continuidade do processo de acumulação de caráter monopolista, (26), por outro conduz ao fortalecimento da participação do Estado na sociedade; 4º) que a centralização de poder associada à expansão do capital monopolista facilita a captura do aparelho de Estado por esta fração do capital.

Ora, os supracitados equipamentos e serviços de consumo "coletivo" têm suas condições de acesso determinadas e definidas por sua localização no interior da cidade, e mais, atendem com intensidade variada às necessidades dos diferentes grupos de interesse e/ou segmentos sócio-econômicos que se distinguem na área urbana. Tudo isto sugere que o impacto da provisão destes meios de consumo coletivo sobre a produção e transformação funcional no espaço deve variar não apenas de acordo com a sua efetiva alocação espacial, mas também segundo o encadeamento de sua provisão ao longo do tempo e sobretudo da articulação das interrelações entre meios com as interrelações que se definem no bojo do aparelho produtivo.

Neste sentido, os conhecidos mecanismos de seleção de usuários urbanos através do mercado fundiário e imobiliário devem ser devidamente qualificados em razão dos equipamentos e serviços pré-existent e também, é claro, em função das características intrínsecas do item em questão, bem como do contexto e maneira como o mesmo é produzido e posto em disponibilidade.

Isso porque uma adequada reprodução da força de trabalho para os propósitos da acumulação monopolista do capital deve atender a quesitos demográficos ou fisiológicos desta força de trabalho (reprodução estendida), algo que envolve a provisão de habitação, alimentação, educação, saúde, etc., apropriados (PICKVANCE, 1976, p.19). O padrão de estruturação social urbana deve ser, assim, entendida como resultante, em larga medida, da diligente distribuição no espaço dos equipamentos e serviços coletivos correspondentes a tais necessidades. Vale dizer, a segregação social representa um mecanismo através do qual meios de consumo coletivos tornam-se acessíveis aos diferentes segmentos da sociedade, segundo sua importância relativa na reprodução da ordem social (27). Ao mesmo tempo, a provisão e distribuição urbana destes meios serve também como instrumento para a cooptação daqueles segmentos sociais em novas comunidades espacialmente segregadas. (28)

Em suma, a partir da organização e administração de meios de consumo coletivos no enfrentamento de contradições inerentes à acumulação em moldes monopolistas, efetiva-se a adequação da estruturação urbana à reprodução estendida da força de trabalho como expressão do processo mais geral de socialização da produção. Não se trata, portanto, por assim dizer, de uma conspiração do capital monopolista - Estado, já que os critérios de produção e distribuição dos meios de consumo coletivos são definidos a partir das condições objetivas apresentadas pelas crises, muitas vezes localizadas (social e espacialmente), que refletem dificuldades mais estruturais no processo de acumulação como um todo.

## NOTAS

- (1) Embora nossas pretensões não sejam a de desenvolver nova teoria, temos preocupação de nos manter no interior das discussões teóricas.
- (2) Mesmo que estes fatos sejam relativos à realidade outras que a brasileira.
- (3) O procedimento adotado refere-se especialmente aos trabalhos WALKER (1978) e GORDON (1978).
- (4) O leitor poderá consultar aqui textos clássicos sobre o assunto como por exemplo DOBB (1975).
- (5) Veja-se a este respeito GORDON (op.cit., p.36).
- (6) De fato, o sistema fabril mencionado acima favorecia em especial a produção de tecidos, daí o efeito acumulativo das transformações em discussão.
- (7) Sobre o assunto veja-se MARGLIN (1974) que questiona o argumento clássico acerca da suposta eficiência técnica do sistema fabril vis-a-vis o sistema de oficinas artesanais dispersas espacialmente.
- (8) Era comum o aproveitamento de edifícios de grande porte destinados ao armazenamento atacadista para fins industriais. E mais, as fábricas de então eram também tipicamente verti

cais, já que esta estrutura melhor se adequava à transmissão de energia por correias circulares.

- (9) Recordemos que, da cidade comercial, a cidade industrial herdou um padrão mais ou menos homogêneo de uso do solo residencial em torno do centro.
- (10) WALKER (op.cit.) identifica neste processo as origens da suburbanização norte-americana, demonstrando assim que, longe de se constituir em fenômeno novo (produto do pós-guerra), o mesmo teve suas bases firmemente estabelecidas a partir da segunda metade do século passado. Este ponto se não invalida, ao menos qualifica, em larga medida, as hipóteses formalistas mais recentes, que tentam explicar a suburbanização via rebaixamento dos custos de transportes (pela generalização do mercado de automóveis), elevação da renda da classe média e preferências pelas amenidades suburbanas viabilizadas pelos programas de acesso à casa própria, do pós-guerra.
- (11) com respeito ao último item, interessa observar que a especulação era muitas vezes orquestrada e internalizada pelas companhias de bonde através da estratégia que consistia em estender suas linhas mais além da demanda existente, mantendo o sistema de tarifa única.
- (12) Este ponto será retomado quando forem melhor detalhados alguns dos mecanismos através dos quais a indústria imo

biliária aproveitada, ao mesmo tempo que acentua, a diferenciação sócio-espacial.

- (13) É interessante observar o relativo retardamento na adoção destes sistemas de transporte a despeito de suas óbvias vantagens técnicas. Apesar de já conhecida a tecnologia, sua implantação aguardou a criação de condições sociais propícias, no caso a complexificação da estrutura funcional e residencial urbana.
- (14) Não se deve entender com isto que a totalidade da produção esteja agora nas mãos das grandes empresas, mas apenas que estas últimas paulatinamente dominam o sistema econômico. Na verdade, o estágio do capitalismo monopolista caracteriza-se pela sobrevivência e articulação de um lado a lado de um setor monopolista, com substantivo controle sobre seus mercados de compra (meios de produção) e de venda, e um setor competitivo com pequeno controle sobre estes mercados.
- (15) Com a introdução dos modernos sistemas de comunicações e a informática, vem sendo possível deslocar também estes quartéis gerais para certos subúrbios privilegiados, a exemplo de Westchester County no Estado de Nova York.
- (16) Como se percebe pelo argumento, estas economias não emergem de nenhum "passe de mágica" como se pode depreender de certas análises usuais. Elas são, antes de tudo, um produto ou consequência da divisão do trabalho, possível

apenas quando as forças produtivas atingem níveis elevados de complexidade. Ademais, elas não representam gratuidades extensíveis a todos indiscriminadamente, mas tão-somente a certos interesses bem definidos da sociedade, no caso o grande capital e os proprietários fundiários destas áreas. Estes últimos são paulatinamente substituídos ou amalgamados aos primeiros.

- (17) Auxiliada em grande medida pela sofisticação tecnológica do processo de produção.
- (18) A rigor, como já sugerido, a direção da causalidade seria inversa já que teria sido em grande medida o aumento do poder de barganha da classe trabalhadora o principal responsável por estas transformações na indústria. No entanto, pode-se argumentar que estas transformações de fato redundaram em formidável e sofisticado aparato de controle social.
- (19) Veja-se BRAVERMAN (1974) para uma discussão detalhada de como estas características evoluíram desde o início da industrialização às diferentes categorias funcionais contempladas pela moderna empresa capitalista, inclusive a de serviços.
- (20) Para HARVEY (1974), por exemplo, o ímpeto da suburbanização nas cidades norte-americanas ocorrida no pós - guerra deve ser atribuído, em parte, à seus atributos enquanto artefato capaz de exarcebar o consumo em vista da variedade



de de itens usualmente associados a este processo, a ex  
em  
plo do automóvel, móveis, aparelhos domésticos indiv  
idua  
is, etc.

- (21) Veja-se HARVEY (1974 e 1975) acerca destas questões.
- (22) Estas relações foram objeto de análise mais rigorosa em SMOLKA (1981).
- (23) Recordemos as considerações acima acerca da concentração das sedes das grandes empresas nas áreas centrais, ou ainda a diversificação das relações interindustriais embutida na sofisticação tecnológica do processo de produção, ambas características típicas desta fase do capitalismo.
- (24) A existência e necessidade de meios de consumo e produção coletivos não é evidentemente nova. Estágios anteriores de desenvolvimento capitalista já se valiam de um substancial estoque destes meios. No entanto, o que é novo ou específico é a crescente predominância da simbiótica relação estabelecida entre a expansão do Estado como responsável pela organização e administração destes meios e o crescimento do setor monopolista na produção em geral.
- (25) Veja-se neste respeito O'CONNOR (1975).
- (26) Recordemos ser este o veio analítico que norteia a reconstituição histórica da formação dos padrões de estruturação do espaço ora observados.

- (27) Continuidade calcada que é em intensa absorção de tecnologia e complexificação das condições de circulação para a realização da mais valia.
- (28) Como ilustração, tomemos o caso de melhoramento na infraestrutura que atende comunidades específicas eg. serviços de água e esgotos, transportes coletivos, etc.
- (29) A exemplo de programas habitacionais que reagrupam certos segmentos sociais (funcionários públicos, minorias étnicas), antes dispersos em áreas bem delimitadas.

## BIBLIOGRAFIA

H. BRAVERMAN. "Labor and Monopoly Capital: Degradation of Work" in the Twentieth Century, Monthly Review Press, 1974.

M. DOBB. "Studies in the Development of Capitalism". International Publishers Co., 1975.

D. GORDON. "Capitalist Development and the History of American Cities" in Tabb and Sawyers , pp.25-63, 1978.

D. HARVEY. "Class-Monopoly Rent, Finance Capital and the Urban Revolution", Regional Studies, vol.8, nº 3, pp.239-255 , 1974.

"The Political Economy of Urbanization on Advanced Capitalist Societies - The Case of the U.S.". in H.M.ROSE and G. APPERT. eds. The Social Economy of Cities, California; Sage Publications, pp.119-163, 1973.

"Labour, Capital and Class Struggle around the Built Environment in Advance Capitalist Societies", Politics and Society, vol.6, nº 3, pp.265-295, 1977.

J. LOJKINE. O Estado Capitalista e a Questão Urbana, Martin Fontes, São Paulo, 1981.

S. MARGLIN. "What Do Bosses Do? The Origins and Foundations of Hierarchy in Capitalist Production", The Review of

- Radical Political Economics, vol.6, nº 2, Spring, pp.33-60, 1974.
- J. O'CONNOR. The Fiscal Crisis of the State, New York, St. Martin's Press, 1973.
- C.G. PICKVANGE. Urban Sociology: Critical Essays, New York. St. Martin's Press, 1976.
- L. SAWYERS. "Urban Form and the Mode of Production", The Review of Radical Political Economic, vol.7. nº 1, Spring, pp. 52-68, 1975.
- M.O. SMOLKA. "Preço da Terra e Valorização Imobiliária Urbana: Esboço para Enquadramento Conceitual da Questão", in Revista de la Sociedad Interamericana de Planificación, vol.XV. nº 60, dez/1981.
- R.A. WALKER. "The Transformation of Urban Structure in the Nineteenth Century and Beginnings of Suburbanization", in Kox, ed. pp. 165-212, 1978.

O FATO METROPOLITANO - enigma e poder \*

Ana Clara TORRES RIBEIRO \*\*

\* Trabalho apresentado à XXXVI Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) em julho de 1984.

\*\* Socióloga, professora do PUR

"Sob o familiar, descubram o insólito.  
Sob o cotidiano, desvelem o inexplicável.  
Que tudo que é considerado habitual  
Provoque inquietação..."

Brecht

O Fato Metropolitano - enigma e poder, enquanto campo de reflexão, permitiu-nos a pesquisa bibliográfica de alguns planos analíticos que informam (ou podem informar) o debate contemporâneo da "grande cidade" no país.

Conseguimos, sobretudo, esclarecer alguns dos mapas (1) teóricos, disciplinares e empíricos, que constituem os caminhos atuais para a compreensão analítica da complexidade metropolitana.

Face ao enigma da metrópole, a misteriosa vida coletiva das "grandes cidades", preocupamo-nos, especialmente, em localizar os parâmetros/paradigmas das visões sintéticas em ciências sociais que orientam, hoje, a produção nesta área de conhecimento e conformam também a nossa possibilidade de contribuir para o debate da cidade na formação social brasileira.

O mapeamento aqui esboçado privilegiou o roteiro (caminho/trajeto) de conhecimento, tentando-se o uso de um processo de aproximação sucessiva que permitisse o desdobramento articulado de planos de observação e interpretação da realidade social metropolitana.

A visão sintética - sobre a possibilidade  
de interferir no debate

Acreditamos que para a reflexão da sociedade brasileira hoje seja essencial a compreensão das visões sintéticas sobre as metrópoles do país. Denominamos de visões sintéticas a aquelas apreensões da realidade social que surpreendem o estado da sociedade, vinculando-o, fortemente, ao seu passado histórico e vinculando-o às perspectivas do futuro.

Tratamos, aqui, simultaneamente, da necessidade de apropriação plena das teorias e do questionamento das próprias teorias enquanto fornecedoras de macro-parâmetros para a compreensão da realidade social. Neste sentido, devemos lembrar que as principais matrizes político-filosóficas do pensamento social contemporâneo (MARX, WEBER e DURKEIM) enfrentaram o enigma da "grande cidade" surgida da revolução industrial e da afirmação da hegemonia capitalista - demonstração viva de transformações históricas na sociedade, na técnica e na cultura.

A "grande cidade" expressa/impõe, em Marx, o reconhecimento histórico das contradições sociais (capital - trabalho) oriundas da re-criação da sociedade pelo capital a partir da conquista/destruição das formas sociais pré-existentes de reprodução da vida coletiva.

A "grande cidade", portanto, constitui um espaço desenhado (ou redesenhado) pelo poder do capital sobre a sociedade (relação campo-cidade); contendo, de forma exemplar, as novas desigualdades (contradições fundamentais) produzidas e inerentes à organização social sob o domínio do modo de produção capitalista - divisão social do trabalho (cooperação ampliada no processo de produção), exploração da força de trabalho (exis

tência histórica do trabalhador livre), afastamento radical entre trabalhador e meios de subsistência e de trabalho (apropriação privada dos meios de produção e salário).

A "grande cidade" é, assim, concomitantemente, expressão plena das necessidades de reprodução do modo de produção capitalista e das suas contradições fundamentais, expandidas e acirradas no próprio movimento da sua imposição histórica - contém a dominação mas, contém, também, a possibilidade de sua superação.

Em Weber sobressai, metodologicamente, a busca do modelo, da idéia-síntese (tipo ideal) capaz de captar - em suas características radicalizadas - a face econômico-social da sociedade que se impunha, historicamente, a partir das transformações técnicas e econômicas profundas da revolução industrial.

A ciência e a racionalidade alimentam o novo modelo de organização social, reforçando os paradigmas contemporâneos, do exercício do poder e as bases ideológicas da construção da modernidade. Comunidade-sociedade constituem, no período (ver TONNIES e SIMMEL), conceitos-síntese da mudança histórica ocorrida nas formas de vida social, nos valores e nos elementos psicossociais de convicção e controle social. A "grande cidade" espelha/acompanha, em Weber, os processos históricos, numa multiplicidade de tipos que antecipa tendências atuais na análise do fenômeno urbano: critérios quantitativos, qualitativos, político-administrativos e funcionais.



A busca da construção tipológica se produz em Durkheim, visando estabelecer os parâmetros da objetividade científica na análise sociológica. As sociedades movem-se no sentido da complexidade crescente, destruindo as barreiras entre os tipos mais elementares de vida coletiva. O processo denominado "coalescência dos segmentos sociais" expressa, no autor, o movimento histórico de ruptura com o passado, diluindo fronteiras sociais e físicas pré-existentes. Tal processo contempla, ainda, a possibilidade de inteligibilidade do estado da sociedade (sua normalidade ou patologia) e a orientação para a intervenção do "homem público", ou melhor, do Estado. A "grande cidade" moderna manifesta um momento complexo da sociabilidade humana (vida coletiva) (2), da conformação do indivíduo à divisão do trabalho social e à cooperação social, isto é, ao amoldamento oriundo do meio social interno da sociedade histórica em que vive.

As formas de apreensão do fenômeno urbano, rapidamente referidas acima, expressam uma formulação sintética dos fatos sociais, econômicos e espaciais profundamente informada histórica e teoricamente. A "grande cidade" é, portanto, compreendida no interior de visões de mundo claramente calcadas em opções político-filosóficas que envolvem tanto a compreensão das transformações sociais (concepções sobre a história humana) como a construção de interferências políticas-radicalmente distintas - na realidade social.

Acreditamos que a ausência de uma postura definida com relação à história e à vida coletiva marque, acentuadamente, as tentativas atuais de compreensão do fato metropolitano

na realidade brasileira, fragilizando, significativamente, a nossa possibilidade de interferir no debate urbano e a nossa possibilidade de compreender o sentido histórico dos fatos sociais nas "grandes cidades" do nosso tempo e do nosso espaço.

Sem passado e sem futuro, a análise em ciências sociais perde em eficácia e contundência aproximando-se, perigosamente, do pensamento circunstancial, sensitivo e a-crítico. A complexidade e o ritmo da vida no contexto urbano-metropolitano alimentam esta possibilidade de fragmentação da percepção induzindo a análise à desestruturação temática ou à inovação aparente cuja tendência é ser rapidamente abafada por novos fatos ou por novas formas de olhar a realidade social.

No entanto, é exigido hoje do analista de formação social brasileira o seu posicionamento face aos novos paradigmas que procuram circunscrever a "grande cidade" nos marcos de novas visões de mundo e apreensões globalizantes do destino social. Julgamos que este desafio - inicialmente assustador - constitui uma possibilidade virtual de ruptura com os rótulos (caos, desordem) que são seguidamente projetados sobre os extremamente complexos espaços urbano-metropolitanos do país.

Por outro lado, os novos paradigmas vinculam-se a rupturas ou inovações dos grandes meios teóricos tradicionais do pensamento em ciências sociais; desconhecendo as suas origens políticas, filosóficas e teórico-metodológicas dificilmente conquistaremos a oportunidade de avaliar suas consequências para a análise da realidade urbano-metropolitana brasileira(3).

Ao propor os planos analíticos e interpretativos, referidos na introdução, pensamos, sobretudo, nestas novas fren

tes teóricas cujo ordenamento é essencial já que podem orientar a nossa leitura quotidiana da realidade metropolitana.

### Compreensão do momento histórico

Este plano analítico introduz a necessidade de compreensão do fenómeno metropolitano em interligação com os avanços teóricos atuais relativos ao estágio/momento histórico do capitalismo. Devem ser consideradas, neste sentido, as inovações factuais e interpretativas que assinalam a presença de processos históricos (conjunturais/estruturais) que transformam, significativamente, a dimensão e o carácter da metrópole.

A "grande cidade" está intrinsecamente associada, hoje, à escala mundial do processo de acumulação do capital. E, também, encontram-se analiticamente articuladas ao macro - espaço metropolitano as formas de manifestação contemporânea da fracção capitalista hegemónica - o capital financeiro (4).

Estas observações assinalam o carácter historicamente móvel do conceito de metrópole, ou seja, a sua nova *facies* pressupõe, teoricamente, a existência de determinados processos económicos, institucionais e políticos. A admissão da importância destes processos impede a generalização do conceito de metrópole a partir de critérios exclusivamente político - administrativos ou tradicionalmente funcionais.

Os novos patamares - historicamente significativos - do processo de modernização capitalista, uma vez traduzidos empiricamente, poderiam permitir a compreensão das atuais hierarquias urbano-metropolitanas. Neste sentido, acreditamos que seja essencial o lastreamento teórico e factual das formas contemporâneas de realização do capital, de maneira a permitir o enca

minhamento:

- da absorção consciente dos avanços teóricos atuais relativos, sobretudo, aos países capitalistas centrais;
- da compreensão das metrópoles face à especificidade da inserção capitalista periférica.

Cabe-nos assinalar, neste plano analítico, os riscos representados por uma aceitação linear dos avanços teóricos relativos à realidade metropolitana dos países capitalistas centrais. A cidade do capital (5) - desdobrada conceitualmente - explica parte dos processos metropolitanos; restando por desenvolver as suas manifestações concretas (setoriais, espaciais e demográficas) em formações sociais específicas.

Um desenvolvimento teórico deste teor teria possivelmente o poder de contribuir para o esclarecimento do caráter das novas relações de subordinação colocadas ao plano internacional e dos processos de articulação que agilizam e usufruem dos espaços metropolitanos historicamente construídos (6) ..

As características essenciais da face contemporânea do modo de produção capitalista colocam, assim, em questão, no âmbito das discussões atuais, as práticas de absorção/adequação dos espaços metropolitanos às novas órbitas e ritmos do processo de acumulação de capital.

Por outro lado, a enorme mobilidade dos processos econômicos sugere, ainda, a necessidade de reflexão do virtual desbaratamento das condições históricas (trabalho social) acumuladas em determinados espaços metropolitanos dos países não-hegemônicos. A estrutura urbano-metropolitana de um país adquire ,

hoje, uma dimensão conexa às suas articulações econômicas internacionais, constituindo, assim, um veio privilegiado de observação do estado da sociedade a que nos referimos no início deste texto.

Este plano analítico valorizou as relações econômicas e financeiras que ajudam a esclarecer os limites do estudo da metrópole assumida como objeto isolado de investigação. De forma sintomática, cada vez com maior frequência, a conotação e o significado do urbano extrapolam o marco construído para envolver a rede urbana e os fluxos (7) e, para envolver, também, conteúdos inovadores que identificam na cidade e na urbanização os caminhos das novas contradições sociais.

*"No urbano começam a sintetizar-se, em qualquer direção, os problemas da expansão do capitalismo no Brasil, na forma da estruturação oligo - monopolista fortemente interpenetrada pelo Estado. Não há praticamente qualquer dimensão da vida nacional que não se reflita imediatamente num problema urbano ou num problema que explode como urbano"... (OLIVEIRA, 1977, p.67).*

### Estado e planejamento

O Estado administrador ou harmonizador das condições históricas do desenvolvimento capitalista surge, nas análises contemporâneas, transmutado em agente econômico e político di

reto da acumulação. Tanto o aparelho (ou aparelhos) de Estado quanto os espaços urbano-metropolitanos passam, nesta postura política analítica, a assinalar (ou decodificar) o gigantismo e a complexidade dos processos econômicos atuais - aglomeração/concentração/centralização e poder.

A metrópole é, assim, expressão materializada das novas formas econômicas (oligo-monopolistas) e dos novos patamares financeiros e técnicos do processo de acumulação de capital. Expressa, desta maneira, o espaço urbano-metropolitano, poder e expropriação e, também, domínio e alienação. A escala dos processos e a modelagem do espaço pressupõem a intervenção dos organismos governamentais, de tal forma a estimular os fluxos financeiros e materiais indispensáveis e a reduzir as resistências decorrentes da segmentação e fragmentação espaço - sociais originadas de formas de organização social historicamente precedentes (8). Metrópole e acumulação configuram, teoricamente, duas faces de uma mesma moeda.

Estado e unidades capitalistas (polivalentes e poli presentes) passam a constituir a expressão institucional de um mesmo processo, na sua formulação e nos seus propósitos, de adequação das condições históricas metropolitanas (e nacionais) às novas necessidades do modo de produção capitalista.

Através desta linha de reflexão o planejamento perde sua racionalidade técnica, expressando, em sua racionalidade e em sua técnica(9), os interesses hegemônicos que usufruem da cena urbana como limiar/patamar histórico indispensável ao alcance e à subordinação de novos espaços, novas populações, novas produções e novas riquezas às formas modernas de realização e acumu

lação capitalistas.

A discussão da metrópole envolve, assim, diretamente a discussão do planejamento e do Estado, constituindo este plano analítico a face política do plano analítico anterior. Por outro lado, o plano analítico II tem constituído um núcleo teórico resistente e capaz de contrarrestar a tendência à fragmentação na avaliação das ações do Estado - metas setoriais, inovações técnicas, reorganizações administrativas cujo número e diversidade dificultam, enormemente, a elaboração de visões sintéticas inovadoras.

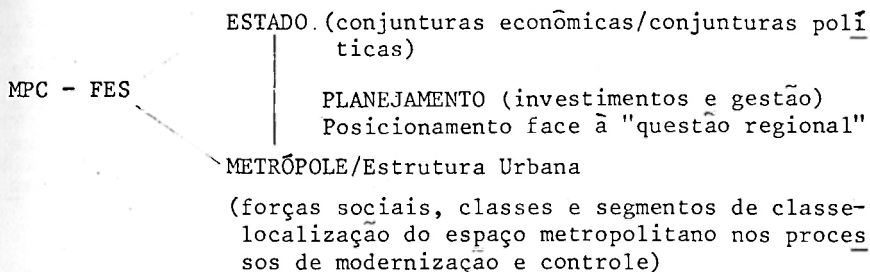
No entanto, cabe ao analista observar, ainda, a produção conceitual subjacente ao que denominamos, aqui, visão sintética. Dificuldades podem ser assinaladas no esclarecimento de particularidades históricas e, especialmente, no acompanhamento do movimento das conjunturas políticas e econômicas.

Neste sentido, a perspectiva unívoca do Estado pode contribuir para que permaneça oculta parte de suas características nos países periféricos - entre o tradicional e o moderno - e, desta maneira parte do sentido político das ações de planejamento (subordinação à escala local e regional do poder). Isso dificulta a identificação da manifestação desigual das classes, frações de classe, segmentos sociais e forças sociais no espaço, nas regiões e nas metrópoles do país (10). Afinal, quem são os novos príncipes dos intelectuais/ planejadores modernos? Quais são os conteúdos político-ideológicos das metrópoles na fase contemporânea do modo de produção capitalista? Como podemos articular uma tipologia de cidades (metrópoles) que considere a variação de situações históricas, sociais e políticas na

formação social brasileira?

Podemos acrescentar, nesta direção, que a ação do Estado, através das chamadas regiões metropolitanas, tem contribuído, historicamente, tanto para homogeneizar processos e espaços quanto para a homogeneizar problemáticas e conceitos, o que tende a dificultar, ainda mais, qualquer tentativa de contribuição para a construção da tipologia sugerida.

#### ESTRUTURA TEMÁTICA



#### Análise intra-urbana

Os marcos inovadores da análise urbana assinalam o "vazamento" da metrópole, ou seja, sua natureza subordinada/subordinadora com relação aos processos fundamentais da etapa contemporânea do modo de produção capitalista.

A estrutura interna da metrópole constitui, então, o campo de manifestação das forças econômicas que modelam e redefinem o seu destino. Concentração (de investimentos, equipamentos e recursos) e segregação sócio-espacial constituem, talvez, os termos básicos do seu equacionamento factual e teórico (11). A ação política e ideológica super-estrutural do planejamento



corresponde a adequação da infra-estrutura (meios de consumo coletivo) aos novos objetivos históricos a serem cumpridos pela aglomeração humana, isto é, a agilização adequada de fluxos financeiros (de mais valia) e materiais e, a apropriação privada do trabalho social acumulado no chão produzido das metrópoles (12).

A problemática levantada por este plano analítico desenvolve, sobretudo, a discussão da origem da terra urbana, as novas modalidades de atuação (frações) do capital imobiliário e a orientação socialmente restritiva dos investimentos públicos. Encontra-se subjacente a este meio analítico, com frequência, uma visão aproximadamente organicista dos espaços metropolitanos, ou melhor uma certa perspectiva totalizadora/sintética que observa a metrópole a partir de processos considerados fundamentais em sua face histórica atual (13).

Assim, a ação combinada do capital imobiliário e do Estado define tanto o núcleo metropolitano quanto a periferia a través de efeitos desiguais (segregacionistas) dos mesmos processos de valorização/exclusão social determinados pelos impulsos da acumulação e absorvidos pelo espaço metropolitano em sua totalidade.

Alguns estudos, do interior do mesmo âmbito teórico, assinalam, porém, a existência de mercados urbanos segmentados, contribuindo para encaminhar a identificação das pontes teóricas entre as visões dualistas (especialistas) anteriores - núcleo/hierarquias periféricas - e os avanços conceituais decorrentes da manifestação plena das leis do modo de produção capitalista nas metrópoles do país.

Cabe-nos assinalar, particularmente, na observação deste plano analítico, a magnitude dos processos de segregação na realidade brasileira que, se podem não chegar a produzir mudanças de qualidade nos processos geradores, exigem, sem dúvida, que seus efeitos sejam refletidos na escala de sua ocorrência.

Acreditamos estar face a processos de absorção/ajustamento dos espaços e das populações metropolitanas que destroem patamares anteriores de vida coletiva, contribuindo para que as chamadas "soluções populares" de vida - estratégias de sobrevivência/marginalização - sejam, cada vez mais, responsáveis pela reprodução social da população (de forma oficializada ou clandestina).

#### ESTRUTURA TEMÁTICA

##### MPC - FES - ESTADO/PLANEJAMENTO

(apreensão dos modelos teóricos subjacentes à compreensão da cidade: organicistas, mecânicos ou dialéticos)

- metrópole e espaço nacional (produção/destruição de formas de vida coletiva)
- acumulação/segregação
- formas "oficiais" de vida coletiva, estratégias de sobrevivência e marginalização

METRÓPOLE/ESTRUTURA URBANA/HIERARQUIAS URBANAS

##### Conjunturas políticas e conjunturas urbanas

Neste plano analítico são privilegiados o movimento (tempo) e a especificidade histórica. Ao considerarmos o tempo, propomos a reflexão política da continuidade (controle/ socialização/cultura e alienação) e de ruptura (reivindicação/ manifestações).

tação/cultura e transformação).

Procuramos atingir, assim, a necessidade de reflexão dos vínculos entre estrutura e conjuntura, entre evolução e transformação, ou seja, a complexidade dos processos de periodização em ciências sociais.

As defasagens entre mudanças conjunturais e rupturas estruturais têm sido, ainda, escassamente refletidas na realidade brasileira, principalmente quando consideramos as questões de método. De fato, seria indispensável alcançar os elos entre as modificações na base produtiva da formação social brasileira, as forças sociais emergentes e tradicionais e as formas hierarquizadas de exercício do poder (legitimidade e/ou coerção).

Neste sentido, acreditamos que dispomos de informações teóricas e históricas mais completas sobre as passagens (transição) entre formas de produzir - pré-capitalistas ou não capitalistas para plenamente capitalistas (14)- do que sobre o movimento de absorção, concentração e centralização de capitais, ou ainda, sobre as formas de acumulação (desiguais e articuladas) que caracterizam, hoje, o país.

Esta dificuldade de conhecimento atinge tanto a análise interna da metrópole - superação teórica das perspectivas dualista e espacialista - quanto a qualidade do seu domínio e do seu sentido histórico atual. Quais são os processos de transformação histórica que implicam a existência da metrópole? Quais são as formas modernas de exercício do poder (subsunção real ou formal) que pressupõe a reprodução da vida metropolitana?

Estas questões atingem a estrutura urbano-metropolitana e atingem as perspectivas políticas do "fato metropolitano" no país. Neste sentido, as análises das chamadas lutas urbanas têm privilegiado, sobretudo, as características conjunturais destes movimentos sociais, deixando, em segundo plano, a configuração de classe (totalidade) das metrópoles brasileiras, a sua diversa composição social e o possível impacto político extra-urbano (campo-cidade) das mobilizações sociais no espaço metropolitano (15).

Evidentemente, a qualificação das conjunturas urbanas necessita do apoio de análises estruturais que considerem o significado histórico variável das metrópoles e a sua inserção contemporânea desigual nas tendências atuais do crescimento capitalista.

O deslocamento espacial dos investimentos produtivos e improdutivos e seu impacto sobre a composição social metropolitana (condições de vida e trabalho) constituem, em seus parâmetros político-administrativos, um dos caminhos para o equacionamento teórico e factual da "natureza" da metrópole e da sua vida coletiva.

A cidade como expressão da "lógica capitalista" ou como "locus de reprodução da força de trabalho", na realidade brasileira, pressupõe antes de sua generalização o conhecimento das forças sociais e do seu movimento histórico no espaço metropolitano (a população para o capital) e o aprofundamento da compreensão das relações contemporâneas campo-cidade.

## ESTRUTURA TEMÁTICA

### MPC - FES - ESTADO/PLANEJAMENTO/INTERESSES HEGEMÔNICOS

(posicionamento face à natureza  
za do poder metropolitano)

ESTRUTURA/CONJUNTURA-TEMPO/ESPAÇO  
(periodização)

METRÓPOLE/ESTRUTURA URBANA  
(desigualdades regionais)

- forças sociais
- composição de classes
- mobilidade e mobilização sociais

### Cultura e vida urbana

Este plano analítico propõe a articulação entre a visão teórica sintética da metrópole e o movimento da vida urbana - a fluidez e o ritmo da vida coletiva nas "grandes cidades" do país. Estamos, também, frente a fenômenos que se manifestam ao nível político-ideológico da sociedade brasileira.

Atingimos a face cotidiana do "enigma metropolitano", onde atuam as forças coercitivas e as forças coesivas que permitem a reprodução, no dia-a-dia, da sociedade urbano-metropolitana do país (15). O desafio, aqui colocado, pode ser resumido na nossa capacidade de lidar com o senso comum (16) e com a "questão urbana" da forma como ela se apresenta - política e ideologicamente - para os segmentos sociais que compõem a população de uma "grande cidade" de um certo tempo e de um certo espaço.

Sobre este pano de fundo da concentração e da segregação, da homogeneidade e da heterogeneidade sociais estendem-se,

neste plano analítico, os princípios teóricos da reprodução (cultura e alienação) e as análises do "modo de vida" urbano. Por este encaminhamento, retomamos, de forma mais próxima, a observação dos fatores de continuidade e ruptura referidos no plano analítico anterior.

Os principais debates teóricos, no campo da sociologia urbana, têm sido travados neste espectro teórico. Assim, a clivagem teórico-metodológica entre as abordagens culturalista e marxista da "grande cidade" no capitalismo contemporâneo têm partido, significativamente, da avaliação política da vida coletiva no espaço da metrópole - por ex.: Manuel Castells e a crítica à sociologia urbana (17); Manuel Castells e a crítica a Henri Léfêbvre (18); David Harvey e seu posicionamento face a Henri Léfêbvre (19).

Neste confronto são identificáveis estruturas explicativas alternativas para o fato metropolitano e para o significado político dos movimentos sociais (lutas urbanas) e, também, são identificáveis blocos conceituais diversos, assim como, serão diversos os elencos de questões face à metrópole. São estas, portanto, as manifestações do debate entre óticas, entre visões de mundo globalizantes que contribuem para a compreensão da presença, na realidade brasileira, deste ou daquele produto teórico ou preocupação temática.

De forma mais positiva, e para o nível da nossa discussão, parece-nos fundamental assinalar a pertinência de um trajeto teórico-metodológico que respeite o movimento próprio da chamada instância político-ideológica na sociedade urbano-metropolitana brasileira. Assim, acreditamos que a valorização

desigual dos fatos da cultura e dos fatos ideológicos - frente ao privilégio dado às mudanças estruturais e imediatamente políticas - tem dificultado, extraordinariamente, o enfrentamento do enigma metropolitano, permitindo que a análise se desdobre em aspectos extraordinariamente particulares da vida urbana ou que repita criticamente apenas os caminhos da dominação já politicamente reconhecida (relação Estado-população; relação planejamento-população).

Neste sentido, podemos acrescentar que conhecemos ainda pouco sobre os caminhos da elaboração das imagens coletivas da (s) cidade(s) no país, assim como sobre os fenômenos de massa e sobre as manifestações particulares daquilo que podemos denominar, provisoriamente, de nosso consciente e do nosso inconsciente coletivos.

#### ESTRUTURA TEMÁTICA

#### MPC - FES - METRÓPOLE (estrutura urbana/desigualdades regionais)

- |  |  |
|--|--|
| <b>PODER</b> - instâncias analíticas                     | - ideologia e cultura urbanas                            |
| - domínio/exercício da hegemonia                         | - imagens coletivas / senso comum e ritmo metropolitano  |
| (posicionamento face ao poder de determinação do espaço) | - formas de exercício do poder<br>- coerção e coesão     |
|  | - elaboração das imagens coletivas da vida metropolitana |

## Considerações finais

O levantamento bibliográfico e teórico realizado pela pesquisa "O Fato Metropolitano - enigma e poder" indicou-nos a validade do exercício de um tipo de reflexão que oriente, metodologicamente, aproximação com a produção intelectual sobre o tema da metrópole no país.

Realmente, por diversas ocasiões, nos sentimos, simultaneamente, face à fartura e à escassez; fartura pela abundância do material já produzido sobre a "grande cidade" no país, e escassez pela ausência relativa de formas de análise e apropriação adequadas deste amplo leque de estudos. À fragmentação disciplinar a-crítica podemos atribuir, naturalmente, parte ponderável da responsabilidade pelo desconhecimento mútuo entre as disciplinas do social. Por outro lado, outra parte ponderável desta responsabilidade pode ser atribuída, também, à ausência na qual nos incluimos - de formações filosóficas e teóricas abrangentes que permitam a compreensão e a inclusão dos produtos particulares em quadros conceituais definidos; quadros conceituais estes que nos ajudem, de fato, a questionar a coerência e/ou pertinência destes estudos para a compreensão do país.

Os planos analíticos, apresentados neste texto, contemplaram a identificação dos principais veios temáticos no estudo da metrópole a partir de uma postura definida com relação à realidade social contemporânea, procurando estabelecer trajetos de estudos e reflexão coerentes com esta postura, de tal maneira a permitir a proposição de formas de organização úteis do material teórico, conceitual e empírico subjacente - explíci



ta ou implicitamente - aos cursos atuais da "questão urbana" na formação social brasileira.

## NOTAS

- (1) mápa - expressa, idealmente, orientação para a leitura do espaço social, histórico e político; apontando, simultaneamente, para um conjunto de possíveis trajetos no processo de conhecimento (opções racionalizadas) e para a viabilidade da elaboração conceitual; considerando-se conceito como palavra-chave (instrumento/símbolo/síntese) do processo de conhecimento.
- (2) "Enquanto a organização social for essencialmente segmentária, a cidade não existe" - Emile DURKEIM - De la División del Trabajo Social, Editorial Schapire, B. Aires, 1967, p. 220.
- (3) "O que devemos aprender com os antigos é como fazer coisas novas" - BRECHT apud Fernando PEIXOTO - Brecht-vida e obra, José Álvaro Ed./Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1974, p.227.
- (4) "O capitalismo avançado está composto de unidades econômicas relacionadas entre si em escala mundial em termos de capital, mercados e processos de trabalho (internacionalização da força de trabalho, interdependência internacional das cadeias de produção e distribuição, etc.); todas se beneficiam, de certa forma, do desenvolvimento dos meios de transporte e comunicações" - Manuel CASTELLS - A Teoria Marxista das Crises Econômicas e as Transformações do Capitalismo, RJ, Paz e Terra, 1979, p.115.
- (5) Jean LOJKINE - O Estado Capitalista e a Questão Urbana, São Paulo, Martins Fontes, 1981, e Christian TOPALOV - La Urbanización Capitalista - Algunos Elementos para Analisis, Colec

cião DISEÑO - Ruptura Y Alternativas, Ed. EDICOL, México , 1978.

- (6) "(...) As mesmas razões que fazem com que o espaço subde  
senvolvido seja um espaço instável, fazem com que ele seja  
igualmente um espaço diferenciado. Uma vez que as forças  
externas alcançam um espaço qualquer e forçam a sua trans  
formação, elas são obrigadas a se compor com a herança do  
passado que marca este espaço num momento dado. O espaço é  
então um compromisso entre um tempo externo representado  
pela variáveis impostas de fora e um tempo interno repre  
sentado pelas variáveis já localmente amalgamadas "
- Milton Santos - O Trabalho do Geógrafo no Terceiro Mundo,  
Ed. HUCITEC, São Paulo, 1978, p.110.
- (7) Ver Azael R. CAMARGO, Celso M. LAMPARELLI e Pedro CONCEI  
ÇÃO S. Jorge - "Nota Introdutória Sobre a Construção de  
um Objeto de Estudo: O Urbano", em Estudos FUNDAP nº 1 -  
A Questão Urbana e os Serviços Públicos, março 1983.
- (8) Francisco de OLIVEIRA - "Acumulação Monopolista, Estado e  
Urbanização - a nova qualidade do conflito de classes" em  
Contradições Urbanas e Movimentos Sociais, Paz e Terra/  
CEDEC, Rio de Janeiro, p.67.
- (9) Ver, sobre as Regiões Metropolitanas no Brasil, Miriam  
DANOWSKI "O Milagre econômico e a regionalização da rique  
za", cap. IV da Tese de Mestrado - Estado, Planejamento e  
Espaço - um estudo de regionalização, COPPE/ UFRJ, 1981.

- (10) "Pois o planejamento (...) é o sinal mais marcante do capitalismo dos oligopólios. Pois o planejamento é uma forma transformada de lutas de classes, horizontal e verticalmente. Ele emerge como um trabalho técnico cuja tarefa é racionalizar a irrazão do sistema capitalista: esse "locus" da racionalização da irrazão é o Estado. Pois o capitalismo dos oligopólios tornou o Estado absolutamente indispensável para a sustentação do modo de produção capitalista". Francisco de Oliveira - "Planejamento e Poder - o enigma transparente", apresentado na Mesa-redonda Geopolítica, Planejamento e Poder, XXX Reunião Anual da SBPC, julho de 1978, S. Paulo, mimeo, p.2.
- (11) "Não temos passado, na verdade, de uma constatação da ação dos investimentos estatais sobre as cidades; por exemplo, não temos passado da constatação da ação do Estado sobre a regulação de certos aspectos da vida urbana, desde leis de uso do solo até códigos de construção, mas esse é precisamente talvez um dos campos dessa relação (Estado-urbano) cujo trabalho teórico tem sido mais ineficiente, menos profundo. Há aí portanto uma contradição entre a visibilidade do fenômeno e a possibilidade de sua recuperação enquanto teoria" - Francisco de OLIVEIRA - "O Estado e o Urbano no Brasil" em Espaço e Debates, Ano II, nº 6, Ed. Cortez/NERU, pp.36 e 37.
- (12) David Harvey - A Justiça Social e a Cidade, Ed. HUCITEC, São Paulo, 1980.

- (13) Milton SANTOS - "Cidade, Mais-Valia Absoluta e Relativa, Desvalorização do Capital e do Trabalho: considerações metodológicas sobre o caso do Rio de Janeiro", em Ruy Moreira (org.) Geografia: Teoria e Crítica (O saber posto em questão), Petrópolis, Ed. Vozes, 1982.
- (14) Paul SINGER - "O Uso do Solo na Economia Capitalista" em Ermíria Maricato (org.) - A Produção Capitalista da Casa (e da Cidade), Ed. Alfa-Omega, São Paulo, 1979, pp.
- (15) Este fato acompanha o desenvolvimento mais corrente do pensamento social preocupado com a mudança. Ver Etienne BALIBAR - "Sur les concepts fondamentaux du matérialisme historique" em Louis Althusser e Etienne Balibar - Lire le Capital, vol. II, Paris, Maspéro, 1971.
- (16) Ver: Cândido Procópio Camargo et alii - São Paulo - crescimento e pobreza, S. Paulo, Ed. Loyola, 1976 e Paul Singer e Vinicius Caldeira Brant (orgs.). São Paulo - o povo em movimento. Petrópolis, Vozes/CEBRAP, 1980.
- (17) Gilberto Velho - Individualismo e Cultura - Notas para uma Antropologia da Sociedade Contemporânea, Rio de Janeiro, Zahar Ed., 1981.
- (18) "Gramsci foi mais longe, também, num outro plano: as ideologias não se reduzem somente a algumas formas bem manifestas, como a religião, mas envolvem também todas as dimensões do campo social: não somente as filosofias, as estéticas, as éticas até inclusive as ciências, mais ainda toda a esfera do "quotidiano": a paisagem urbana, a arquitetura

doméstica são vetores ideológicos da mesma maneira que podem sê-lo um anúncio ou uma emissão de televisão" - Georges RIBEIL - "Éléments pour une approche gramscienne du cadre de vie", Espaces et Sociétés, s/d, p.101.

(19) Manuel CASTELLS. "El mito de la cultura urbana". In La Cuestión Urbana. B. Aires, Siglo XXI, 1976, pp.95-106.

(20) Manuel CASTELLS. "De la sociedad urbana a la revolución urbana", idem, pp. 107-117.

(21) David HARVEY. Op. cit. pp.247-271.

CONFLITO SOCIAL E PRODUÇÃO DO ESPAÇO

Carlos Enrique GUANZIROLI \*

\* Texto elaborado por ocasião do seminário sobre "Conflitos no Campo no Estado do Rio de Janeiro" - 29 e 30 de outubro de 1984, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social - Museu Nacional - UFRJ.

\*\* economista, mestre em ciências pela COPPE/PUR/UFRJ.

A produção do espaço regional tem sido analisada de diversas abordagens. As teorias espaciais neoclássicas dão preferência ao aspecto econômico, seja através de modelos de localização industrial que destacam a necessidade de minimizar os custos de transportes (1), seja incluindo mais variáveis, como as economias de aglomeração (2), seja ainda por meio de diagnósticos da base exportadora (3), do multiplicador de renda inter regional (4) ou do papel exercido pelos pólos de crescimento (5).

As teorias clássicas, por outro lado, fornecem através das teorias das rendas fundiárias (6), ou com os modelos de renda e localização (7), indicações e/ou pistas bastante interessantes para entender o fenômeno do surgimento de novas regiões.

Mais recentemente, outros autores começaram a chamar a atenção para o papel das leis e tendências mais gerais da economia sobre os espaços regionais. Na vertente neoclássica, os conceitos de equilíbrio e de vantagens comparativas foram utilizados na análise regionalista; na vertente Keynesiana, os conceitos de multiplicador de renda e análise multissetorial; e, por último, na vertente marxista, os conceitos de taxa média de lucro e tendência decrescente de taxa de lucro serviram para fundamentar as idéias de homogeneização dos espaços via desenvolvimento capitalista.

Finalmente, a discussão do papel do Estado e do planejamento entrou também como objeto de investigação específico



nos estudos sobre a questão regional.

Por outro lado, o conflito social no campo também tem sido objeto de estudo desde diversas abordagens. As lutas camponesas têm sido estudadas tanto do ponto de vista político como assim também do ponto de vista antropológico e sociológico, destacando-se, em alguns estudos, a organização social e produtiva dos camponeses, em outros a transformação sofrida pela modernização e, em outros, a discussão mais teórica sobre o conceito de "campesinato", etc.

Em suma, vemos por um lado estudos econômicos, de geografia ou planejamento, muito preocupados com o conceito de "região" e suas derivações, e, por outro, basicamente a sociologia e a antropologia voltadas para o papel do conflito em si e para a discussão do conceito de "camponês". No nosso entender, existe uma interface na relação das duas problemáticas que ainda não está suficientemente explorada.

É sabido que a cada transformação profunda do modo de produção vigente correspondem formas espaciais diferenciadas, e neste sentido, uma análise de alto nível de abstração pode revelar a atuação das leis gerais e tendências econômicas sobre a sociedade. Porém também é sabido que no processo de realização dessas leis gerais existem marchas e contramarchas e especificidades, geradas por processos que somente o estudo específico e histórico desses movimentos revela. Ignorar o papel dos conflitos sociais na configuração dos espaços regionais equivale a pensar que os atores sociais são simples observadores ou objetos dessa transformação e não sujeitos atuantes, que podem até

mudar o rumo desse processo.

Cabe destacar que o conflito, até bem recentemente, era percebido, na análise neoclássica, sob a forma de "rigidez" na dinâmica oferta/demanda. Nos estudos marxistas, o papel do conflito era entendido como parte da problemática capital/trabalho no processo de transformação política da sociedade, e, quando era analisado desde o ângulo regional, era para destacar o papel de resistência dos regionalismos locais ao processo mais amplo de evolução da sociedade.

Entretanto, pensamos que o processo de produção dos diferentes espaços regionais sempre está sujeito a algum grau de confronto, seja a nível de forças hegemônicas (entre frações do capital), seja a nível dos movimentos sociais locais, sendo que a configuração sócio-espacial da região será a resultante da ação dos diferentes vetores, de sua força relativa, e de sua estratégia de dominação.

Obviamente que, dentro desta linha de análise, cada caso passa a ser um caso especial, já que, ao mudar o ângulo de análise, o papel que cabe ao conflito na transformação regional depende da interrelação específica que se dá a esse nível entre os determinantes gerais e locais, e também da dinâmica dessa interrelação, pois não existem processos totalmente resolvidos.

Dentro desta linha de análise que julgamos não ser a única nem a que possua maior força explicativa, fizemos um estudo de caso que procura detectar alguns aspectos da relação enunciada, mostrando a ação dos diversos determinantes sobre uma realidade local (8).

Neste trabalho, porém, destacaremos somente a parte da pesquisa citada que faz menção ao conflito e à apropriação do espaço, deixando, por enquanto, de lado o papel dos outros de terminantes.

### Contextualização

A região escolhida para o estudo é uma parte do litoral sul-fluminense, em particular o município de Angra dos Reis (9). A escolha justificava-se na necessidade de trabalhar com um objeto de estudo no qual se apresentassem, ao mesmo tempo, as seguintes características:

- uma área com presença de estruturas de produção "camponesas";
- uma área em fase de transformação;
- uma área onde os conflitos pela posse de terra fossem significativos;

Em Angra dos Reis, desde a época da decadência da cafeicultura, desenvolveram-se atividades agrícolas, sob a forma de pequena produção, inicialmente voltadas à produção de auto-subsistência (diversificada) e posteriormente concentradas na bananicultura com geração de excedentes comercializáveis. O processo de concentração fundiária foi paulatinamente reduzindo as áreas de lavoura (hoje apenas 1% da área) e expulsando os antigos colonos, (descendentes em parte dos escravos liberados com a abolição da escravidão), que durante as primeiras 5 décadas deste século marcaram, com sua presença, a região.

Por outro lado, Angra dos Reis converteu-se em local para a implantação de grandes indústrias de capital externo (conglomerados industriais de empresas estatais ou privadas, formados com capital acumulado fora de Angra dos Reis) como a Velrolme, a Petrobrás, Furnas e outras. Essas grandes indústrias impõem uma nova dinâmica na produção do espaço regional. Utilizam o solo do município para se implantar (ocupando várias de suas melhores planícies), ocupam pouca mão-de-obra (o pessoal permanente vem de fora; na região somente são contratados peões para as obras de infraestrutura, de forma temporária), e não aumentam a capitalização da região (exportam seus lucros), dando apenas um certo impulso ao comércio local. Alteram sim, e significativamente, os limites econômicos de influência da "região". Antes, Angra dos Reis exportava banana e peixe em conserva para o Rio de Janeiro e São Paulo e importava alguns produtos manufaturados para atender sua demanda. Depois da construção do porto e do ramal ferroviário da VCO, fornecia carvão para a usina da Companhia Siderúrgica Nacional de Volta Redonda e colaborava na exportação dos produtos siderúrgicos.

Hoje, Angra dos Reis passa a desempenhar novas funções:

- envia petróleo para Duque de Caxias e Minas Gerais (Petrobrás);
- recebe materiais e mão-de-obra para o estaleiro naval e produz navios para o país inteiro;
- prepara-se para produzir energia elétrica para o Sudeste brasileiro (usina nuclear).

Essas novas atividades mudam o perfil de sua economia, que, basicamente agrícola e pesqueira (2/3 em 1956), passa a ser predominante industrial (80% em 1970). Isto implica em novas relações sociais e dá novas características ao conflito social.

No marco deste processo o governo federal decide incluir entre suas prioridades imediatas a construção da rodovia BR-101, a Rio-Santos, com o objetivo explícito de promover a indústria turística e fornecer vias de comunicação para os distritos industriais. O plano não contempla a possibilidade de aproveitamento da rede viária existente e parte diretamente para o esquema das obras monumentais, tão comuns na época (1970). O processo de tomada de decisões, a elaboração de projetos e avaliações são feitos fora da "região", em função da vocação que lhe foi atribuída e do interesse em promover a indústria turística.

A estrada cumpre o papel de facilitar e acompanhar uma nova via de penetração do capitalismo na região, criando as condições para sua reprodução. Os efeitos visíveis desta obra são a implantação de grandes indústrias, o desenvolvimento da indústria imobiliária e da especulação de terras em todo o litoral fluminense, o impulso ao setor das empreiteiras (construção civil) que nos últimos 20 anos vem sistematicamente crescendo e se expandindo em função de investimentos públicos, a maior parte em obras monumentais de pouca utilidade prática mas responsáveis pelo enorme endividamento externo brasileiro.

Parte desses efeitos, somados ao financiamento da estrada e à "limpeza da área" dos seus antigos ocupantes, devem

ser debitados ao próprio Estado. Em outras palavras, foi a art  
culação de certos interesses privados (empreiteiras, ind  
ústrias e emp  
reendedores imobiliários) com o Estado que condicionaram e  
condicionam hoje a produção do espaço regional em Angra dos  
Reis.

O processo de especulação gerou ainda conflitos so  
ciais de envergadura, tendo como resultado, em muitos casos, ex  
pulsões violentas dos camponeses de suas terras e diminuição rã  
pida da área cultivada.

Em Angra dos Reis, A FETAG registrou a ocorrência de  
19 conflitos pela posse da terra, atingindo quase 400 famílias.

A maior parte destes conflitos localizaram-se no 2º  
distrito, isto é, na parte do município que foi preferenciada  
pelas companhias imobiliárias (turísticas).

Em 1980, havia em Angra dos Reis 54 loteamentos turís  
ticos aprovados, sendo que aproximadamente 20 estavam funcio  
nando em 1983, todos com características luxuosas, destinados ao  
lazer das classes de renda mais alta. A metade desses "polos tu  
rísticos" foi construída entre 1975 e 1980, isto é, nos anos do  
grande *boom* imobiliário gerado pela construção da estrada Rio-  
Santos. O desenvolvimento turístico da região foi realizado a  
través de uma série de medidas, planos e subsídios. Cabe desta  
car que em 1972 a região foi declarada, pelo INCRA, zona priori  
tária de Reforma Agrária. Entretanto, era considerada, ao mes  
mo tempo, pela EMBRATUR como área de interesse turístico. O apa  
rente atrito legal foi resolvido submetendo-se o INCRA à EMBR  
TUR, por meio de convênio assinado com esse objetivo específico.

Modificaram-se também as leis de zoneamento, para permitir e viabilizar a entrada do capital turístico, que, por sua vez, foi ajudado por uma série de incentivos fiscais e créditos outorgados pelo governo federal, através da EMBRATUR, FISET e FUNGETUR (10).

No marco de todo este processo de desestruturação das atividades agrícolas, entrada de grandes indústrias de capital estrangeiro e/ou estatal, construção de uma super-rodovia que corta a região de ponta a ponta, implantação de grande número de projetos turísticos de alto luxo, surgem os conflitos já citados, inclusive o que foi objeto de nosso estudo: a fazenda Santa Rita do Bracuhy.

Cabe destacar que o processo de produção desta nova região, "Angra dos Reis", teve também outras consequências que não estavam previstas no planejamento da área. Referimo-nos ao surgimento de favelas no setor urbano e aos sintomas crescentes de poluição ambiental, inflação de preços desmedida (por causa do turismo), junto a um crescente desemprego da mão-de-obra, ocu pada anteriormente na construção da estrada Rio-Santos e da usina nuclear, principalmente.

### O conflito

O conflito que vamos analisar teve lugar na fazenda Santa Rita do Bracuhy, localizada na área do Bracuhy, a 23 km ao sul da cidade de Angra dos Reis. A fazenda era de um dos maiores cafeicultores do século passado, o comendador José de Souza Breves, conhecido como "o rei do café". Antes de falecer (em 1879), o comendador deixou um testamento legando (11) par

cialmente a fazenda (um total de 260 alqueires, aproximadamente 1.260 ha) aos seus agregados e escravos, para que nela morassem e trabalhassem após a sua morte. O testamento beneficia va 42 famílias de escravos e agregados, e também incluía o engenho de cana, uma engenhoca, um monjolo, um moinho de farinha e outras máquinas.

A parte operacional do testamento coube ao irmão do comendador, de nome Joaquim José de Souza Breves; porém, por causa de uma série de delegações, essa função acabou sendo de responsabilidade do general Honório de Lima, que deu quitação do legado em 12/11/1900, como procurador dos agregados e escravos da fazenda.

A partir desse momento o caso vai percorrer dois caminhos diferentes: o da linha sucessória iniciada de forma fraudulenta por Honório Lima, e o da ocupação pacífica e produtiva das terras por parte dos legatários.

Os novos lavradores da fazenda tomaram conta do engenho, do monjolo e das máquinas, dividindo o tempo de seu uso entre todos os beneficiários do testamento. A atividade agrícola dos legatários do comendador baseava-se em vários produtos de lavoura: milho, feijão, arroz, mandioca, frutas, etc. Cada família possuía em média 3 alqueires de terra (12 ha), embora existissem algumas parcelas maiores (até 80 alqueires). Foram mantidas as porções e os limites estabelecidos no testamento de José de Souza Breves, tomados como referência para qual quer disputa interna.

Antes da entrada da bananicultura (antes dos anos



60) os lavradores organizavam mutirões, tanto para roçar como para plantar ou colher quando a colheita era grande. Um número que variava entre 10 a 15 homens participava do mutirão e depois recebia, de parte da família que os tinha chamado, um abundante almoço. Era essa a organização das atividades produtivas na fase de implantação das lavouras pelos legatários; combinavam-se certas tarefas individuais com outras realizadas de forma comunitária. Era a brecha camponesa emergindo no bojo da "decadência" dos cafeicultores.

Ao mesmo tempo que os lavradores realizavam suas atividades e ocupavam seu espaço, outros personagens que nada tinham a ver com o trabalho agrícola, começavam a exercer pressões e/ou ações visando a apropriação desse espaço.

Conforme depoimento, por volta dos anos 1904-1905, o general Honório de Lima, procurador do irmão do comendador Breves, testamenteiro oficial, começou a agir ostensivamente para ocupar as terras; conseguiu que os moradores assinassem, junto ao juiz de registro civil e subdelegado de polícia, o reconhecimento de que a fazenda lhes tinha sido vendida. Os lavradores quase todos analfabetos, pensando que se tratava de algum trâmite importante para legalizar suas posses, assinaram o papel. Em seguida Honório de Lima desmontou e retirou as máquinas do engenho de cana e o monjolo, dizendo que os trocaria por novos, o que acabou não acontecendo. Este primeiro conflito com Honório de Lima terminou nessa época.

Em 1956, os lavradores foram novamente vítimas de uma tentativa de grilagem de suas terras. No lado esquerdo da Fazenda Santa Rita (indo para Angra), existe uma outra fazenda cha

mada fazenda Bracuhy. O dono desta fazenda estabeleceu contrato de parceria com os moradores da fazenda Bracuhy, na base de pagamento de 30% da produção. Tendo em vista, os bons resultados obtidos com a parceria, procurou expandir sua área de influência à fazenda ao lado (Santa Rita), obrigando alguns moradores a pagar um arrendamento indevido. Ao perceberem que estavam sendo enganados, o que só aconteceu em 1960, os produtores resistiram e romperam tal contrato.

No fim dos anos 50 ainda, tem início uma fase de grande prosperidade com o aparecimento da bananicultura, graças à introdução das novas atividades industriais na região (VEROLME, 1959) e, posteriormente, à abertura da Rio-Santos, que mudam o perfil da demanda urbana de produtos agrícolas, provocando uma maior especialização dessa cultura na região.

Os solos úmidos e o clima tropical da região permitiram que a bananicultura tomasse conta, paulatinamente, das atividades agrícolas em Angra e, em particular, na fazenda Santa Rita. Com a bananicultura mudaram bastante as características da organização da produção e, obviamente, também as modalidades de trabalho.

As técnicas usadas pelos camponeses da fazenda Sta. Rita eram relativamente simples: como os bananais já existem desde o tempo de seus pais, eles se limitam a cortar os filhos ou "rebentos" francos, deixando só um (o mais forte) e a eliminar os arbustos e matas que crescem ao redor dos pés de banana, para evitar o desgaste excessivo do solo. Depois de vários ciclos anuais, se a terra não é adubada, a planta da banana começa a gerar cachos menores e bananas (dedos) também menores, por

causa da elevada quantidade de nutrientes que esta cultura as  
simila. É isso que está acontecendo atualmente nos bananais  
dos posseiros de Santa Rita, colocando-os numa difícil situa  
ção: a empresa imobiliária pressiona para que abandonem suas  
terras, e a terra, por outro lado começa a abandoná-los.

Ante a impossibilidade de aumentar a área de cultivo,  
as únicas saídas de sobrevivência (para as famílias cada vez  
maiores ocupando sempre a mesma terra) são: ou melhorar as téc  
nicas de cultivo ou modificar a organização do trabalho.

Sendo que as técnicas não podem ser mudadas dada a  
falta de capital, resta a possibilidade de modificar a organi  
zação do trabalho. Os lavradores que, durante uma geração tra  
balharam cada um em sua posse, recorreram novamente ao muti  
rão do tempo de seus avós, fundamentalmente na tarefa de lim  
peza dos bananais (única medida tomada para a conservação dos  
solos). Entretanto, o novo mutirão é diferente do de antiga  
mente; organizam-se correntes semanais de vários lavradores  
que circulam de uma posse a outra, fazendo a limpeza dos bana  
nais. Conforme depoimentos dos lavradores, a ausência de uma  
produção diversificada impede a realização dos "almoços" de  
antes, devendo-se limitar à troca de serviços (13).

De qualquer forma, a implementação dessa prática for  
talece os vínculos entre os posseiros, permitindo-lhes desen  
volver, paulatinamente, sua "comunidade" rural.

Os lavradores novamente vêem suas posses ameaçadas  
nos primeiros anos da década de 60. Uma das pessoas que inter  
veio em seu favor no conflito relativo à parceria, propõe-lhes

uma forma de legalização da posse. A proposta era a seguinte: em troca das terras regularizadas, os lavradores dariam 1/3 das mesmas, além do que pagariam uma prestação mensal a uma "associação" criada por este senhor. Quando realizaram a armadilha em que estavam metidos lavradores contrataram advogados, acudiram ao juiz e conseguiram anular todos os contratos feitos, finalizando-se o episódio com a expulsão violenta deste personagem da área da fazenda. Percebe-se neste conflito um maior grau de organização, o que lhes permite, pelo menos temporariamente, garantir suas posses.

Durante os anos de 1962 a 1964 a região sofre os reflexos das mudanças políticas do país e os lavradores dão passos importantes em sua organização, chegando, inclusive, a formar uma associação em Angra dos Reis, com forte participação dos lavradores da fazenda Santa Rita do Bracuchy. Porém, o golpe de 1964 interrompe esse processo, não permitindo a legalização da associação e reprimindo as atividades dos sindicalistas na região.

É nessa fase de refluxo das atividades sindicais que o conflito se instaura no próprio seio da comunidade de Santa Rita. Um dos moradores da fazenda, partindo de posses maiores que os outros escravos, conseguira maiores ganhos na atividade rural, chegando a possuir um armazém que cumpria as funções de entreposto comercial e/ou ligação dos lavradores com o mercado. Comprava o excedente da produção da fazenda e vendia aos lavradores os artigos de que necessitavam.

O conflito originou-se na ação de usucapião requerida de forma individual por esse morador sobre uma área de 30 al

queires que atingia posses de diversos lavradores. Paralelamente à ação de usucapião, houve tentativas concretas de apropriação das áreas em litígio (invasão de terras com gado, cercamento de área, etc.). Finalmente, as partes foram a julgamento e o juiz da comarca deu a sentença favorável às famílias prejudicadas pela ação.

Este movimento interno, no qual um setor se diferenciava dos outros ao acumular mais rapidamente e depois se confronta com o resto, também é típico da estrutura camponesa. Nessa ocasião, o setor enriquecido não consegue concentrar maior quantidade de terras por causa da resistência organizada dos lavradores e por nenhuma das partes ter regularizada sua situação.

Em suma, os lavradores conseguiram manter suas posses, mas para isso tiveram que se organizar e enfrentar problemas diversos, cuja característica comum, no entanto, era a apropriação do espaço da fazenda. Nessa época muitos posseiros (principalmente os filhos adultos) da fazenda, para complementar a renda familiar, trabalhavam também como operários nas indústrias da região (FURNAS, PETROBRÁS, VEROLME, etc.) ou como autônomos, prestando serviços em empreendimentos imobiliários, (construção civil).

É neste contexto - uma população relativamente organizada, que desenvolve atividades agrícolas e que também procura empregos fora -, que a empresa imobiliária começa a realizar suas primeiras ações no sentido de desalojar definitivamente os lavradores da fazenda Santa Rita do Bracuhy.

Vimos anteriormente como a tarefa de inventariante e

testamenteiro do comendador José de Souza Breves acabou sendo encomendada ao general Honório de Lima. Honório Lima, abusando do mandato que recebera como Procurador, declarou perante a Fazenda Estadual que a fazenda Santa Rita do Bracuhy lhe pertencia, pagando os impostos e cadastrando a fazenda indevidamente em seu nome. Com a morte do general, inicia-se uma série de sucessões e transmissões que terminam no título atual da empresa Bracuhy Administração, Empreendimentos e Participações Ltda.

Os lavradores procuram o sindicato, cujo advogado, Edival Passos, iniciou uma ação reivindicatória de domínio contra a empresa, alegando que seus títulos (da empresa) eram non domino por terem sido obtidos fraudulentamente.

A ação foi julgada em 1980, e o juiz deu parecer favorável à empresa sob o argumento de que os camponeses não demonstraram nem propriedade nem descendência. Assim foi o processo jurídico que "regularizou" as terras em favor da empresa e anulou de fato todos os direitos dos sucessores dos escravos e agregados do comendador, embora tenham sido estes os que ocuparam productivamente a fazenda por 70 anos. Não se tratava, entretanto, de simples posseiros, porque além de trabalhar as terras dispunham do testamento que os reconhecia proprietários. Mas, o "direito" da Companhia Turística Bracuhy Adm. Emp. Ind. demonstrou-se mais forte ao dos lavradores e estes perderam a causa, nos tribunais.

### A Expulsão dos lavradores

A empresa Bracuhy deu início a plano de construção de um conjunto turístico na área vários anos antes de finalizado o julgamento. Em 1975, apareceram na área representantes seus,

pressionando os camponeses para que se retirassem do "domínio" da empresa ou assinassem um acordo com ela. A partir desse momento, a posse dos lavradores da Fazenda Santa Rita começou a ficar seriamente ameaçada.

Os camponeses recorreram então ao prefeito de Angra dos Reis. Na primeira reunião, o prefeito recomendou-lhes que não vendessem a área, aconselhando-os a resistir. Mas à medida que foi passando o tempo, e que ficaram mais claramente expostos os interesses que estavam em jogo, o prefeito inverteu totalmente sua posição, concluindo que o direito da "proprietária" sobrepuja-se ao do povo de Santa Rita.

Os representantes da empresa, contando agora com o apoio do prefeito, começaram a agir para "desocupar" a fazenda, combinando os métodos de violência com propostas de indenização.

O projeto-piloto da empresa (plano de hotéis, piscinas, marinas e restaurantes) abarcava a parte da fazenda compreendida entre o mar e a estrada Rio-Santos. Foi nesta faixa que se sucederam vários fatos de violência contra os camponeses.

Aqueles posseiros que não aceitaram as propostas de indenização (só das benfeitorias, já que sobre as terras não se reconhecia propriedade), sofreram todo tipo de violência, como a destruição de suas casas, de suas lavouras e dos bananais. Na parte inferior da estrada havia 20 famílias antes da implantação do polo turístico, das quais 12 acabaram sendo expulsas e/ou indenizadas, indo para centros urbanos. A empresa teve que limitar a expansão de suas instalações devido à tenaz resistência dos outros 8 lavradores, encabeçados por uma mulher idosa, que embora sofresse todo tipo de pressões e violências, negou-

-se sistematicamente a sair da área que lhe pertencia.

Parte dos posseiros que perderam suas terras deslocaram-se para a parte de cima da estrada, juntando-se ao restante dos lavradores descendentes de escravos. Atualmente, moram e trabalham a terra nessa área da fazenda perto de 40 famílias de camponeses.

A persistência dessa senhora (D. Maria) e de sua família logrou que permanecessem na terra e continuassem com a lavoura, apesar do enorme interesse que a firma mantém sobre essa área. Esse sítio encontra-se no meio da fazenda Santa Rita, na parte inferior da estrada, perto do mar, confrontando-se com as mansões do Pontal do Bracuhy (a única separação física entre ambos é o rio Bracuhy).

A ação da companhia turística (expulsão dos camponeses da terra) e a própria reprodução das famílias colaboraram para a diminuição do espaço disponível para a agricultura. Concomitantemente, a erosão dos solos, submetidos aos longos ciclos de monocultura bananeira, acabou afetando sua produtividade. Observa-se então o agravamento do quadro de miséria da população, que se vê cada vez mais empurrada às atividades urbanas, com a esperança de nelas encontrar a saída para seus problemas. Entretanto, ao mesmo tempo que alguns camponeses procuram sair do campo, outros que estão desempregados começam a retornar à fazenda (atualmente, em número maior do que os que saem). A pressão sobre os recursos naturais é cada vez maior, e, portanto, a miséria de cada família tende a aumentar.

A empresa Bracuhy, depois de atingir seu objetivo de



"limpar" a parte de baixo da fazenda, lá instalou, em abril de 1977, seu canteiro de obras para iniciar a construção do conjunto turístico. Mas as obras tiveram também seu impacto na parte de cima da estrada (BR-101, Rio-Santos) onde estavam realocados os posseiros.

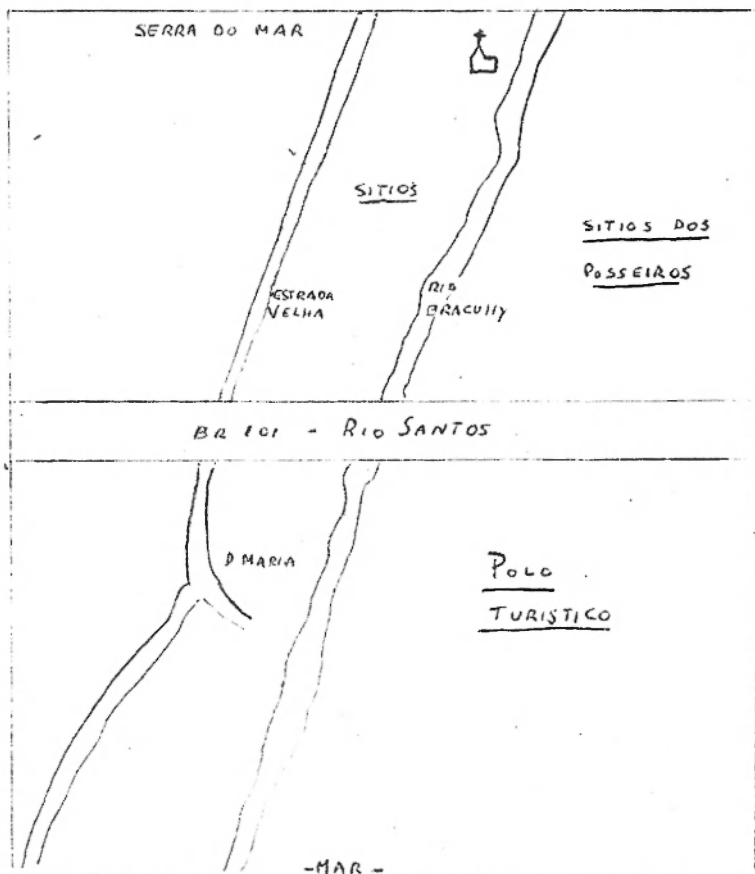
O primeiro embate ocorreu quando a empresa iniciou as obras, em 1977. Precisando de pedras para a construção do empreendimento turístico, decidiu obtê-las no rio Bracuhy, enviando caminhões, máquinas e operários para este trabalho. Os lavradores perceberam imediatamente o desastre que se estava perpetrando no rio: a grande quantidade de areia e seixos extraídos e o trabalho das máquinas prejudicavam seriamente o seu leito e destruíam suas margens. Diante dessa situação, os posseiros instalados na parte de cima da estrada construíam uma porteira para impedir o acesso dos caminhões ao rio. Houve até desdobramentos judiciais (limiares, mandatos etc.) e intervenção da polícia para obrigar os camponeses a deixarem entrar os caminhões no rio.

Os camponeses eram contrários à retirada dos seixos rolados (pedras) por várias razões:

- a inundaçãõ dos bananais que seguravam as margens do rio;
- a destruição do terreno com a utilização de maquinaria pesada (abrindo crateras no solo);
- a ameaça de desvio do leito do rio;
- a destruição de uma passagem natural de pedras so

Atualmente, após todos os conflitos descritos, a área da fazenda Santa Rita possui, aproximadamente, a seguinte configuração espacial:

Área da Fazenda Santa Rita do Bracuhy



Na parte correspondente ao polo turístico, foram construídos 500 apartamentos, 50 casas-mansões, vários canais (70 m de largura, 5,20 m de profundidade) para a entrada dos iates até as casas, postos de abastecimento marítimo e terrestre, cais e *floaters* flutuantes, carreira para barcos de até 200 t., oficina de reparos, um minimercado, um restaurante, um american bar, vila hípica, além de ruas asfaltadas, planta de tratamento de água, estações de rádio e outros serviços de infraestrutura.

A empresa planeja expandir-se em futuro próximo, dentro das áreas hoje ocupadas pelos posseiros. Os projetos comportam a construção de um hotel e implantação de agrovilas, a construção de mais apartamentos e casas, e a geração de um lago artificial com as águas do rio Bracuhy.

### Conflito e produção no espaço

Pretendemos mostrar, com este estudo de caso, como se estrutura um grande empreendimento turístico-imobiliário que , além do aspecto arquitetônico-urbanístico, ensinado nas faculdades, encerra uma outra dimensão, geralmente ignorada, de caráter nitidamente social.

Como o planejamento urbanístico da empresa não previa, em sua parte paisagística, a convivência com as famílias dos agricultores, foi feita a "limpeza" da área através do desalojamento dos posseiros por meio de métodos violentos e de todo o tipo de arbitrariedades.

Uma vez resolvido este "problema", a empresa, necessitando dos "seixos rolados" para a construção dos canais artificiais, não hesitou em avançar sobre a parte de cima da estrada,

bre o rio (as crianças, para ir à escola, preferiam atravessar o rio pelas pedras em vez de ter que cruzar a estrada Rio-Santos dado o risco de atropelamento).

Após várias reuniões e consultas junto ao sindicato (Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Angra dos Reis), os camponeses decidiram "que o que iria barrar a empresa seria a sua ação direta". E assim fizeram. Em novembro de 1980, homens, mulheres e crianças, num total de 51 pessoas; impediram a entrada das máquinas ficando em pé na frente delas. Tentaram três vezes impedir o trabalho das máquinas, as duas primeiras vezes com êxito, enfrentando sozinhos a empresa. Mas na terceira vez, foram violentamente reprimidos pela polícia (6/12/80).

A empresa Bracuhy, com o mandato oficial da justiça e com a ajuda da polícia, conseguiu o que pretendia e continuou danificando o rio. Pouco tempo depois, o serviço da Bracuhy começou a diminuir, possivelmente resultado da pressão dos camponeses ou talvez por não precisar mais de pedras e cascalho para a construção.

Após esses acontecimentos, verificou-se um refluxo no movimento de luta. A passarela natural de pedras sobre o rio acabou desaparecendo e ficou pendente a reivindicação de exigir da prefeitura a construção de uma ponte para atravessar a Rio-Santos. O ano de 1981 foi um ano de frustração pelo fato de o julgamento ter sido concluído com sentença favorável à empresa, embora tenham havido reuniões e discussões em torno dos seguintes problemas da comunidade:

- preços de passagem;

- construção de posto médico;
- levantamento da área para ver como estava ocupada.

Os últimos conflitos despertaram ainda mais a consciência de que para legitimar e conservar as posses era necessário trabalhar as terras, isto é, limpar as ervas, plantar, cuidar dos bananais, etc. Com isso, os lavradores passaram a fazê-lo em mutirões nos fins-de-semana.

Como se os problemas com a empresa Bracuhy não fossem suficientes, ainda no início de 1983 surgiu um novo tipo de conflito. Um dos compradores das mansões do empreendimento decidiu comprar o lote de terra de um posseiro, localizado do outro lado do rio Bracuhy. Desse lado da fazenda existe uma igreja histórica (Santa Rita) e um caminho antigo (de terra) que comunica a rodovia com a igreja, e dali com o mar. A posse vendida está situada à beira deste caminho, perto do mar. O conflito eclodiu quando o novo proprietário decidiu fechar este caminho, impossibilitando dessa forma a chegada dos camponeses ao mar para procurar carangueijos, como faziam habitualmente para complementar sua alimentação. Os posseiros da parte de baixo da estrada ficaram ainda mais comprimidos: de um lado a empresa Bracuhy, de outro o novo proprietário construindo sua mansão e, na parte superior, a estrada. Esse novo problema ocupa mais espaço em suas discussões e reuniões.

Na parte de cima da estrada, os posseiros continuam trabalhando pacificamente suas terras, organizados em comunidade. Essa tranquilidade, porém, é transitória, já que a empresa planeja ocupar também a parte de cima da estrada, o que provavelmente gerará novos conflitos na hora de sua implementação.

destruindo as margens do rio e desviando seu leito.

Os camponeses, fortalecidos pelo apoio recebido do sindicato na ação jurídica que levaram a cabo, tentaram impedir essa nova investida da Bracuhy sobre suas posses. Para tal, organizaram-se e tomaram as medidas de luta correspondentes.

Observa-se, nesta etapa do conflito, como, além das suas causas reais e concretas, também entram em choque duas formas diferentes de relacionamento com a natureza. A empresa promete ao turista "uma vida de paz junto ao verde e ao mar" e, ao mesmo tempo, violenta os camponeses, suas plantações, moradias e o rio que atravessa a fazenda. Ela precisa destruir a natureza para depois poder vendê-la, recomposta e organizada ao seu gosto. Em contrapartida, a luta dos camponeses possui uma certa dimensão ecológica: embora destruam, ao seu modo, a natureza para poder produzir (erosão dos solos, abate das árvores), seu poder destruidor é muito inferior e está limitado à necessidade de conservar a terra e as matas que são seu meio de produção por excelência. Por trás da dimensão ecológica do conflito, encontra-se a contradição entre o espaço camponês e o espaço turístico-imobiliário que começa a emergir. São duas formas de configuração espacial totalmente diferentes. O espaço camponês é o espaço dos bananais, das pequenas e modestas casas de lavradores, do mutirão e das festas religiosas e também do rio e dos caminhos internos da fazenda. Dentro desse espaço, os camponeses agem de forma relativamente livre, produzindo, irrigando suas terras com a água do rio Bracuhy e utilizando o caminho interno da velha igreja de Santa Rita para procurar no mar o carangueijo que complementa a sua alimentação.

Quando a empresa começa a tirar areia do rio, introduz uma primeira cunha no espaço camponês, obrigando os lavradores a se defenderem para evitar as inundações dos seus bananeiras. Logo a seguir, quando corta a saída para o mar, fecha-se ainda mais o círculo, asfixiando a economia interna dos lavradores. A expropriação da posse se dá, assim, de diversas formas: por um lado, de forma direta e violenta, expulsando as famílias, e, por outro, de forma indireta, cortando as artérias deste espaço que assim começa a murchar.

Um outro aspecto interessante a ser destacado é o processo de urbanização da fazenda, manifesto - como já foi asinalado - por dois fenômenos diferentes e complementares: a emergência de novas reivindicações, próprias aos chamados movimentos sociais urbanos (preço da passagem, construção de abrigo de ônibus); e a proletarização de um setor dos camponeses que não consegue reproduzir sua força de trabalho unicamente com o produto da lavoura.

O próprio caráter das reivindicações revela o processo de mudança do uso do solo. A derrota progressiva da luta pela terra vai estimulando a urbanização e a urbanização vai suscitando novas lutas.

O último conflito surgido em torno da estrada que, ao ser cortada, obstaculiza a chegada ao mar revela as duas situações ao mesmo tempo. Por um lado, trata-se de um conflito tipicamente rural (estradas de gado, pontes sobre riachos, etc.), mas por outro lado mostra, também, a emergência de formas urbanas que asfixiam o desenvolvimento rural.

Os camponeses vão perdendo, pouco a pouco, seus direitos de explorar a terra, são pressionados e ameaçados. As margens do rio que fornece água para as plantações são destruídas e, por último, é interrompida a passagem para o mar, que permitia aos posseiros complementar sua alimentação.

Esse movimento de asfixia traz, no seu bojo, a urbanização crescente do espaço rural, fazendo surgir novas reivindicações, mas também substituindo a própria população que se beneficiará da urbanização. Os posseiros, que nunca tiveram água corrente nem luz elétrica, devem sair para se "urbanizar" nas grandes cidades, e os empresários, administradores, prestadores de serviços e, neste caso, também os turistas, conformam uma nova população de características urbanas.

Percebemos também como o espaço é produzido em meio de conflitos de diversos tipos, concorrendo neste processo tanto fatores de ordem estrutural, que envolvem de forma mais ou menos permanente e estável o conjunto da formação social, como fatores de ordem conjuntural e local.

Neste sentido é importante definir o papel que cabe ao conflito na produção de espaço. Os fatores sociais, isto é, a luta das classes sociais, determinam também as modalidades de uso do solo, ou seja, do espaço. Senão vejamos um exemplo simbólico: dona Maria, resistindo tenazmente, sem aceitar indenização, continua até hoje instalada na área, encravada no meio do conjunto turístico. Podemos afirmar, portanto, que a configuração do espaço foi diferente por causa da obstinação de dona Maria em ficar. Outro exemplo é dado pela luta travada em defesa do rio. Se os camponeses nada tivessem feito, possivelmente



o rio seria destruído e hoje as terras não seriam mais cultvadas por causa das inundações daí decorrentes. O exemplo contrário é dado pelo caso da passarela de pedras, que acabou sendo destruída e hoje os posseiros são obrigados a reclamar a construção de uma ponte para cruzar a estrada.

Finalmente, vimos como a empresa, uma vez resolvido o conflito com os camponeses, começa a produzir um novo espaço que agora poderíamos chamar de "turístico". Forma-se uma empresa associada com capitais franceses, beneficiando-se, também, de empréstimos públicos a taxas de juros subsidiadas. Desenvolve-se assim, rapidamente, um grande polo turístico com inúmeras e variadas ofertas de lazer que visam atender, preferencialmente, a demanda turística dos setores mais ricos da sociedade carioca e paulista.

O espaço da empresa, com suas marinas, iates, hotéis de luxo, apartamentos, pistas de equitação e alojamentos, é construído e estruturado em cima e ao lado do antigo espaço camponês. Uma parte desse espaço é diretamente destruída e seus moradores expulsos. É o caso dos banais de Francisco Passos, que estavam localizados no lugar onde hoje encontram-se os hotéis. Outra parte que ainda subsiste é submetida a um processo de asfixia crescente; interrompem-se os caminhos internos, colocam-se cartazes no meio dos banais que anunciam os "areais" vendem-se propriedades dos posseiros e terceiros, destroem-se as margens do rio, etc. É a área onde se localizam os sítios de dona Maria e dos outros oito posseiros. Na parte de cima da estrada foram realocados alguns dos camponeses expulsos, onde conseguiram, temporariamente, reconstruir sua economia.

Trata-se, pois, de dois espaços diferentes, com lógicas, hábitos e temporalidades que, por enquanto, convivem em tensão, até o momento em que a empresa decidir dar um novo passo em sua expansão.

O estudo de caso da Fazenda Bracuhy, por sua riqueza de situações e pelo importante impacto do empreendimento na estruturação do espaço regional, permite extrair algumas conclusões:

- em relação às terras, vimos que o que determinou a apropriação da Fazenda Santa Rita, pela empresa Bracuhy, não foi o mercado de terras, com os preços de acordo com a oferta e a procura, mas sim mecanismos baseados na falsificação de escrituras, na violência e no autoritarismo.

- no que diz respeito ao mercado da força de trabalho, observa-se que comumente o fenômeno das migrações que engrossam este mercado é visto como produto da ação dos fatores de modernização ou estagnação, que atraem ou expulsam os migrantes, ou da ação de forças do mercado urbano de trabalho que, com melhores salários e condições de vida, atrai os migrantes para a cidade. O caso em estudo, porém, demonstrou a existência de uma outra dimensão do fenômeno, pouco levada em conta nas análises econômicas. Trata-se, como vimos, da migração obrigada, do deslocamento de camponeses que trabalhavam pacificamente suas terras, por meio de violências e arbitrariedades. A violência serve às vezes como complemento e lubrificante das leis do mercado. Um exemplo disso são as indenizações: impõe-se um preço de "mercado" às benfeitorias dos camponeses e estes são obrigados a aceitá-lo sob ameaça da utilização da força. Os campones

ses não saíram da fazenda atraídos por melhores salários ou pela indenização; antes, foram forçados pelo poder de coação da empresa e/ou do poder público. Nesse sentido, quando a correlação entre as forças sociais que intervêm no mercado é tão desproporcional (de um lado a ajuda de advogados, prefeitos, juizes, polícia e até jagunços e do outro nenhuma ou quase nenhuma proteção), percebe-se claramente como os mecanismos do mercado servem para cumprir o papel de legitimação da violência.

A empresa produz assim o espaço regional de acordo com as necessidades do mercado, mas essa produção e essa transformação da natureza estão ligadas a seus aspectos mais superficiais, ou seja, enquanto os camponeses extraem desse espaço os alimentos, o turista "observa" a paisagem. Trata-se, portanto, de uma paisagem morta.

Finalmente, cabe destacar como a mudança no uso do solo e as novas reivindicações e formas de organização revelam a transformação do próprio espaço produzido, que deixa de ser exclusivamente rural para se converter em semi-rural/semi-urbano. A proletarianização de parte das camadas novas de camponeses fortalece esse processo de asfixia crescente no desenvolvimento rural da região.

## CONCLUSÃO

Pelo que foi dito anteriormente torna-se evidente que, para explicar um fenômeno aparentemente simples, isto é, a produção de um novo espaço regional, não podemos nos restringir ao uso puro de ferramentas de análise da economia regional.

Na estruturação e na produção do espaço intervêm muitos outros fatores não contemplados pela economia, como por exemplo o intrincado mecanismo da posse e a apropriação das terras. A propriedade não é simplesmente produto de uma compra e da transferência de uma escritura; também é posse e ocupação produtiva, defesa ante as ameaças de grilagem por meio de advogados, cartórios, sindicatos, protestos, às vezes com uso de violência das duas partes.

O caso estudado fornece, assim, uma pista para pensar nas diversas modalidades da produção do espaço; o conflito social permeia a produção do espaço regional o tempo todo; de um lado o impacto da estratégia do capital turístico para conquistar a região (construção da Rio-Santos, polos turísticos) impõe uma nova dinâmica e ritmo aos próprios agentes sociais; de outro lado, a irrupção de movimentos de defesa de caráter mais local que são condicionados por suas próprias tradições, costumes e interesses. O conflito social e suas características revelam a dinâmica e os objetivos do espaço que está sendo produzido, além de colaborar com sua produção.

Cabe lembrar que o conflito, por outro lado, não é totalmente espontâneo e arbitrário. Tem certa lógica, e é em função do conhecimento que as empresas possuem dessa lógica que

podem preparar sua estratégia. Elaboram-se mapas, relatórios , levantamentos de áreas, estudos de avaliação, em suma, organiza-se uma geografia, que no dizer de Lacoste (14), é uma "geografia para a guerra". Foi essa uma das diferenças cruciais entre os primeiros conflitos enfrentados pelos camponeses contra os "grileiros" e o último no qual, embora estivessem mais preparados, encontraram-se frente a frente com um inimigo poderosamente organizado, informado e sustentado pelo Estado.

A compreensão dialética desse fenômeno não permite a separação clássica entre fatores estruturais (Rio-Santos) e sociais (conflito), já que ambos se entrelaçam num complexo mecanismo, do qual é impossível determinar o que é econômico e o que é social.

A construção do empreendimento turístico é também expressão de uma relação social. Sua viabilidade não depende somente de um processo de acumulação prévia de capital (que se não existe endogenamente, é importado) mas também da resolução de uma pré-condição fundamental e determinante, ou seja, da mesma forma que o colonizador português, derrotar e expulsar os antigos donos do espaço regional.

## NOTAS

- (1) W. ISARD. Methods of Regional Analysis, Boston, Massachusetts Institute of Technology (MIT), 1960.
- (2) Harry W. RICHARDSON. Economia Regional, Teoria da Localização. Estrutura Urbana e Crescimento Regional, Rio de Janeiro, Zahar, 1975.
- (3) Samuel SHICKLER. "A teoria da base econômica regional: aspectos conceituais e testes empíricos", in: Planejamento Regional: Métodos e Aplicação ao Caso Brasileiro. 2a. ed., Rio de Janeiro, Série Monográfica, nº 8, IPEA/INPES, 1974.
- (4) op. cit. 3.
- (5) François, PERROUX. L'Economie du XXème Siècle, 2a. ed., Paris Presses Universitaires de France, 1964.
- (6) Karl MARX. El Capital, 5a. ed., México, Siglo Veinteuno Editores, 1977, 3º volume.
- (7) Martin KATZMAN. Cities and Frontiers in Brazil, Harvard University Press, Cambridge, Massachusetts and London, England, 1977.
- (8) Carlos E. GUANZIROLI. Contribuição à Reflexão sobre o Processo de Produção de um Espaço Regional. O caso de Angra dos Reis. Tese de mestrado, COPPE/URFJ, dezembro 1983, Rio de Janeiro.

Para maiores informações sobre o conflito, ver especialmente a segunda parte da tese.

- (9) Embora este município pertença à mesma microrregião homogênea que Parati, existem grandes diferenças entre os dois, tanto a nível da estrutura agrária, do processo de ocupação do solo e do caráter do conflito.
- (10) Ver Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR). Acesso aos estímulos fiscais e creditícios para empreendimentos turísticos. Rio de Janeiro, Ministério de Indústria e Comércio, EMBRATUR, Diretoria de Investimentos, FUNGETUR (Fundo Geral de Turismo).
- (11) Tratava-se de um empório comercial-cafeicultor, composto por mais de 20 fazendas espalhadas pelo estado do Rio de Janeiro, portos de desembarque de escravos, palacetes. Contavam com quase 12.000 escravos na época de ouro da cafeicultura. Ver parte 2 da tese, op.cit.
- (12) A capitalização é dificultada tanto pela estrutura de comercialização (que subtrai parte dos lucros gerados na agricultura) como pela própria estrutura produtiva. A comercialização é efetuada através de intermediários do Rio de Janeiro e também locais, que compram o produto em Angra e o levam para os depósitos dos grandes comerciantes da cidade. Em junho de 1983, compravam a dúzia de cachos de banana por um preço que variava entre Cr\$ 3.800,00 e Cr\$ 4.200,00, dependendo do tipo de banana e do tamanho dos cachos. Cada cacho é composto por aproximadamente dez dúzias de banana, portanto, uma dúzia de cachos são 120 dúzias de banana. Se dividirmos o preço (Cr\$ 4.000,00) por 120 dúzias, chegamos a Cr\$ 33,00 por dúzia de banana, que custava ao consumidor, na época, mais ou menos Cr\$200,00 .

A produção obtida por cada posseiro varia, em função do tamanho de suas terras, entre três e 20 dúzias de cachos mensais, o que rende, em média, de Cr\$ 12.000,00 a um máximo de Cr\$ 80.000,00, sem considerar as despesas de custeio.

No que diz respeito à técnica de produção, cabe assinalar que na bananicultura são usados apenas três instrumentos: o machado, para cortar os pés de banana já maduros; a enxada, para fazer a limpeza dos bananais e para roçar a terra quando plantam mudas novas; e a foice, para cortar as malezas e folhas secas. Não usam nenhum outro tipo de instrumento de trabalho (arados, trator), nem adubam a terra, por falta de recursos.

(13) Os depoimentos dos lavradores mostram como, na época dos seus pais, o mutirão com almoço era facilitado pela diversificação de produção. "Todo mundo trabalhava e colhia, tinha criação de galinha, de porco. Então a gente matava uma leitão e esse almoço não ficava pesado; hoje uma família não tem condições de dar esse almoço para muitas pessoas, a situação mudou..."

(14) Yves LACOSTE., "La Geografía: una Arma para la Guerra" in: Elementos Críticos, nº 9, Barcelona, Editorial Anagrama, 1977.